



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

ROSA EMÍLIA MACHADO DE ALENCAR

**A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: da origem à
atualidade**

MACEIÓ

2014

ROSA EMÍLIA MACHADO DE ALENCAR

**A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: da origem à
atualidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda

MACEIÓ

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

A368d Alencar, Rosa Emília Machado de.
A degradação do trabalho na sociedade capitalista: da origem à
Atualidade / Rosa Emília Machado de Alencar. – 2014.
121 f.

Orientador: Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 120-121.

1. Trabalho e trabalhadores. 2. Trabalho e sociedade capitalista.
3. Trabalho – Aspectos sociológicos. 4. Trabalho – Aspectos sociais.
5. Capitalismo. I. Título.

CDU: 331.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Rosa Emília Machado de Alencar**, intitulada "**A Degradação do Trabalho na Sociedade Capitalista: da origem à atualidade**", apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 11 de abril de 2014, às 10:30 h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda
Orientadora (PPGSS-FSSO/UFAL)
CPF: 071484294-04

Profa. Dra. Edlene Pimentel Santos
Examinadora interna (PPGSS-FSSO/UFAL)
CPF: 133659674-00

Profa. Dra. Maria Adriana da Silva Torres
Examinadora externa (PPGSS-FSSO/UFAL)
CPF: 739920464-00

Aprovado em 11 de abril de 2014

O caminho da vida

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos.

A cobiça envenenou a alma dos homens... Levantou no mundo as muralhas dos ódios... E
tem-nos feito marchar a passo de ganso para miséria e morticínios.

Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que
produz abundância, tem-nos deixado em penúria.

Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos.

Nossa inteligência, empedernidos e cruéis.

Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.

Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade.

Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura.

Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

(O Último discurso, do filme O Grande Ditador)

Charles Chaplin.

Dedico este trabalho aos meus pais: Adeildo e Marival, pelo amor e incentivo sempre presentes.

E aos pequenos razão da minha alegria: João Marcondes, Pedro, Isabela e Bruna.

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar os agradecimentos, gostaria de expor aqui a felicidade de concluir essa etapa da minha vida, que, por inúmeras vezes, achei que não conseguiria. Os mais próximos sabem o quão foi difícil seguir, sabem das perdas que tive nessa trajetória, e foi por eles, pelo apoio, carinho e pela amizade sincera que consegui superar os obstáculos e finalizar esse trabalho.

Agradeço a vocês, razão da minha existência, meu pai Adeildo e minha mãe Marival, pelo amor, carinho, compreensão e apoio de sempre. A minha prima-irmã Monique, por ter sido a irmã que não tive, pela preocupação, pelas lições de moral e principalmente pelo apoio.

Sou grata a minha família por compreender a minha ausência e por sempre estar presente em todos os momentos importantes da minha vida. Às minhas primas Kelly, Maira, Keila, Débora, em especial, quero manifestar meu imenso carinho a minha tia Lia, pela amizade, pelos incentivos e pela torcida pelas conquistas obtidas durante minha caminhada acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer às colegas de turma, em especial a Polly e a Ana Cláudia que me acompanharam nas discussões, inquietações e medos nessa trajetória.

Agradeço, também, a observação atenta e a intervenção cuidadosa da minha orientadora, professora Dr^a. Maria Norma. Muito obrigada pela confiança e paciência depositadas desde a aceitação do projeto até o respeito pela velocidade da escrita. Estou certa da contribuição que sua capacidade de síntese e rigor conceitual tiveram para o trabalho agora apresentado.

Com muita gratidão, agradeço aos membros da banca examinadora à professora Dr^a Edlene Pimentel, pelo incentivo e contribuições na banca de qualificação e à professora Dr^a Adriana Torres, pela disponibilidade e generosidade em aceitar compor minha banca de defesa.

Agradeço, também, à professora Lúcia Aranha, pelas contribuições valorosas e cuidadosas na qualificação.

À fapeal/Capes, pelo apoio financeiro.

Finalmente, à classe trabalhadora, minha fonte de inspiração.

A todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo busca discutir “a degradação do trabalho na sociedade capitalista: da origem à atualidade”. Dentro do universo de questões que esse problema levanta, nosso objetivo é apresentar como o desenvolvimento do sistema capitalista tem possibilitado negativamente a intensificação da degradação do trabalho e do trabalhador no decorrer dos anos. Para isso, realizamos um extenso levantamento bibliográfico, tendo por base a perspectiva marxista, presente nas obras de Marx, Engels, Luckács, Mészáros, entre outros autores contemporâneos, que possibilitaram delimitar os caminhos expostos nessa investigação, dividindo-os em três capítulos cronologicamente articulados. No primeiro momento, buscamos apresentar a gênese da degradação presente na cooperação e na manufatura. Em seguida, mostramos a intensificação da degradação sustentada pela solidificação da ordem capitalista com o estabelecimento da maquinaria à grande indústria e expressa nas péssimas condições de vida e trabalho às quais o proletariado era submetido. No terceiro momento, apresentamos a degradação do trabalho no contexto posto pela crise estrutural e, como ativação dos limites absolutos, contribuem consideravelmente com o estabelecimento e expansão da degradação do trabalho e do trabalhador nessa sociabilidade, colocando em risco a própria existência humana. Os resultados dessa investigação retratam que, no decorrer dos tempos, a degradação do trabalho estaria refinando as formas de exploração que caracterizam toda a história do capitalismo, sendo a classe trabalhadora seu principal alvo.

Palavras- chave: degradação, trabalho e sociedade capitalista.

ABSTRACT

The present study aims to discuss “the degradation of labor in capitalist society: the rise to actuality” within the universe of question that this problem lifts, our objective is to present how development of the capitalist system has allowed negatively to intensification of work and the worker degradation over the years. To this end, we conduct an extensive bibliographical survey based on the Marxist perspective, present in the works of Marx, Engels, Lukács, Mészáros among other contemporary authors, which made it possible to delimit the paths exposed in this investigation by splitting then into three chapters chronologically articulated. At first, we seek to present the genesis of degradation present in cooperation and manufacture, the showed the intensification of degradation sustained by solidification of the capitalist order with the establishment of machinery to the major industry, and expressed in terrible conditions of life and work which the proletariat was submitted. On the third time introducing the degradation of work in the context set by the structural crisis and how activation of absolute limits, contribute significantly to the establishment and expansion of the degradation of work and the worker in this sociability, endangering the very human existence, the results of this investigation, portray that in the course of time the degradation of work, would be to refine the forms of exploitation that characterize the entire history of capitalism, the working class its main target.

Keywords: degradation, labor and capitalist society.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO 1 –GÊNESE DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO..... | 16 |
| 1.1 O trabalho como processo de humanização do homem..... | 16 |
| 1.2.Acumulação primitiva: bases da produção capitalista e do trabalho explorado..... | 26 |
| 1.3 Os primórdios da degradação do trabalho na sociedade capitalista: cooperação e manufatura | 36 |
| CAPÍTULO 2 –INTENSIFICAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: uma necessidade imanente ao capital..... | 47 |
| 2.1 Da maquinaria à grande indústria: afirmação e consolidação do modo de produção capitalista..... | 47 |
| 2.2 A difusão do uso capitalista do trabalho e a degradação intensificada do trabalhador..... | 61 |
| CAPÍTULO 3 –DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E DO TRABALHADOR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO..... | 78 |
| 3.1 Crise estrutural do capital e sua produção destrutiva..... | 78 |
| 3.2 A ativação dos limites absolutos do capital e sua relação com a degradação do trabalho e do trabalhador na contemporaneidade..... | 89 |
| CONCLUSÃO..... | 111 |
| REFERÊNCIAS..... | 120 |

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é apresentar a degradação do trabalho na sociedade capitalista, demonstrando criticamente os impactos dessa degradação na vida do trabalhador. O referencial teórico que norteia a presente investigação é marxiano, aqui representado nas obras do próprio Marx e dos que comungam da mesma perspectiva, como Engels, Lukács e Mészáros.

Importa ressaltar que o estudo da degradação do trabalho na sociedade capitalista não foi nossa proposta inicial de estudo para o Mestrado em Serviço Social. Mas, como o processo de pesquisa passa por diversos momentos, movidos sempre pela busca incessante de um “norte”, acreditamos que esse “norte” nos foi apresentado no decorrer do curso, a partir de uma aproximação aos clássicos, com especial auxílio das disciplinas *Trabalho na Sociedade Contemporânea*, ministrada pelos professores Reivan Marinho e Sérgio Lessa, e *Questão Social e Serviço Social*, ministrada pela professora Edlene Pimentel. Tais disciplinas nos deram base e entusiasmo para o estudo da degradação do trabalho nessa atual sociabilidade; além disso, a oportunidade de fazer o estágio docência na disciplina *Trabalho e Sociabilidade*, sob a supervisão da professora Norma Alcântara, nos motivou ainda mais a nos aprofundar nesse objeto de pesquisa.

Uma vez escolhido o tema, o primeiro desafio no decorrer dos nossos estudos foi justamente compreender a degradação do trabalho em Marx. Tratou-se de um desafio porque em nenhum de seus textos ele dedicou-se diretamente a esse assunto, embora, em vários deles, tenha apontado os elementos fundamentais que o constituem. Assim, dessa primeira dificuldade, surge a necessidade de investigar esse fenômeno em Marx, Engels e nos demais autores referidos, de modo a compreender e desvelar suas determinações ontológicas na sociedade capitalista. Por outro lado, o termo “degradação do trabalho”, por si só, já nos apontava o caminho a seguir. O estudo a partir desses autores nos permitiu compreender essa problemática como fenômeno presente em sociedades pré-capitalistas, considerando-se que a exploração do trabalhador, sua submissão, já era algo comum nas sociedades escravista e feudal, embora não nas proporções alarmantes e desumanizadoras, conforme se observa na sociedade capitalista.

Contudo, foge aos limites da nossa reflexão tratar do fenômeno em pauta nas sociedades precedentes ao capitalismo. Basta assinalar que com o surgimento das classes nos mundos escravista e feudal, observamos traços iniciais de degradação do trabalho, nitidamente postos com a exploração do homem pelo homem. Nesses modos de produção, os bens materiais necessários à existência eram produzidos sob a forma do trabalho escravo e servil, respectivamente, em um estágio ainda precário de desenvolvimento das forças produtivas, mediante a utilização de violência sobre os trabalhadores.

Desse modo, as classes sociais são fundadas pela forma peculiar do trabalho em cada modo de produção, conseqüentemente associado à degradação do trabalhador. O trabalho escravo funda o antagonismo escravos/senhores de escravos; o trabalho servil funda o antagonismo servo/senhores feudais e o trabalho proletário funda o antagonismo proletariado/burguesia. As classes sociais se distinguem pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva da sociedade, ou seja, pela posição que ocupam em relação ao trabalho no interior de cada sociedade. A cada forma histórica peculiar da classe trabalhadora – camponeses asiáticos, escravos, servos, proletários – corresponde uma classe dominante; e cada qual tem, em sua expansão, a degradação do trabalho como ferramenta para seu desenvolvimento.

O primeiro modo de produção, em que havia o pleno desenvolvimento da propriedade privada e a exploração de uma classe por outra, foi o escravismo clássico, cujos exemplos típicos seriam a Grécia e Roma antigas. As duas classes principais eram, de um lado, os donos de escravos, proprietários da terra e; de outro, os escravos que trabalhavam na produção de bens, como máquinas humanas. Na sociedade grega, o ato de trabalhar era considerado humilhante, desprezível, uma vez que “o trabalho era visto como algo degradante, como um castigo, como algo que denegria a imagem do ser humano e do cidadão” (LANGER, 2004, p. 18). Para as pessoas livres, os cidadãos, era inconcebível qualquer atividade que implicasse fadiga, sendo toda e qualquer função degradante, relegada aos escravos. Portanto, se as pessoas que detinham poder e riqueza não trabalhavam, viviam das atividades desempenhadas pelos escravos.

Na sociedade escravista, os meios de produção e os escravos eram propriedade do senhor. O escravo era considerado um instrumento, um objeto, assim como um animal ou uma ferramenta. Grécia e Roma são consideradas as sociedades cujas características principais, no que tange à organização econômica, social e política, fornecem os elementos básicos para o escravismo antigo. Assim, no modo de produção escravista, as relações de

produção eram relações de domínio, sujeição e degradação da vida e do trabalho realizado pelos escravos, em que um pequeno número de senhores explorava a massa de escravos que não possuía direito algum.

De modo igualmente degradante, estabelecia-se a exploração da força de trabalho no sistema feudal. A única diferença estava no fato de os servos não serem escravos de seus senhores, mas sim totalmente submissos a eles, na realização trabalho forçado, expresso na obrigação de entregar parte da produção. A degradação da vida e do trabalho dos camponeses acontecia também pela coerção extra-econômica, ou seja, por meios não puramente econômicos através da força das armas e de imposições ideológicas e de ordem cultural e religiosa. Isso porque os senhores feudais submetiam os servos a trabalhos compulsórios e a um conjunto de obrigações servis. Por muitas vezes, os servos lutaram para diminuir a exploração sobre eles, conseguiam algumas vitórias, mas os senhores reuniam seus exércitos e voltavam a dominá-los novamente.

Dessa forma, modo de produção, trabalho e sua degradação/exploração, estão necessariamente articulados. E o fato de o trabalho ser fundante do ser social faz com que cada uma de suas particularizações seja fundante dos distintos modos de produção. Assim, por exemplo, como o trabalho funda a passagem do natural ao social, o trabalho primitivo funda o modo de produção primitivo, o trabalho servil funda o modo de produção feudal, o trabalho proletário funda o modo de produção capitalista e o trabalho associado fundará o modo de produção comunista, uma vez que cada modo de produção conta com a organização societária que brota da sua modalidade de intercâmbio orgânico com a natureza.

Diante disso, a presente investigação toma como ponto de partida as seguintes indagações: se, de fato, o trabalho se constitui no intercâmbio orgânico do homem (sociedade) com a natureza tendo em vista produzir os meios de subsistência e de produção que permitem a reprodução social de toda e qualquer sociedade, conforme diz Marx e Lukács, como é possível estar no trabalho a gênese da degradação humana? Qual a relação entre o desenvolvimento dos processos produtivos na sociedade capitalista e a intensificação da degradação do trabalho e do trabalhador? Para uma melhor exposição do conteúdo aqui tratado, dividimos este trabalho em três capítulos, dispostos a seguir:

O primeiro capítulo – *A gênese da degradação do trabalho* – busca responder essas indagações postas acima, inicialmente situando o trabalho como processo de humanização e não de degradação, tendo em vista apresentar como, no decorrer dos tempos, o trabalho altera

sua forma primária, em decorrência do desenvolvimento dos processos produtivos. Para isso, tomamos como referência o capítulo V de *o Capital* de Marx, e o que se sabe sobre essa discussão nos textos de Lukács, Engels, além da vasta e valorosa contribuição de Lessa, Costa, Tonet, Holanda, entre outros estudiosos contemporâneos que abordam essa temática.

Após apreensão da categoria trabalho, tornou-se necessário analisarmos também as bases de constituição do capitalismo, presentes na acumulação primitiva do capital. Sabe-se que em determinado momento da história, a produção capitalista emerge como uma força social hegemônica, convivendo com modos de produção arcaicos, não-capitalistas, e dominando-os de forma inequívoca de acordo com sua lógica de reprodução ampliada da riqueza. A acumulação capitalista pressupõe a existência da mais-valia que, por sua vez, reclama a existência dos elementos centrais da produção, a saber, capital e trabalho assalariado. Posto dessa forma, o segredo da origem do capitalismo vai ser localizado na gênese histórica dos polos antagônicos capital e trabalho assalariado, materializados respectivamente em duas classes sociais: burguesia e proletariado.

Concluindo este capítulo, debruçamo-nos nos estudos de Marx sobre a cooperação e a manufatura, buscando compreender aspectos particulares da degradação do trabalho expostos por ele em um dado momento histórico. Entretanto, o objeto de nosso estudo não se completa neste capítulo, porque, à medida que se complexifica o processo de trabalho, em função do desenvolvimento das forças produtivas, se intensifica a degradação do trabalhador.

O segundo capítulo – *Intensificação da degradação do trabalho: uma necessidade imanente ao capital* – tem a intenção de apresentar o processo de transformação que ocorreu no interior do modo de produção capitalista, mediado pelo estabelecimento da maquinaria à grande indústria, e como isso influenciou intensivamente na degradação do trabalho. A partir dessa mudança na forma de produção, o capitalismo consolida-se como modo de produção hegemônico. Nesse sentido, “com a subordinação real do trabalho ao capital, efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalhador e na relação entre capitalista e operário” (MARX, 1985, p. 89).

Com a introdução da máquina-ferramenta na produção, o sistema capitalista pode aumentar consideravelmente os níveis de degradação do trabalho, expressos na intensificação da exploração com a extração da mais-valia relativa, possibilitando assim a ampliação da acumulação capitalista e o domínio da burguesia. Tendo em vista que o desenvolvimento dos instrumentos da produção é uma necessidade constante no capitalismo, o emprego da

maquinaria, ao mesmo tempo em que possibilitou a afirmação dessa sociabilidade, evidenciou também um aumento considerável das contradições sociais, tendo o proletariado seu principal alvo.

Na segunda parte desse capítulo, mostramos como a difusão do uso capitalista do trabalho contribuiu para a intensificação da degradação do trabalhador, mediante análise da obra de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nessa segunda parte, procuramos retratar as condições degradantes vivenciadas pelo proletariado inglês, visualizadas na fome e nas péssimas condições de vida e trabalho a que o trabalhador se submetia para garantir o mínimo necessário para sua subsistência e da sua família.

O terceiro capítulo, intitulado *Degradação do trabalho e do trabalhador no mundo contemporâneo*, opta por utilizar Mészáros, para situar a crise estrutural do capital vivenciada na atualidade e como suas expressões degradam ainda mais vida e o trabalho do proletariado. Vale ressaltar que, ao estudar a crise estrutural, baseada na obra “*Para além do capital: rumo a teoria da transição*”, foi uma tarefa difícil, dada a densidade dessa obra, que requer um estudo minucioso sobre as determinações da crise atual para que possamos compreendê-las de modo minimamente adequado. Diante disso, a primeira parte desse capítulo tem a função de mostrar a crise estrutural do capital e sua produção destrutiva, com o intuito de apresentar ao leitor a atual crise vivenciada pelo sistema capitalista e como sua expressão põe em cheque a existência da humanidade, uma vez que o atual momento vivenciado pelo capital expressa uma das mais cruéis manifestações da crise estrutural capitalista, na qual enormes contingentes populacionais estão expostos às mais degradantes condições de vida e de trabalho na contemporaneidade. Os elevados índices de pobreza e de desemprego, inerentes à atual conjuntura societária, não podem e não devem ser entendidos como fenômenos particulares, presentes apenas nos países subdesenvolvidos, mas como algo visível em todas as esferas do globo.

É notório que a situação dos trabalhadores nessa sociabilidade sempre foi injusta do ponto de vista do reconhecimento de suas potencialidades. No entanto, com o passar dos tempos, essa situação tende a degradar ainda mais em todos os setores necessários a sua existência, como na organização da vida, na sua renda e no acesso à saúde, entre outros. Essa tragédia atinge homens e mulheres, acenando uma transformação profunda no padrão de vida, em que o emprego/desemprego tem sido o elemento crucial na localização de indivíduos inseridos na sociedade de consumo.

A esse respeito, Mészáros salienta que, a partir de 1970, o capitalismo passa a viver a denominada crise estrutural do capital. O referido autor acrescenta ainda que, desde os fins de 1960 e início de 1970, a sociedade capitalista foi marcada por um *depressed continuum*. Após viver um longo período de expansão, passa a apresentar características de uma nova crise de natureza diferente da de outrora. Segundo sua análise, não há mais intervalos cíclicos entre expansão e recessão, em que a relação de valor foi acometida pela lógica irrefutável de valorização do capital, corroendo as engrenagens de seu sistema sóciometabólico. Com o estabelecimento de uma produção alienada atrelada à degradação do trabalho e da natureza, as consequências destrutivas vão se intensificando, devido ao distanciamento de uma produção voltada às necessidades sociais, humanas, em relação à intensificação desenfreada da valorização do capital.

Após essa exposição, analisamos a ativação dos limites absolutos do capital e sua relação com a degradação do trabalho e do trabalhador na contemporaneidade, com o intuito de mostrar como a ativação de tais limites exercem grande influência na vida e no trabalho do proletariado na atualidade, visíveis nos elevados índices de desemprego, flexibilização do trabalho, diminuição dos salários, diminuição dos direitos trabalhistas e organização sindical, e, sobretudo, no aumento da exploração do trabalhador.

Essa exposição tem, portanto, a finalidade de examinar a degradação do trabalho na sociedade capitalista e, para isso, reuniu elementos que nos permitiram perseguir as determinações mais essenciais do nosso objeto de investigação e mostrar como essa degradação reflete na vida e no trabalho do proletariado desde os primórdios até a atualidade, em níveis sempre crescentes.

CAPÍTULO I

GÊNESE DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

*Destruíram tudo!
Cada semente,
anos de experiência,
cada descoberta, cada inovação.*

(Mauro Iasi)

Este primeiro momento – *o estudo sobre a degradação do trabalho na sociedade capitalista* – propõe discutir o trabalho como categoria fundante do ser social, tendo como base a perspectiva de George Lukács, fundamentada nos escritos do filósofo alemão Karl Marx. Para isso, buscaremos inicialmente considerar o trabalho como protoforma¹ do agir humano, sem situá-lo em uma estrutura social determinada². Em seguida, analisaremos a acumulação primitiva como base para o estabelecimento da produção capitalista e conseqüentemente do trabalho explorado. Por fim, apresentaremos os primórdios da degradação na divisão capitalista do trabalho, tendo como suporte os textos sobre cooperação e manufatura de Karl Marx. O conjunto de nossa leitura, somada à análise do modo de produção capitalista, nos permitirá evidenciar as formas iniciais de degradação do trabalho, bem como a fragmentação do ser social.

1.1 O trabalho como processo de humanização do homem

Na história humana, conforme nos mostra a teoria marxiana, o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, ponto de partida do processo de humanização. Desse modo, para Marx³(1985), o trabalho é o ato que dá origem ao ser social, pois somente por meio dele o homem transforma a natureza em meios de produção e de subsistência e, ao

¹ “Protoforma não significa categoria primeira, mas a categoria originária, mais simples, primária. Como veremos, não poderia haver trabalho *antes* do ser social” (Lukács *apud* Lessa, 2007, p.36).

²Neste primeiro tópico, será exposta a concepção do trabalho como fundamento das demais práxis sociais, no qual é “instrumento de autocriação do homem pelo homem”(Lukács,1981,p.38),ou seja, nosso estudo estará focado principalmente na questão do trabalho como categoria que explica o ser enquanto ser e não propriamente vinculado a qualquer modo de produção.

³De acordo com os apontamentos acerca do trabalho no capítulo V de *O Capital*, retoma-se em consideração que o trabalho como transformação da natureza se torna insuficiente quando se trata de analisá-lo no processo produtivo na sociedade capitalista, conforme afirma Marx. O que não significa desprezar a reflexão de Marx sobre o trabalho como categoria que funda uma nova esfera de ser, o ser social. Segundo Lessa (2007), o trabalho, categoria fundante do homem, é tido como uma articulação entre “cabeça e mão”. Essa condição ainda não conhecia a divisão social do trabalho, em que “cabeça e mão” vão ser separados em trabalho intelectual e trabalho manual, os quais, no modo de produção capitalista, vão se opor “como inimigos”.

transformá-la modifica a si mesmo, resultando no surgimento de novas situações, novos conhecimentos e habilidades. Na assertiva abaixo, o referido autor nos mostra claramente como ocorre esse processo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, [sic] regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...]o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo de mel em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX,1985, p. 149-150).

Para ele, o tratamento dado ao trabalho em seu sentido originário bastava-se, ou seja, a relação existente entre atividade humana e natureza, na qual alguns objetos naturais são transformados em valores de uso, era suficiente para afirmar o trabalho como condição natural eterna da vida humana, independentemente da relação existente entre os trabalhadores no processo produtivo. Desse modo, torna-se desnecessário situar o trabalho em um determinado modo de produção, uma vez que tal posicionamento não modificaria sua essência primária, pois, em quaisquer circunstâncias, o trabalho continuará sendo “aquele processo que produz valores de uso, independentemente do fato de se realizar sobre o controle do feitor de escravos ou sob as formas sofisticadas de controle presentes no capitalismo” (HOLANDA,2010, p.2-3). Pois, seja qual for o nível de desenvolvimento das forças produtivas, será somente mediante a transformação realizada na matéria natural, que os homens podem suprir as necessidades indispensáveis a sua sobrevivência⁴.

Desse modo, apoiado em Marx, Lessa(2007a) afirma não existir possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza em meios de produção e de subsistência a cada sociedade. No entanto, cabe observar que, se a existência da sociedade torna-se inviável sem a natureza, esta última, por sua vez, pode manter-se sem nenhuma intervenção da sociedade, da mesma forma “que as leis do desenvolvimento social são ontologicamente distintas das leis da biologia, da física e da química”(LESSA, 2007a, p.133).

Em outras palavras:

⁴ Refiro-me aqui às necessidades vitais a todo ser humano como, por exemplo, a alimentação.

Enquanto, na natureza, a mera reprodução biológica determina o desenvolvimento dos seres vivos, a reprodução das sociedades é um processo que inclui condições que sequer existem na natureza como lutas de classe, ideologia, trabalho etc. Isto significa que se trata de esferas de ser ontologicamente diferentes e não apenas de diferenças de graus no interior da natureza. Realmente, marcando a distinção entre a natureza inorgânica e a orgânica, há a vida – capacidade de reproduzir a si mesmo rigorosamente desconhecida do inorgânico que apenas opera reações químicas ou processos físicos. E diferenciando a natureza (inorgânica e orgânica) da sociedade, há uma constelação de complexos (linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião etc.) que consubstanciam esta última como um outro tipo de ser, que não só é exatamente mais complexo que o ser natural (inorgânico e orgânico), mas que, sobretudo, não pode ser derivado da natureza (LESSA, 2007 a, p.133).

Dessa forma, o que distingue esse complexo de questões está no fato de que, entre a esfera inorgânica, a esfera biológica e o ser social, ocorre uma diferenciação nas formas concretas do ser, pois “a inorgânica, a essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada” (LESSA, 2007b, p.24-25).

Contudo, apesar de distintas, essas três esferas estão completamente articuladas, pois, sem a esfera inorgânica, não há vida; sem vida, não há ser social. Esse momento evolutivo é responsável pelos traços de continuidade que articulam as esferas entre si. Para Lessa (2007b), a existência do ser social está intimamente determinada pelo intercâmbio orgânico entre homem e natureza, o que remete à condição prioritária para o entendimento da Ontologia do ser social do filósofo húngaro George Lukács.

Assim, a distinção e articulação existente entre as três esferas ontológicas só será corretamente compreendida, se levarmos em conta o que Lukács, após Marx, denominou de *salto ontológico*. A análise do surgimento da vida compreende um longo processo evolutivo, no qual emerge na matéria inorgânica um novo tipo de ser – um ser orgânico – dotado da capacidade de se reproduzir. “Este surgimento configurou um salto ontológico, uma vez que a passagem do inorgânico ao orgânico fez aparecer na natureza, [...] algo absolutamente novo, a reprodução biológica” (LESSA, 2007a, p.140).

De acordo com esse autor:

Todo processo inorgânico tem característica decisiva, a de tornar-se outro processo inorgânico. Com o aparecimento da vida, pela primeira vez temos um complexo que só pode existir se for capaz de reproduzir a si mesmo (goiabeira dá goiabas que geram goiabeiras etc.). Diferente da natureza, o ser

vivo só é ser vivo se for capaz de reproduzir a si mesmo. Os seres vivos compõem um novo tipo de ser (uma nova esfera ontológica), cujas características não podem ser deduzidas das propriedades da matéria inorgânica[...] até mesmo na vida mais primitiva já existiam pelo menos três características básicas das formas orgânicas mais desenvolvidas: reprodução biológica, interação com a natureza, interação dos organismos vivos entre si. Destas interações, mediante processos evolutivos complicados e muitíssimo longos em termos temporais, as formas de vida diferenciaram-se enormemente e se desenvolveram a ponto de construir organismos animais bastante complexos, superiores na escala natural – os primatas. As indicações científicas permitem afirmar que foi dos primatas, através de outro salto ontológico, que surgiu o ser humano (LESSA,2007 a, p.140-141).

Como vimos, o surgimento da vida possibilita uma nova categoria, a reprodução biológica, que, por sua vez, fundamenta a gênese do ser social. Com o ser humano, uma nova materialidade é posta, cujas particularidades não se devem à herança biológica e genética, mas a algo radicalmente novo, ao ser social. Isso significa dizer que, pelo trabalho, os ancestrais biológicos do homem saltam a natureza e superam seus limites naturais, produzindo a si humanamente. De modo que, quando falamos de trabalho como categoria ontológica, estamos afirmando como atividade central do ser social.

Conforme diz Marx, trabalho é uma atividade exclusiva do gênero humano. Para sustentar sua tese, o referido autor nos mostra o exemplo da aranha e da abelha, ao relatar que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria seu objetivo que ele determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX,1985, p.149-150).

Dessa forma, diferentemente das atividades desenvolvidas pela aranha e pela abelha, nas quais suas ações resultam da reprodução instintiva de sua espécie biológica, produzindo essencialmente o mesmo para garantia de sua existência e de suas crias, o tecelão e o arquiteto desenvolvem sempre o novo para todo o gênero com atividades mediadas pela consciência, eles constroem o favo em suas cabeças, antes de construí-lo em cera, conforme argumenta

Marx, de modo que, no final, o processo reflete no resultado anteriormente imaginado pelo trabalhador e, em cada experiência realizada, adquire novas habilidades. Em outras palavras, o trabalho é, portanto, categoria fundamental de distinção entre os homens e os animais, ou seja, é um complexo ontológico determinante, próprio do gênero humano.

Partindo da mesma premissa, Engels⁵(2013) em seu texto: *o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, relata a diferença existente na posição ereta das mãos do macaco em comparação com as mãos do homem. Para o referido autor, tal diferença ocorre pelo fato de que as mãos do macaco desenvolvem funções aparentemente simples, geralmente vinculadas ao trato das necessidades básicas biologicamente determinadas, ao contrário das mãos humanas evoluídas em função da necessidade de desempenhar trabalho. Diante disto, Engels aponta:

[...] a posição ereta havia de ser para nossos peludos antepassados primeiro uma norma e logo uma necessidade, daí se depreende que, naquele período, as mãos tinham que executar funções cada vez mais variadas[...]. As mãos servem fundamentalmente para recolher e sustentar os alimentos, como o fazem já alguns mamíferos inferiores com suas patas dianteiras. Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns, como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empunhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para bombardear com frutas e pedras. Quando se encontram prisioneiros, realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive, os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos (ENGELS, 2013, p.14-15).

Dessa forma, o papel do trabalho no tornar-se humano homens, permitiu-lhes o desenvolvimento de habilidades e capacidades, de tal modo que as mãos passam a desempenhar um papel cada vez mais adequado como órgão do trabalho. Assim, o ser humano conseguiu se desenvolver saindo dos estádios mais primitivos⁶. Tal processo passa a ocorrer tanto pelo desenvolvimento por meio do trabalho, mediado pela comunicação verbal. Reconhecemos que o processo de aquisição de conhecimento é mediado pela linguagem, complexo social engendrado pelo trabalho, fato que possibilita ao homem ter acesso ao legado

⁵Aqui tomamos como referência o texto de Engels “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”, escrito em 1876, publicado pela primeira vez em 1896 em *Neue Zeit*. Publica-se segundo a edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito em alemão, traduzido do espanhol, editado a partir de [www.insrolux.org/textos/.\(N.T.\)](http://www.insrolux.org/textos/.(N.T.)). Aqui utilizaremos a versão do texto de Engels presente no livro: *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*, organizado por Ricardo Antunes.

⁶Citamos como exemplo a dos australopitecos e do homem Neandertal até chegar ao homo sapiens.

conhecido pela espécie, assim cada geração começa sua existência de mundo criado pela geração precedente.

Desse modo, a utilização das mãos dos macacos, mesmo no que refere a ações mais complexas, não passa de um instinto meramente biológico, uma vez que “nenhuma mão sismiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse” (ENGELS,2013,p.15), aspecto que pode ser estendido a toda fauna existente na natureza.

Engels acrescenta ainda que, mesmo de maneira diferenciada do ser humano, os animais também, por sua atividade, transformam a natureza em seu exterior. Porém, há de se considerar que tal transformação ocorre de maneira involuntária e se constitui um fato acidental, o que difere da transformação exercida pela ação humana sobre a natureza, que adquire caráter intencional, planejado, tendo por finalidade o alcance de objetivos planejados anteriormente. Dessa forma, o homem não é apenas um ser natural, mas um ser natural humano em que continuidade e ruptura com a natureza marcam decisivamente o devir humano. É o trabalho o elemento que torna possível a integração entre o natural e o social, “preservando ao mesmo tempo, a especificidade de cada um, a sua unidade indissolúvel e a sociabilidade como progressivamente dominante”(TONET, 2011, p.58).

Assim, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, protoforma de todos os atos humanos, pois somente por meio dele o homem pode atuar sobre a natureza e transformá-la mediante sua ação corpórea e mental, projetando sobre a natureza a síntese entre a sua subjetividade e a objetividade posta, transformando o que é constituído pelo ser inorgânico e ser biológico em algo ontologicamente novo. É nesse processo que os homens passam a produzir a própria vida material, construindo o salto qualitativo sobre a natureza, superando seus limites naturais. É nessa processualidade que a história passa a ser determinada cada vez mais por atos humanos e cada vez menos por leis naturais. Aqui se encontra o fundamento ontológico da gênese do ser social, sendo o trabalho seu momento fundante. De acordo com Lessa, “o impulso à generalização inerente ao trabalho[...] funda o traço mais característico da história humana: o devir-humano dos homens”(2007b,p.81).

Para o filósofo húngaro George Lukács⁷, o trabalho constitui uma “síntese entre teleologia e causalidade⁸”, sendo esses dois momentos entre si heterogêneos, embora, no processo de trabalho, eles se apresentem como uma unidade indissolúvel de uma mesma

⁷Conforme assinala Tonet (2011), Marx trata dessas questões ontológicas ao longo do conjunto de suas obras. No entanto, o trabalho de reunir de forma explícita os estudos dispersos nas diversas obras de Marx deve-se a Lukács.

⁸De acordo com Lukács (1979 *apud* LESSA, 2007, p. 45), [a] relação dialética entre teleologia (isto é, projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação) e causalidade (os nexos causais do mundo objetivo) corresponde à essência do trabalho.

esfera ontológica: o mundo dos homens. Dessa forma, no contexto marxiano-lukasciano, o trabalho é uma categoria exclusivamente social, pela qual “uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material, como nascimento de uma nova objetividade”(LUKÁCS,1986, p.12).

No que se refere à teleologia⁹, o que a caracteriza “é o estabelecimento consciente de fins a serem atingidos”, o que sinaliza a diferença primordial entre homem e animal. Tal diferença consiste no fato de que “[...] pelo trabalho, o homem responde aos desafios da matéria natural, tendo por base um ato da consciência que estabelece uma finalidade, e esta finalidade dirige todo o processo”(COSTA, 2011, p.32).

Nesse sentido, esclarece Tonet que o pôr fins, ao mesmo tempo em que é um ato livre, “se apresenta também como um ato concretamente delimitado”. Ou seja, o primeiro elemento que compõe o complexo do trabalho é aquele em que a finalidade é determinada e os meios para a sua realização são escolhidos sempre mediados por atos conscientes.

A esse planejamento que “antecede e dirige a ação” Lukács denomina de prévia-ideação. Assim, “Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática” (LESSA, 2007b, p. 37). No entanto, essa prévia-ideação só pode ser considerada se for efetivada na prática, ou seja, objetivada, materializando-se em um objeto.

De acordo com Lessa, entre a consciência e o objeto construído acontecem duas relações fundamentais. A primeira se refere ao fato de que, sem a prévia-ideação, o objeto não pode existir, uma vez que “o objeto é a ideia objetivada, ideia transformada em objeto”(LESSA, 2007b, p.38). Já a segunda relação expressa que, entre a consciência que realizou a prévia-ideação e o objeto, ocorre uma absoluta distinção no plano do ser, ou seja, objeto e sujeito sempre serão entes ontologicamente distintos.

Costa (2011) salienta que esse ato de consciência já não constitui um epifenômeno como ocorre no mundo animal, pois ultrapassa as determinações exclusivamente biológicas, impulsionando o desenvolvimento de relações sociais fundadas no trabalho. Assim, os estudos marxiano-lukasciano concebem o trabalho como categoria exclusiva do ser social, e a

⁹ Lessa (2007) salienta que “ao contrário, por exemplo, de Hegel ou Aristóteles, que, cada qual a sua maneira, conceberam a teleologia como uma categoria universal, para Lukács a teleologia só existe no ser social. E, no interior deste, apenas enquanto momento dos atos singulares dos indivíduos. Lukács recusa *in limine* toda teleologia no desenvolvimento ontológico global, como também toda teleologia na história humana: apenas no interior dos atos humanos a teleologia se faz operante” (2012, p.60).

teleologia como momento restrito ao trabalho, podendo ser reconhecida de maneira mais ampla na práxis humana.

Ao contrário de Hegel e Aristóteles que concederam à teleologia, cada um à sua maneira, o status de categoria cosmológica universal, pois com eles “emergem ideias de uma história teleológica conduzida pela razão ou por um ser transcendente, no sentido de que o homem *sofre* a história em vez de produzi-la de fato” (COSTA,2011, p.33) para Lukács, a teleologia só existe no ser social. Ela “compõe objetivamente um processo de transformação material e, neste processo, o homem deixa sua marca, que pode ser reconhecida em qualquer tempo” (COSTA, 2011, p.33).

Nesse sentido, para Lukács, a teleologia constitui o momento singular e abstrato em que a consciência idealmente projeta a construção de um novo ser, que será concretizado na interação com a causalidade. Assim, para o referido autor, a teleologia é uma categoria posta, na medida em que é uma categoria ontológica objetiva e exclusiva do mundo dos homens.

Nas palavras de Costa:

A teleologia[...] [é] definida por Lukács como ‘uma categoria ontológica objetiva, no preciso sentido de que a consciência, com o ato de pôr, dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico’. O pôr, portanto, ‘tem neste caso um ineliminável caráter ontológico’. De modo que uma posição não significa somente uma tomada de consciência ante a realidade objetiva, mas um momento objetivo que deslança um processo objetivo no mundo dos homens. Ao desencadear um processo real específico do mundo humano, o pôr, assim considerado, funda uma nova objetividade, algo não existente anteriormente na história natural (COSTA, 2011, p.34).

Assim Lukács considera a teleologia uma atividade humana sensível, como ato de pôr que transforma a causalidade em algo produzido, que exerce sobre o objeto uma força material real. No entanto, “a objetividade da teleologia é diversa daquela objetividade da natureza, haja vista que teleologia e causalidade mantêm sempre suas qualidades essenciais” (COSTA, 2011, p.34).

Quanto ao outro momento que compõe o trabalho, a causalidade é exatamente o que caracteriza a natureza. Regida por leis independentes de qualquer consciência, seu desenvolvimento nunca poderá ter como consequência um tipo de ser cujo momento predominante não fosse constituído por essas leis. Nesse contexto, Tonet(2011) ressalta que apenas a intervenção do trabalho, como um elemento novo que confere uma mudança qualitativa ao ser natural, poderia alterar o curso das leis naturais e dar origem a um novo tipo de ser: o ser social.

Desse modo, a causalidade difere da teleologia por não supor autor consciente, ou seja, suas características, destino e evolução, são regidos por leis naturais, não havendo nenhuma relação com a consciência humana, a não ser pelo ato de produção. Assim, “afora modificações próprias da natureza, em si desprovidas de qualquer teleologia, somente um ato humano pode pôr em movimento as qualidades naturais de uma causalidade”(COSTA,2011, p.35).

Desse modo, a causalidade se torna posta “no preciso sentido de que o objeto criado é a expressão material do projeto pensado idealmente e com isso incorporou ao seu em si os contornos decisivos desse projeto, ganhando uma qualidade diversa da naturalidade simples”(COSTA,2011, p.37), ao modo que o objeto criado não é exclusivamente natureza e, apesar de não deixar de ser natureza, se converte em seu oposto. A passagem da causalidade para a causalidade posta ocorre quando está relacionada à alteração do grau do objetivo do mundo natural para o mundo dos homens, sendo o produto desse processo de trabalho uma causalidade socialmente posta.

Costa, ao citar Lukács, salienta que, para o referido autor, o ser social é essencialmente causalidade posta, uma vez que

[...] tendo sua gênese no trabalho e, dentro dele, no processo de objetivação, adquire os contornos que a objetividade lhe imprime. A objetivação opera uma modificação do mundo dos objetos no sentido de torná-los sociais. No interior do processo de trabalho, a objetivação realiza a síntese entre o momento ideal e a realidade material, fundando o ser social, um processo que se efetiva mantendo sempre teleologia e causalidade como categorias ontologicamente distintas. Neste sentido, o ser social, de modo necessário, é internamente contraditório (COSTA,2011, p.38).

Desse modo, a coexistência concreta entre teleologia e causalidade natural é própria do trabalho. É exclusivamente no interior do trabalho que essas categorias são encontradas como pertencentes “ao ser-precisamente-assim existente”¹⁰. Portanto, a teleologia, diferentemente da causalidade, não existe por si mesma, mas no interior de nexos causais determinados, sendo, dessa forma, cronologicamente posterior à causalidade, além de operar em conexão com o desenvolvimento material do mundo humano. Ela exerce também a ação de retorno sobre a causalidade, “ao se apropriar das qualidades intrínsecas da natureza e reordená-las num novo modo de ser, provoca profundas transformações na própria natureza e funda uma nova esfera ontológica,o ser social”(COSTA, 2011, p.38-39).

¹⁰ Termo utilizado por Lessa(2007) em seu livro: *Mundo dos homens: trabalho e ser social*.

Em outras palavras, o “ser-posto” não significa a eliminação da objetividade primária do ser e sua transformação em subjetividade. Pelo contrário, expressa “a mediação através da qual a objetividade primária do ser se subordina a dadas posições teleológicas, as quais têm o poder de articular as propriedades da natureza em novas formas e relações, dando origem a uma nova objetividade” (LESSA, 2012, p.64), sem alterar o caráter primário do ser. Assim:

A causalidade posta, portanto, continua a ser causalidade, não se transmutando em teleologia- todavia, por ser causalidade posta, está articulada a uma nova malha causal cuja origem é necessariamente a atividade teleologicamente orientada. Sublinhemos este aspecto, pois decisivo: a causalidade posta através da realização material de um pôr teleológico não altera a essência da causalidade enquanto tal. Esta permanente ‘princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo’ - independentemente do fato de sua gênese ser ou não um ato teleológico. Desse modo, segundo Lukács, se desdobra uma insuperável heterogeneidade de ser entre causalidade e teleologia; ou, em outras palavras, é recusada toda e qualquer identidade entre sujeito e objeto (LESSA, 2012, p.64).

Nesse sentido, é no interior do trabalho que a objetivação efetiva a síntese entre teleologia e causalidade, fundando o ser social enquanto causalidade posta. No processo de trabalho, a objetivação se expressa mediante a produção de novas realidades autônomas presentes no ser social em movimento. Portanto, a objetivação nada mais é do que a expressão de “atividades de sujeitos sociais que não somente agem sobre o mundo objetivo, mas transformam, também, a si mesmos e ao conjunto da sociedade por eles criada, e são, ao mesmo tempo transformados por ela” (COSTA, 2011, p.40).

Para Lukács, conforme afirma Costa, o processo de objetivação/exteriorização é mais que dois aspectos interligados num mesmo processo. “A exteriorização dirige-se mais precisamente à constituição da interioridade do sujeito. Com ela tem início o processo de reconhecimento e construção do indivíduo como pessoa humana” (COSTA, 2011, p.41). Portanto, mediante a exteriorização (*Entäusserung*), o sujeito se reconhece distinto do objeto por ele criado.

Compreende-se, então, que o ato de objetivação, ao possibilitar o surgimento de um novo ser, permite a exteriorização da consciência frente à nova realidade apresentada, sendo este movimento em que os indivíduos reconhecem o “seu em si” denominado de exteriorização do sujeito. Partindo dessa premissa, Costa, afirma ser a “exteriorização[...] mediação fundamental à constituição dos indivíduos sociais que, por sua vez, exercem papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade e vice-versa” (COSTA, 2011, p.42).

Nas palavras de Lessa(2012),

[...] o sujeito se consubstancia enquanto tal pela objetivação/exteriorização. Sem objetivação/exteriorização não há qualquer transformação teleologicamente posta do real; sem exteriorização/objetivação não há vida social, portanto não há sujeito. Ser humano, para Lukács, significa uma crescente capacidade de objetivar/exteriorizar, isto é, transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas (LESSA,2007b, p.40).

Assim, o processo de objetivação converte a prévia-ideação em objeto concreto, mediante transformação de um setor da realidade. Já a exteriorização caracteriza-se como momento da objetivação pelo qual se torna efetiva a distinção entre um objeto socialmente criado e a consciência que realizou a prévia-ideação. Desse modo, o sujeito exterioriza-se em um objeto ontologicamente distinto de si próprio: “apesar de o objeto socialmente criado ser subjetividade objetivada, não há em Lukács qualquer traço de identidade sujeito-objeto”(LESSA,2007b,p.42). Dessa forma, sujeito e objeto (criador e criatura) são ontologicamente distintos.

Em suma, o trabalho compreende a síntese entre teleologia e causalidade, em que a causalidade “é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo”, permanecendo inalterado, mesmo quando uma série causal tenha como ponto de partida um ato da consciência; a teleologia é, por sua vez, uma categoria posta, na medida em que todo processo teleológico implica uma finalidade, conforme já afirmado anteriormente. Contudo, “a teleologia, [...] não é mera pulsão da subjetividade, nem simples elevação à subjetividade das categorias do real [...] é, sim, um movimento real da realidade material” (LESSA, 2012, p.61), em que a consciência, pelo ato de pôr, inicia o processo real, por intermédio do processo teleológico, configurando o pôr como caráter ontológico exclusivo no mundo dos homens.

1.2 Acumulação primitiva: bases da produção capitalista e do trabalho explorado

No item anterior, tratamos sobre o trabalho “independente de suas formas históricas, como processo entre homem e Natureza” (MARX, 1985, p.105). Contudo, como nosso objeto nos conduziu ao trabalho no capitalismo, a esse aspecto universal do trabalho como intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, precisamos acrescentar outras determinações próprias do modo de produção capitalista que tornam o trabalho cada vez mais

degradante¹¹. Para entender o trabalho na sociedade capitalista, é preciso apreendê-lo em seu movimento histórico e no processo de sua constituição. Sabemos que o modo de produção capitalista vai sendo gestado de acordo com algumas condições que possibilitaram o seu desenvolvimento, uma delas, a acumulação do capital mediante a acumulação de mercadorias. Com o surgimento de excedente econômico, desenvolve-se o aumento da produtividade do trabalho, o que possibilitou uma verdadeira revolução social, fazendo surgir algo inédito: a possibilidade de acumular produtos do trabalho.

Dessa maneira, a chamada acumulação primitiva traz à tona possibilidades históricas capazes de esclarecer os movimentos conjunturais e as leis estruturais da acumulação capitalista. Assim, a passagem do feudalismo para o capitalismo caracteriza-se como um longo processo de degradação do sistema feudal, dando lugar ao surgimento e à intensificação das relações capitalistas¹². Esse longo processo foi definido por Marx como de acumulação primitiva do capital, caracterizado como economia mercantil, em que a produção não se limitava apenas ao uso imediato de tudo que era produzido, mas estava também direcionada às trocas.

No entanto, a morte de um sistema produtivo está inteiramente entrelaçada ao nascimento do modo de produção que se segue, pois, no caso específico da passagem do feudalismo ao capitalismo, observa-se que, ao mesmo tempo em que conserva elementos do antigo modo de produção, o supera de tal modo, apresentando uma luta de classes em graus elevados jamais vistos em sistemas precedentes. Na economia política clássica transitam, de maneira sutil, dados sobre a origem da passagem do feudalismo para o capitalismo. Aqui, a chamada acumulação primitiva ocorre mediante uma transição pacífica do feudalismo para o capitalismo, em que o nascimento do novo sistema de produção não apresenta dores de parto, nem tampouco a lamentação da destituição de velhos costumes históricos.

Dessa forma, para os economistas políticos clássicos, a origem do capital é explicada como expressões exteriores à própria existência da natureza humana, presente nas classes sociais, em que uma parte laboriosa, poupadora, acumulou capital e dinheiro, e a outra, vagabunda, portadora de vícios incorrigíveis, reteve a pobreza material e a miséria espiritual. Muito distinta dessa versão é a análise marxiana sobre a origem do capitalismo. De acordo

¹¹Para Marx “[...] Considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. [...] Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (1985, p.105).

¹²Para Marx(1985), a “morte” do velho modo de produção (feudalismo) não havia acontecido, enquanto as novas relações de produção (capitalismo) estavam sendo gestadas.

com Marx, o nascimento do capitalismo nada mais foi que o resultado colonial, banhado por saques, roubos e assassinatos, ou seja, a violência foi a parteira do capital.

Sendo o capital uma relação social, na qual o dinheiro é utilizado para a valorização, foi necessário encontrar meios que possibilitassem a acumulação capitalista, uma vez que o dinheiro por si só não se autoamplia, mesmo quando convertido em meios de produção. No entanto, para que essa valorização viesse a acontecer, foi preciso um longo processo de acumulação primitiva do capital, caracterizado pelo rompimento gradativo da autossuficiência do feudo, impulsionado pelo crescimento populacional, pelas inovações técnicas da agricultura e pelo renascimento urbano. Todo esse processo possibilitou a dissolução do sistema feudal e a formação do modo de produção capitalista.

Inicialmente a transição do modo de produção feudal para o capitalista ocorre mediante o estabelecimento do trabalho familiar, tendo como características uma jornada de trabalho condicionada pela luz solar, em que o espaço físico de trabalho encontrava-se no interior da residência do próprio trabalhador. Nesse processo de trabalho a produção era artesanal, constituída de trabalhadores independentes¹³ que vendiam o produto de seu trabalho, mas não seu próprio trabalho, uma vez que ainda detinham seus meios de produção, como ferramentas, matérias-primas e oficinas.

Com o passar dos tempos, ocorre um intenso crescimento dos mercados, ocasionado pelo crescimento da produção, da venda das mercadorias, ultrapassando a fronteira dos lares e se expandindo mediante as trocas e o surgimento do comércio. O trabalho passa a ser desenvolvido nas cidades, nas casas dos produtores ou em oficinas manufatureiras surgidas com a ampliação mercantil. Tais modificações configuram o fim do modo de produção feudal paralelo ao aparecimento de uma nova organização social de produção, o capitalismo.

No entanto, para que o modo de produção capitalista se efetivasse plenamente, passaram alguns séculos, ocorrendo apenas quando o trabalhador não detinha mais seus meios de produção, tendo como único recurso para sua subsistência a venda de sua força de trabalho para o capitalista. Para Marx(1985), o processo de acumulação primitiva nada tem de idílico e mítico em que o possuidor do capital o obteve, originalmente, com seu próprio trabalho e dos seus antepassados, conforme explica a economia política clássica, mas tem como “precedente a acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX,1985, p.261). Tal acumulação ocorreu sob um processo de extrema violência. Marx acrescenta ainda que:

¹³Podendo ser agricultores, sapateiros, alfaiates, construtores, carpinteiros, entre outros.

Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel. Na suave Economia Política, reinou desde sempre o idílio. Desde o início, o direito e o ‘trabalho’ têm sido os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se de cada vez, naturalmente, este ano. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos (MARX,1985, p.261-262).

É importante salientar que as relações primordiais de acumulação nada têm de idílico; foram marcadas pela conquista, pela violência, pelo assassinato e pelo roubo. Nesses termos:

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. [...] Em tempos muitos remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinha e mais ainda. [...]. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos finalmente nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza de poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar (MARX,1985, p. 261).

Marx nos mostra a origem do modo de produção capitalista, afirmando que “a assim chamada acumulação primitiva” é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. “Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX,1985, p. 262). Assim, a estrutura econômica presente na sociedade capitalista surge da estrutura econômica da sociedade feudal, em que “a decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX,1985, p.262). A esse respeito, argumenta:

O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmo depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1985,p.262).

Esse processo de transição, responsável pelo surgimento tanto do trabalhador assalariado como do capitalista, teve suas raízes na mudança da sujeição, “na transformação da exploração feudal em capitalista” (Marx,1985, p.263). História marcada por transformações que serviram de base para o aparecimento da sociedade capitalista, mediadas pelo desaparecimento da servidão e pela expropriação do camponês “no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais”(MARX,1985, p.264).

Para que acontecesse a degradação do feudalismo, foi necessário que acontecesse um conjunto de circunstâncias sociais, uma vez que a mercadoria e o dinheiro não foram por si mesmos responsáveis pelo surgimento do capitalismo. Em linhas gerais, para que esse processo se efetivasse de fato, deveriam existir dois tipos diferentes de proprietários de mercadorias; os detentores da riqueza – dinheiro e meios de produção – e os trabalhadores “livres” – possuidores da força de trabalho.

Nesse processo de transição do feudalismo ao capitalismo, a sociedade passa a ser dividida em capitalistas e proletários, sendo os primeiros possuidores dos meios de produção e detentores do capital, e os segundos representados por homens livres da servidão feudal e dos meios de produção, obrigados a vender sua força de trabalho para garantia de sua subsistência e de sua família.

Nas análises tradicionais sobre esse período histórico, observamos o tom de liberdade conquistada pelos capitalistas com o fim dos feudos, a instauração da liberdade de comércio e o fim das guildas e corporações feudais, que possibilitaram a liberdade de produção. Ou ainda escutamos falar no fim das relações servis de produção que ligavam o camponês ao senhor feudal, liberdade que gera a figura do cidadão, “sujeito com direitos”. No entanto, o que se via de fato foi a cruel expropriação do trabalhador dos seus meios de produção. Como diz Marx,

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. [...] O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1985, p.262).

No interior desse processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, está a expropriação dos meios coletivos de produção dos trabalhadores, rurais e urbanos, e a sua subsequente apropriação privada para as mãos dos burgueses: “a chamada acumulação

primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 1985, p.262), sendo a expropriação do produtor rural, do camponês a base de todo esse processo.

Os relatos nos contam que os métodos de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores foram os mais violentos. Os cercamentos das terras para fins de acumulação privada foram realizados, mediante aliança da burguesia nascente com a pequena e média nobreza feudal e o Estado absolutista inglês, que detinha o aparato necessário para levar os cercamentos aos seus últimos termos. Desse modo, sob a supervisão dos seus gestores, a burguesia promoveu um verdadeiro massacre físico e social dos trabalhadores rurais, incapazes de resistir, política ou militarmente, às forças armadas estatais.

Observa-se, diante do exposto, um duplo processo. Em primeiro lugar, o desaparecimento da servidão e da vassalagem feudal em decretos reais e parlamentares, o que irá gerar, no futuro, a figura dos homens livres e iguais, “os cidadãos”. Em segundo lugar, paralelas às mudanças legais, ocorrem transformações significativas, no plano econômico-político: a usurpação de terras camponesas para ampliação dos domínios territoriais das classes dominantes. Estas passam a ser utilizadas de acordo com as necessidades técnicas do modo de produção capitalista.

A terra deixa de ser uma obrigação política e cultural, um território natural que serve de sustentação social, para se tornar um bem livremente transacionável nos mercados, ou como um meio de produção de mercadorias valorizadas nos centros urbanos e no mercado mundial. A sua finalidade não é mais garantir a dominação dos senhores feudais, funcionando como reserva de valor político e muito menos garantir a sobrevivência dos trabalhadores; a terra, agora sob a égide do capital, torna-se uma fonte de produção de riqueza, uma fonte de investimentos, produtivo e especulativo.

Tal mercantilização da terra traz uma nova noção e uma nova prática quanto à propriedade privada, livre de toda sorte de restrições jurídicas. O Estado, nesse caso, intervém somente para garantir o direito inalienável e absoluto do homem sobre a propriedade privada. Na sociedade capitalista, a propriedade privada restringe-se à propriedade de coisas materiais e rendas, ao direito de excluir o outro do uso dessa propriedade e ao direito de aliená-la, mediante os interesses de seu dono.

Constituída de plena liberdade sobre suas propriedades privadas dos meios de produção, a burguesia passa a defender a ideia de que a busca incessante da realização dos interesses individuais e privados de maximização e otimização dos recursos econômicos, sem sofrerem qualquer tipo de intervenção externa, as livres forças do mercado promoveriam, por

si só, o bem-estar social coletivo. Na realidade, o que tínhamos era um enorme aumento da pobreza e degradação dos trabalhadores, ocasionada pela perda dos direitos de uso da terra.

Diante dos acontecimentos, as reações não tardaram a aparecer. Oradores, literatos e sacerdotes escreveram cartas, livros e versos e pronunciaram sermões aos donos da terra, suplicando o fim dos cercamentos, razão primária do aumento do desemprego, da fome e da pobreza. Piedade, clamou o Bispo de Latimier, durante o reinado de Eduardo VI. Compaixão, exigiu a oração para os senhores de terras (HUBERMAN, 1964, p.124-25). Conquanto, diante das forças política e ideológica na época, as orações, sermões e súplicas não foram capazes de impedir os cercamentos das terras comunais, muito menos seus efeitos sociais. A Coroa inglesa, preocupada com a pobreza, o despovoamento dos campos e a violência das revoltas dos trabalhadores, aprovou leis oficiais visando barrar a privatização das terras e amenizar a situação social dos camponeses. A esse respeito, o referido autor nos relata que:

A coroa realmente se preocupava. Queria sustar o despovoamento das aldeias. Estava atemorizada, porque o exército era recrutado principalmente entre os camponeses e ospequenos proprietários. Por outro lado, os camponeses cujos meios de vida estavam desaparecendo haviam até então pago impostos e constituíam uma boa fonte de renda para a coroa. Esses grupos de mendigos constituíam, ainda, um verdadeiro perigo – ocorreram incêndios, derrubadas de cercas, motins. Foram aprovadas, por isso, leis contra o fechamento de terras (HUBERMAN, 1964, p.125).

Dessa forma, a expropriação dos meios de produção continuou na expulsão dos camponeses e pequenos arrendatários, fazendo surgir uma massa de desempregados, aumentando de forma crescente a pobreza. Diante desses aspectos, dois fatores importantes sobre os cercamentos de terra devem ser destacados: primeiro, uma legislação específica; e, em segundo lugar, o objetivo dos cercamentos não era criar uma população excedente às manufaturas urbanas, mas sim aumentar o lucro dos donos das terras. Assim, os cercamentos dos campos nada mais foram que uma ação consciente desses proprietários ao aumento de seus rendimentos e, para que isso acontecesse, foram postos em prática os cercamentos dos campos, a elevação dos arrendamentos e a transformação das lavouras em pastos de ovelhas.

A forma pela qual o excedente econômico é produzido pelas classes dominadas e apropriado pelas classes dominantes marca cada período histórico da humanidade, diferenciando um do outro. No que tange à situação dos latifundiários ingleses, convém observar como o excedente econômico foi extraído do trabalho dos camponeses e, principalmente, dos trabalhadores assalariados. A diferença essencial entre o capitalismo e o feudalismo não é o desenvolvimento das cidades, nem a liberdade de comércio, mas sim a

forma de extração do excedente econômico. Para Marx, “os fechamentos do século XVI encontraram muita resistência, não só dos prejudicados, mas também do governo, receoso de violência da parte das massas levadas à fome, os fechamentos do século XVIII foram realizados com a proteção da lei” (HUBERMAN,1964, p.187). Do direito consuetudinário do uso das terras, tinham livre acesso aos principais meios de produção disponíveis na época. Com o próprio labor, produziam seus meios de subsistência mais elementares, usufruindo livremente da natureza. Em decorrência dessa forma particular de propriedade, as classes dominantes recorriam à coerção direta e explícita do poder militar, jurídico e político, para garantir a expropriação do excedente econômico.

Com o modo de produção capitalista, a extração do excedente econômico produzido pelos trabalhadores rurais e urbanos muda de figura, independentemente do conteúdo das mercadorias. Aqui o que importa é a forma social da produção. Os indivíduos, desde uma determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, criaram um nível produtivo tal que propiciou uma produção excedente para além das necessidades humanas imediatas. Essa produção excedente comumente era trocada, comprada e vendida nos mercados, organizações marginais sem muita relevância na vida social, pois os sujeitos históricos que o produziam necessitavam sobreviver.

Com a instauração do capitalismo, altera-se consideravelmente essa situação, pois os mercados passam a representar grande importância na vida da sociedade, uma vez que agora todos os bens e serviços necessários à reprodução social humana são produzidos como mercadorias, voltados para a troca, para a satisfação de outrem e não para a necessidade pessoal do produtor direto. Burguesia e proletariado precisam igualmente recorrer ao mercado para obterem os elementos necessários a sua reprodução.

Assim, de uma maneira ou de outra, todos, sem exceção, dependem do mercado como uma instância reguladora das suas necessidades sociais; há, entretanto, uma diferença primordial em relação às classes sociais envolvidas: enquanto o capitalista vê o mercado como um espaço de liberdade de acumulação, o trabalhador sente-o como opressor das suas necessidades e potencialidades, incapaz de satisfazê-lo nas suas carências mais básicas.

O mercado capitalista, na sua essência, não é regido pela lógica comercial em que o excedente seria resultado da diferença das operações de compra e venda e da habilidade do comerciante, mas sim pela lógica concorrencial da produção de mercadoria com baixos custos, numa escala sempre ampliada para um mercado consumidor em expansão. Há uma diferença entre o ganho comercial do lucro e a lei geral de acumulação capitalista. No capitalismo, os lucros auferidos advêm da produção eficiente de mercadorias, ou, em outros

termos, da exploração do trabalho assalariado pelo capital, e não da circulação das mercadorias. A lógica concorrencial capitalista começa por volta do século XVI, na Inglaterra, nos mercados de alimentos, vestuário e outros bens primários das necessidades humanas.

Com o passar dos tempos, ela se amplia não como um esquema conspiratório das classes dominantes para aumentar a exploração dos trabalhadores, mas para responder a situações historicamente determinadas pela complexa luta de classes inglesas do período mencionado. Desse modo, na Inglaterra, por mais que o Estado fosse unificado e centralizado, em especial em termos de força coercitiva, não assumiu feições absolutistas. A aristocracia, desmilitarizada, não tinha mecanismos extra-econômicos de expropriação do excedente. Tendo o Estado centralizado os meios coercitivos – político, jurídico e militar –, os latifundiários foram obrigados a desenvolver meios econômicos de apropriação do excedente, com o intuito de se manterem como uma classe dominante.

Desse modo, a aristocracia inglesa, acompanhou de perto a evolução da lógica capitalista; logo, deixou para trás seus ideais feudais para se tornar uma aristocracia produtivista. Cada vez mais os grandes latifundiários exigiam o pagamento da renda da terra em moeda; os aluguéis eram pagos em dinheiro, e não mais em espécie, o que trouxe a monetarização das relações sociais no campo inglês. Ademais, os arrendatários eram obrigados a competir não só no mercado de consumidores, mas também num mercado de acesso a terra. No que se refere à segurança do arrendamento, esta dependia exclusivamente da capacidade de pagar o aluguel vigente; a produção não competitiva podia significar a perda direta da terra para fazer frente aos pagamentos monetários, numa situação em que outros arrendatários potenciais competiam pelos mesmos arrendamentos; pois eram obrigados a produzir por um custo eficiente, sob pena de serem desapropriados.

Criou-se, assim, o produtivismo visando ao lucro. Nascido na agricultura inglesa, o melhoramento estimulava, pelo princípio econômico da concorrência capitalista, o desenvolvimento de novos equipamentos, novas técnicas de cultivo e novas formas e concepções da propriedade, como a propriedade privada burguesa; o seu objetivo, como já antecipamos, era aumentar a produtividade do trabalho e produzir com baixos custos de produção, gerando lucros extraordinários, conquistando mercados e destruindo seus concorrentes, além, é claro, de intensificar a exploração do trabalho assalariado.

Os produtores, que por diversos motivos não conseguiram inserir-se competitivamente na lógica capitalista de produção, faliram e perderam suas terras para os produtores mais eficientes, engrossando as fileiras dos proletários, que cresciam na justa medida dos

cercamentos dos campos. O resultado é uma polarização social na Inglaterra, com proprietários dos meios de produção no topo da pirâmide e vendedores da força de trabalho na base. A lógica capitalista de extração de renda monetária, sob os ditames da produção eficiente de mercadorias, criou uma agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar uma grande população não dedicada à produção agrícola, mas criou também uma massa crescente de não-proprietários, que viria a constituir uma grande força de trabalho assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos – um tipo de mercado que não tinha precedentes históricos.

Desse modo, o sistema capitalista surge como uma relação social de expropriação, produção e reprodução de riquezas humanas em que o trabalho assalariado é subsumido ao despotismo produtivo do capital. Essa relação social de dominação, opressão e exploração que segue a lógica concorrencial da produção eficiente de mercadorias tem pressupostos históricos que explicam como os trabalhadores foram despossuídos dos seus meios de produção, e como estes foram parar sob o controle dos capitalistas, que os concentravam na medida em que os expropriavam. Lógica e história se sobrepõem uma a outra, descrevendo o desenvolvimento do capitalismo como um modo de produção complexo e contraditório, que obedece a leis de movimentos nada lineares, impostos aos homens como uma férrea necessidade, a uma lógica que parece transcender o homem, construindo sua própria história e interesses.

Conforme assinala Ellen Wood,

[...] o capitalismo foi, desde o início, uma força profundamente contraditória. Basta considerarmos os efeitos mais patentes do capitalismo agrário inglês: as condições de prosperidade material existiram na Inglaterra do início da era moderna como em nenhum outro lugar, mas foram conseguidas à custa de uma vasta desapropriação e de uma exploração intensa (2001, p.125).

Apesar da enorme complexidade dos fenômenos aqui descritos, devemos reconhecer que o resultado de todo esse processo de cercamentos dos campos e expropriação dos meios e produção dos trabalhadores é claro e preciso, uma vez que a expulsão dos trabalhadores do campo possibilitou sua proletarização, caracterizada pela utilização de uma superpopulação excedente sempre disposta a vender sua força de trabalho aos proprietários das manufaturas urbanas. A exposição mais detalhada sobre as formas iniciais de exploração capitalista será mais bem apresentada no tópico seguinte.

1.3 Os primórdios da degradação do trabalho na sociedade capitalista: cooperação e manufatura

O capitalismo, desde suas origens, tem redirecionado suas formas de controle ao longo da história para garantir a submissão da classe trabalhadora às mudanças em curso. Essas alterações estão diretamente vinculadas à degradação das condições de vida e reprodução do trabalho, existentes de maneira latente na formação inicial da sociedade capitalista¹⁴ – cooperação e manufatura – , explicitando o domínio do capital sobre o trabalho como indispensável para organização do processo produtivo capitalista.

Com o afastamento das barreiras naturais impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela divisão social e técnica do trabalho, ocorrem mudanças significativas na vida dos trabalhadores rurais que deixam gradativamente as atividades agrícolas¹⁵ e especificam-se em ofícios manuais diversos. Com o aprofundamento da divisão do trabalho e posterior separação entre o campo e a cidade, começa a surgir o artesanato e posteriormente a manufatura.

O desenvolvimento da economia mercantil, baseado na baixa concentração de renda, teve na produção artesanal um processo de produção, no qual os trabalhadores eram possuidores de ferramentas de trabalho e oficinas próprias, portanto detentores do controle sobre o trabalho e da qualidade total do produto. Dessa forma, a divisão do trabalho, presente nessas oficinas, apresentava um grau de desenvolvimento inferior ao encontrado na manufatura, e posteriormente na grande indústria, conforme veremos a seguir.

A crescente expansão das relações sociais proporcionaram o aparecimento das agremiações de artesãos de um mesmo ofício, chamadas de corporações artesanais, ou guildas medievais. Tinham como objetivos a defesa do bem-estar dos seus membros, o monopólio do mercado de trabalho para artesãos locais e a regulamentação da conduta dos seus membros além do controle de qualidade das mercadorias, da proteção de segredos de produção e reserva do mercado.

Nas palavras de Huberman,

¹⁴Cabe salientar que o termo “degradação do trabalho” não é algo exclusivo da sociedade capitalista, pois, como já foi dito, ela surge com a sociedade de classe. No nosso estudo, nós ocuparemos desse fenômeno no capitalismo, desde suas formas iniciais de produção e de organização.

¹⁵ Dispensados pelo labor do campo, esses trabalhadores passam a se especializar em atividades artesanais, embrião das corporações medievais.

O sistema de corporações tivera duas características fundamentais: a igualdade entre os senhores e a facilidade com que os trabalhadores podiam passar a mestres. Em geral, isso ocorreu até os séculos XIII e XIV, os dias áureos dessas instituições. Depois disso, ocorreram modificações indispensáveis (1964, p.76-77).

Com o passar dos anos, o espírito de fraternidade e solidariedade entre as corporações foi rompido, fazendo surgir a concorrência entre os membros do mesmo ofício; os vencedores da concorrência aproximavam-se dos governos locais, controlando-os algumas vezes. Nesse contexto, também começa a aparecer o aumento da distância entre mestres e aprendizes, sendo que muitos iniciantes tornaram-se jornaleiros¹⁶. Aos poucos, os primeiros indícios da lógica capitalista como a concorrência e desigualdade entram nos domínios das corporações artesanais provocando conflitos entre seus membros.

O desenvolvimento e a ampliação dos mercados locais em direção ao mercado mundial impulsionaram grandes mudanças no processo e organização do trabalho do mestre-artesão, que, a princípio, dominava habilidades e conhecimentos da produção, da venda do produto e, ao mesmo tempo, era negociante, produtor, capataz e comerciante. Com a expansão dos mercados, os mestres-artesãos começam a perder o domínio dessas funções, o que possibilitou o aparecimento da figura do comerciante “intermediário”, embrião do capitalista moderno.

Como vimos, esse processo de produção, controlado pelas corporações, baseava-se no conjunto de regras e costumes rígidos, responsáveis pelo desenvolvimento de cada passo do processo artesanal de trabalho, desde as medidas de ferramentas até a qualidade final do produto. Para ultrapassar essas normas, os comerciantes começam a financiar centros domésticos de produção ao redor das corporações medievais. Os intermediários passam a comprar matérias-primas para a produção das mercadorias além de serem responsáveis pela comercialização do produto, pela contratação, sob forma assalariada, de mestres-artesãos falidos, em detrimento do avanço do desenvolvimento urbano.

Para Huberman (1964, p. 128), “Este método, pelo qual o intermediário emprega certo número de artesãos para trabalhar seu material em suas respectivas residências, é denominado sistema de produção doméstica¹⁷(...) não difere do sistema de corporações”, pois a

¹⁶Cabe salientar que a expressão jornaleiros, exposta por Marx em seu livro *o Capital*, não está relacionada à atividade de venda de jornais, mas às pessoas que eram submetidas a uma jornada de trabalho.

¹⁷Para Huberman (1964, p. 132), o sistema de produção doméstica concentrava relativamente muito mais recursos produtivos do que os sistemas familiar e corporativo. Era necessário muito mais dinheiro para comprar matéria-prima para muitos trabalhadores e para organizar a distribuição dessa matéria-prima e sua venda como

organização da produção e dos trabalhadores era dispersa em pequenas unidades de produção rural, sob uma base técnica artesanal pouco desenvolvida, em que o controle das ferramentas e do processo de produção continuava no domínio do próprio trabalhador. A única diferença era que as matérias-primas e o trabalho produzido não mais pertenciam ao trabalhador, mas ao intermediário, como valor de troca para o mercado.

Para Marx (1985), a cooperação se configura como princípio fundamental da produção capitalista, por representar a primeira forma de organização de trabalho na qual reúne uma quantidade significativa de trabalhadores, em torno de um mesmo plano, com processos de produção iguais ou diferentes, no entanto conexos, promovendo a subordinação de trabalhadores assalariados livres ao comando de um mesmo capital.

Nesse sentido, a cooperação representa a primeira forma de trabalho capitalista, na qual muitos trabalhadores (antigos artesãos) são postos sob o comando do capitalista que detém os meios de produção, proporcionando mudanças tanto de caráter objetivo, no que diz respeito ao aumento do número de mercadorias, diminuição do trabalho socialmente necessário, automação das condições de trabalho, economia no uso dos meios de trabalho decorrente do consumo coletivo, como alterações de caráter subjetivo, mediante o reconhecimento do trabalhador no que tange sua capacidade coletiva.

No entanto, o processo de trabalho realizado na cooperação, apesar de ter por finalidade a valorização do capital, se assemelha ao trabalho desenvolvido por antigos artesãos, pois “a oficina do mestre-artesão é apenas ampliada”(MARX,1985,p. 257). Assim, tanto na cooperação simples como na oficina do mestre-artesão, o mesmo trabalhador executa todas as fases na confecção de uma determinada mercadoria, fases já existentes nas corporações pré-capitalistas.

Além disso, na cooperação, a atividade do artesão ainda detém a consciência das ações que realiza, ou seja, os objetos naturais transformados por ele ainda são resultados de sua teleologia. Todavia, ao defrontar-se com o trabalhador extremamente qualificado, o capitalista impõe a necessidade de controle sobre a utilização dos meios de produção, tendo em vista a valorização do capital. Desse modo, toda a atividade é submetida à vigilância atenta do capitalista, com objetivo de estabelecer continuidade e harmonia no processo produtivo para proporcionar uma maior valorização do capital.

produto acabado. Era o homem do dinheiro, o capitalista, que se tornaria o orientador, o diretor do sistema de produção doméstica.

De acordo com Marx,

A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre explorador e matéria prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre adequada utilização. Além disso, a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e unidade como corpo total do produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se defronta idealmente, portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela. Se, portanto a direção capitalista é, pelo seu conteúdo dúplice, em virtude da duplicidade do processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para elaboração do produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica (1985, p.263).

Assim, para que haja cooperação, dentro nos moldes artesanais, fazia-se necessário a forma despótica imposta pelo capitalista, uma vez que o objetivo final na produção do produto diferenciava do capitalista e do produtor independente, agora mão-de-obra assalariada. Com o desenvolvimento da cooperação, rapidamente trabalhadores assalariados irão supervisionar a atividade de trabalhadores individuais. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores e militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de pessoas responsáveis pelo controle e organização e bom desenvolvimento da produção em nome do capital.

Esse controle sobre a harmonia e a continuidade da produção torna-se necessário para o desenvolvimento das forças produtivas sociais que, na cooperação, se objetiva com a interferência do capital e “(...) aparece como força produtiva que o capital possui por sua natureza, como sua força produtiva imanente”(MARX,1985, p.264). No entanto, o autor nos alerta que:

(...) Não se trata aqui do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. Abstraindo da nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global, o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas(...). Isso resulta do fato de que o homem é, por natureza, se não um animal político, como acha Aristóteles, em todo caso um animal social(MARX,1985, p.260).

Desse modo, a cooperação como forma de produção capitalista torna-se além de processo de trabalho, processo de valorização, agora diferenciada das formas de trabalho pré-capitalistas. Apesar de sua base técnica artesanal ter permanecido a mesma, ela adquire a forma de trabalho específica do capital, na medida em que processo de trabalho sofre sua primeira modificação “quando o trabalho realizado deixa de ser elaborado por produtores individuais e isolados e passa a realizar-se com a utilização de vários trabalhadores trabalhando lado a lado, sob comando do mesmo capital”(MARX,1985, p.265).

Nas palavras de Marx:

Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição com o processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela subordinação ao capital. Essa modificação se dá naturalmente. Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital (MARX,1985, p.265-266).

Assim, ao combinar a atividade de muitos trabalhadores num sistema de cooperação, o capital alcançou um patamar produtivo impensável ao trabalho individual. Ampliada a níveis sem precedentes ao longo do desenvolvimento capitalista, essa produtividade tem como alicerce a exploração e degradação, crescentemente intensificadas, da força de trabalho. O surgimento da força coletiva vai de encontro à potencialização das forças produtivas individuais, impedidas de se desenvolverem plenamente, à medida que se submetem aos ditames do capital.

Dessa forma, na cooperação não ocorrem modificações no interior do processo de trabalho, uma vez que constitui os princípios ainda artesanais da manufatura, diferenciando agora pela subsunção formal do capital¹⁸. A ação individual do trabalho ainda pertence ao trabalhador, o capital ainda não possui o objeto e nem controla a busca dos meios, sendo essas funções ainda pertencentes ao trabalhador.

¹⁸Entendemos por subsunção formal o movimento de subordinação parcial do trabalho ao controle do capital. Nele, o trabalhador ainda detém domínio técnico e subjetivo sobre o trabalho, o qual se expressa na habilidade artesanal e no controle dos instrumentos de trabalho (Souza,2011, p.38).

Em suma, as formas iniciais- ainda que superficiais da degradação do trabalho- aparecem mediante a subsunção formal, quando o processo de trabalho torna-se meio do processo de valorização, em que os fins do trabalhador se alteram em face dos fins do capital, quando a força de trabalho aparece como parte do capital, em que o capitalista passa a ser proprietário dos meios de produção e, portanto, possuidor do trabalho vivo vendido pelo trabalhador. Nesse sentido, na cooperação não se altera o conteúdo do processo de trabalho; o que se modifica é a forma social por meio da qual o trabalhador, o proprietário dos meios de produção e o processo de trabalho desenvolvem-se.

Com base num modo de trabalho preexistente, ou seja, num desenvolvimento dado da força produtiva do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva (...) só se pode produzir mais-valia recorrendo ao prolongamento do tempo de trabalho, quer dizer, sob a forma de mais-valia absoluta. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde pois a subsunção formal do trabalho ao capital (MARX,1985, p.90).

Com a valorização do capital proporcionada pelo tempo de trabalho não pago, transformado em produto, ocorre um processo de trabalho muito próximo do processo artesanal, de forma que essa valorização cresce com o aumento da jornada de trabalho, de modo que, na cooperação, a única forma de controle que o capital tem sobre o operário é a coerção, ou seja, aqui a valorização do capital se apresenta de maneira limitada, evidenciada no domínio do trabalhador sobre o processo de trabalho em que “o poder do capital sobre o trabalho encontra um evidente obstáculo no saber operário”(NETO,1987,p.21). Assim, a cooperação será o ponto de partida para o desenvolvimento da sociedade capitalista e estará presente em todas as demais formas de trabalho, desde as iniciais às mais desenvolvidas da produção capitalista.

De acordo com Marx, “a cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito” (MARX,1985, p.267). Assim diferente da forma artesanal na qual o trabalhador dividia o processo de trabalho em várias fases e executava todas elas, na divisão manufatureira do trabalho surgirá a cooperação especializada, na qual cada uma das fases da divisão do trabalho será executada como função exclusiva do trabalhador específico. A divisão manufatureira revoluciona o elemento subjetivo do processo de trabalho, alterando a organização do próprio trabalho com o aparecimento do trabalhador parcial ou detalhista: “a manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador

detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios que já encontrou na sociedade e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo (MARX, 1985, p. 269). Essa nova forma de organização do trabalho proporciona sua primeira modificação real que agora se torna subsumido ao capital.

Assim a divisão manufatureira do trabalho trará modificações ao modo da produção feudal, pois a “relação de superioridade e subordinação que, de traço servil, patriarcal, se tornou de natureza econômica e, ao mesmo tempo, livre e voluntária, dada a venda da força de trabalho como mercadoria ao capital” (SOUZA, 2011, p.40). Esse período histórico origina as primeiras formas de degradação e controle coercitivo do trabalho, mediante modificações da divisão do trabalho expressas na dissociação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, na introdução de supervisores na produção, na preservação da habilidade artesanal estabelecida na virtualidade, no reduzido investimento em aprendizagem e, sobretudo, na exploração extensiva da força de trabalho com o aumento da jornada de trabalho.

O processo de produção manufatureira é coletivo e se utiliza de ferramentas relativamente simples, pouco precisas, e trabalhadores parciais, executores de tarefas simples. O produto final desse processo congrega em si todas as atividades parciais dos trabalhadores, dando um caráter cooperativo ao processo. Visto dessa forma, percebemos que na manufatura existe uma tensão permanente entre o processo de trabalho coletivo, que comanda e supervisiona as ações realizadas pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que especializa tais funções. Essa contradição tende a se agravar com o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão social do trabalho capitalista, mediante a crescente alienação dos trabalhadores no que se refere às suas funções sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas, ocorrido na manufatura, permite o aparecimento de uma enorme concentração de riqueza contida nas mercadorias, bem como o empobrecimento e a degradação física e espiritual dos trabalhadores, que perdem a noção de totalidade do processo de trabalho e a capacidade de exercer seu ofício por completo. Eles deixam de construir o produto em todas as suas etapas e passam a trabalhar realizando operações monótonas e repetitivas.

A parcialização das tarefas, presente nessa fase de desenvolvimento capitalista, começa a criar uma hierarquia entre os trabalhadores. As diferentes funções do processo produtivo, aos poucos vão sendo postas em níveis diferentes; observa-se que as tarefas manuais, as quais requerem menor custo de aprendizagem, recebem remunerações mais

baixas do que as intelectuais, posto que estas últimas demandam maior aprendizado. Sendo a manufatura composta, em sua maioria, por trabalhadores manuais, observa-se uma desvalorização generalizada da renda dos trabalhadores, o que remete ao fortalecimento e crescimento político e econômico do capitalista.

No entanto, cabe salientar que não ocorrem alterações bruscas dos elementos objetivos dos processos produtivos, pois genericamente os meios de produção continuam os mesmos do período artesanal, em que o elemento simples da manufatura continua a ser o trabalhador e sua ferramenta. Ocorre que, agora, o trabalho passa a ser dividido em tarefas específicas, possibilitando o aumento da produtividade.

Assim na divisão manufatureira do trabalho, cada trabalhador parcial fornece ao trabalhador seguinte sua matéria-prima, ou seja, “o resultado do trabalho de um constitui o ponto de partida do trabalho do outro” (MARX,1985, p.273). Com o desenvolvimento de tarefas distintas, surge a necessidade de empregar trabalhadores específicos para cada função. De acordo com Marx, “uma vez fixada pela experiência e proporção mais adequada dos diferentes grupos dos trabalhadores parciais para determinada escala de produção, somente pode-se ampliar esta escala de produção empregando-se o múltiplo de cada grupo particular de trabalhadores” (MARX,1985,p.274). Essa proporção depende necessariamente da habilidade e destreza dos trabalhadores parciais.

É essa diferença da complexidade dos trabalhos na manufatura que determina a hierarquia no interior do processo produtivo. Para Marx, “a manufatura (...) cria em todo ofício de que se apossa, uma classe de trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos do artesanato” (MARX,1985,p.276). Essa hierarquia entre trabalhadores qualificados e não qualificados só ocorre no valor pago pela complexidade do trabalho realizado, uma vez que todos fazem parte do mesmo processo produtivo.

Nas palavras de Marx:

A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma grande hierarquia entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, assim como Estados de La Plata *abate-se* um animal inteiro apenas para tira-lhe a pele e o sebo. Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre diversos

indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor de um trabalho parcial (...). Se o trabalhador originalmente vendeu sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital. Ela apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina do capitalista. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista (MARX, 1985 p.283).

Com o aparecimento do trabalho desqualificado, surge também mais um elemento presente nas formas iniciais de degradação do trabalhador, pois intensifica o controle do capital sobre o trabalho, à medida que a degradação não se resume ao controle, ampliando-se com o estranhamento do trabalhador frente à atividade desenvolvida por este, promovendo a diminuição do seu saber. A esse trabalhador desqualificado, cabe não somente o estranhamento de sua atividade, mas também a incapacidade de produzir fora do comando do capitalista, uma vez que tal trabalhador perde a consciência do processo de trabalho em sua totalidade, passando a conhecer apenas a parte que desenvolve na produção.

O saber é retirado do trabalhador e torna-se propriedade do capitalista, a atividade laborativa do operário individual é reduzida a movimentos parciais, separados do restante do processo produtivo. O trabalhador não controla mais suas ações laborais; apenas as realiza de maneira inconsciente, tornando-se instrumento do processo de valorização para o capital. Na manufatura, o controle do capital sobre o trabalho se apresenta não apenas na posse do trabalho e do produto – resultado final do processo de produção – mas também na realização da atividade do trabalhador, que agora lhe parece estranha. O trabalhador agora é anexado à oficina do capitalista como mero acessório.

É na manufatura que ocorre o primeiro aumento das forças produtivas sob a forma capitalista de produção, possível mediante intervenção direta do capital no processo de trabalho. Aqui a mais-valia não depende do prolongamento da jornada de trabalho, estando associada agora a diminuição do tempo de trabalho, necessário para o pagamento da força de trabalho utilizada. A mais-valia relativa representa o resultado do desenvolvimento do modo de produção tipicamente capitalista. De acordo com Marx:

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social

do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social- sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser na capitalista- é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital- o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nation* etc.- à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada (MARX, 1985, p.286).

Embora a cooperação e a manufatura apresentem as primeiras formas coercitivas de controle e degradação do trabalhador, sua base artesanal impossibilita a existência do domínio total do capital sobre o trabalho. Isso porque, apesar de o controle exercer caráter despótico e autoritário naquele período histórico, os trabalhadores ainda exerciam o domínio técnico sobre o trabalho e resistência operária às inovações, mesmo que de maneira incipiente, devido à subsunção formal do trabalho ao controle do capital que impossibilita o controle subjetivo do processo de trabalho. Com as palavras de Souza: “apesar da adaptação dos instrumentos de trabalho às funções específicas dos trabalhadores parciais, o trabalhador ainda detém domínio técnico pela disposição individual do trabalho parcial e pela habilidade artesanal” (2011, p.42).

A habilidade artesanal representava a base da manufatura e, por consequência, um obstáculo à expansão do mercado, pois a produção artesanal era insuficiente para o avanço do capitalismo. Nessa direção, com o desenvolvimento dos processos sociais, a manufatura, com a criação de instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados, estabelece as bases para sua superação e a consolidação da grande indústria. Marx expõe muito bem esse processo, ao afirmar que:

[...] a manufatura não podia apossar-se da produção social em toda sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade[...] sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou[...] esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez – máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital (MARX, 1985, p.288-289).

Essa forma particular de produção que irá ser superada pela maquinaria tem como caráter peculiar o controle do capital sobre o trabalho, bem como pela expropriação da

qualificação por parte dos trabalhadores. Na manufatura, o trabalho coletivo é exposto de modo mais complexo do que na cooperação simples, pois, além de apresentar uma hierarquia entre os trabalhadores que executam, nessa nova configuração, o trabalhador não se reconhece no processo de produção que realiza.

Desse modo, tanto a cooperação como a manufatura dão as bases para a formação do modo de produção capitalista, bem como sinalizam as formas iniciais de degradação do trabalhador nessa sociabilidade. No entanto, sua consolidação só ocorrerá de fato com a maquinaria e a grande indústria, conforme mostraremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

INTENSIFICAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: uma necessidade imanente ao capital

“O trabalhador só se sente à vontade no seu tempo de folga porque o seu trabalho não é voluntário; é imposto, é trabalho forçado.”

(Karl Marx)

O percurso feito no capítulo anterior acerca da gênese da degradação do trabalho torna possível nos dedicarmos agora à intensificação dessa degradação e seus reflexos na vida do trabalhador. Para isso, analisaremos o movimento histórico de consolidação do capitalismo nas fases de desenvolvimento da produção, tomando por base os escritos de Marx sobre a maquinaria e a grande indústria, presentes em *O Capital* e de Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Os resultados da pesquisa neste segundo capítulo foram estruturados em duas partes: *Da maquinaria à grande indústria: afirmação e consolidação do modo de produção capitalista*, e *A difusão do uso capitalista do trabalho e a degradação intensificada do trabalhador*, com o objetivo de apresentar como o desenvolvimento e expansão do capitalismo contribui para elevação da degradação do trabalhador.

2.1 Da maquinaria à grande indústria: afirmação e consolidação do modo de produção capitalista

Com o surgimento da grande indústria, ocorre a consolidação da divisão do trabalho por intermédio do uso capitalista da máquina. É nesse exato momento que se concentra nas mãos do capitalista o domínio integral da natureza e da quantidade de trabalho a ser produzida, o movimento de subsunção real do trabalho ao capital, que, por sua vez, reflete na total perda do trabalhador do controle sobre o produto produzido por ele e sobre o processo de produção. Para Marx(1985), esse processo significou uma revolução profunda nas forças produtivas e um poderoso instrumento de produção de mais-valia, apropriada pelo capital, mediante aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, repercutindo na degradação do trabalhador.

Ao comparar a manufatura e a grande indústria, Marx salienta que “o revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força do trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho” (MARX,1985,p.7), originando assim a revolução industrial no século XVIII, através do uso da maquinaria que, para o capital, significou um poderoso meio de substituição do trabalhador, possibilitando a emancipação dos limites postos pela força humana como ocorria na cooperação e na divisão manufatureira do trabalho. Na grande indústria, a base técnica artesanal é substituída pela maquinaria engendrada da própria produção manufatureira, desenvolvendo a especialização das ferramentas, que será a base da máquina-ferramenta:

[Na] máquina-ferramenta ou máquina trabalho propriamente dita, [...] reaparecem, grosso modo, ainda que frequentemente sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador de manufatura trabalham, não como ferramentas do homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. [...] A diferença dessas ferramentas em relação ao corpo propriamente dito da máquina de trabalho, estende-se até a origem delas. Ou seja, ainda são produzidas em sua maior parte de modo artesanal ou manufatureiro e só posteriormente afixadas no corpo da máquina de trabalho, este produzido de modo mecanizado. A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executa antes com ferramentas semelhantes (MARX,1985, p.8-9).

O desenvolvimento e aperfeiçoamento das máquinas-ferramentas possibilitaram a transferência de conhecimentos, saberes, aptidões manuais e intelectuais dos operários para os dispositivos mecânicos, dando vazão à ultrapassagem dos limites orgânicos dos trabalhadores que eram incapazes de movimentar inúmeras ferramentas ao mesmo tempo¹⁹. Para Marx “o número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador” (MARX,1985, p.9). Dessa forma, a máquina-ferramenta substitui o elemento simples da manufatura, o trabalhador parcial e sua ferramenta, combinando com outras máquinas como a máquina-motriz e os mecanismos de transmissão, para o desenvolvimento do sistema de maquinaria²⁰.

¹⁹A esse respeito, Marx relata que “A Jenny, pelo contrário, fia, de saída, com 12 a 18 fusos; o tear de confeccionar meias tricoteia com muitos milhares de agulhas de uma só vez” (MARX,1985, p.9).

²⁰Nos primórdios da mecanização, o movimento da máquina-ferramenta era dado pelo trabalhador, mas, com a criação da máquina-motriz, o operário perde inclusive a função de dar movimento à máquina-ferramenta. Uma máquina-motriz, como o foi a máquina a vapor de Watt, criada em 1784, consegue mover simultaneamente um grande número de máquinas-ferramentas.

A subsunção do trabalho ao capital ganha força com a maquinaria, quando um sistema de máquinas passa a ser movido por um sistema central de geração de força motriz, superior à força humana, inicialmente o vapor, posteriormente substituído por forças muito mais baratas e dinâmicas, tornando possível a utilização mecânica na produção. Uma vez desencadeado o processo de desenvolvimento da maquinaria, ocorre a ampliação significativa da produção, bem como a independência do capitalista em relação aos limites da força humana.

Marx salienta que:

Só depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, a máquina-motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana. Com isso, a máquina-ferramenta que até agora reduz-se a simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz podia agora mover, ao mesmo tempo, muitas máquinas de trabalho. Com o número das máquinas de trabalho movidas simultaneamente, cresce a máquina-motriz e a expansão do mecanismo de transmissão transforma-o num aparelho de grandes proporções (MARX,1985, p.11-12).

De acordo com Marx, um sistema de maquinaria apresenta-se de duas maneiras: como cooperação simples de máquinas ou como sistema de máquinas. O primeiro caso é constituído por um conjunto de máquinas iguais, que executam isolada e simultaneamente toda a produção de um mesmo produto. Já o sistema de máquinas é formado por diversas máquinas articuladas, cada qual executando partes do processo produtivo, muito similar à manufatura que se constituía de diversos trabalhadores parciais. Assim o sistema de máquinas formado por um conjunto de máquinas parciais, com uma organização e divisão inicial de tarefas fornecido pela própria manufatura, foi posteriormente por ela superado. No entanto, tal sistema possui uma diferença essencial em relação à manufatura, como explica Marx:

Aí se introduz, porém, imediatamente uma diferença essencial. Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc.,no que, naturalmente a concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada em larga escala (MARX,1985, p.13).

No sistema de máquinas, a divisão do trabalho caracteriza-se pela articulação técnica da ciência. A divisão do trabalho baseada em elementos e objetos da produção, além de ultrapassar as barreiras orgânicas, torna o processo produtivo cada vez mais articulado, superando os limites impostos na manufatura. Como nos relata Marx,

A máquina de trabalho combinada, agora um sistema articulado de máquinas de trabalho individuais de diferentes espécies e grupos das mesmas, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo for o processo global, isto é, como quanto menos interrupções a matéria-prima passa de sua primeira à última fase, quanto mais, portanto, em vez da mão humana, o próprio mecanismo a leva de uma para outra fase da produção. Se na manufatura o isolamento dos processos particulares é o princípio dado pela própria divisão do trabalho, na fábrica desenvolvida domina, pelo contrário, a continuidade dos processos particulares (MARX,1985, p. 13).

Desse modo, a utilização capitalista da maquinaria repercute em grandes alterações para a indústria moderna, que não acontecem pela necessidade de modernização, mas pelo poder que a maquinaria concedeu ao capitalista de ordenar a natureza do trabalho e a quantidade de sua produção. Com isso, retira por completo o controle das mãos do operário, destituindo-o do domínio técnico e subjetivo sobre os instrumentos e conhecimentos gerais da produção, tanto no que se refere ao processo de trabalho quanto ao produto final da produção. Resta ao operário apenas acatar as determinações do capital. A revolução operada pela máquina se expandiu intensamente, até atingir todos os ramos industriais, como expressa Marx ao afirmar:

O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras. [...] Assim a mecanização da fiação tornou necessária a mecanização da tecelagem e ambas tornaram necessária a revolução mecânica e química no branqueamento, na estampagem e na tinturaria. Assim, por outro lado, a revolução na fiação do algodão suscitou a intervenção do *gin* para separar a fibra do algodão na larga escala agora exigida. Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte. [...] Abstraindo a construção de navios a vela totalmente revolucionada, o sistema de comunicação e transporte, foi, pouco a pouco, ajustando, mediante um sistema de navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, ao modo de produção da grande indústria. Mas as terríveis massas de ferro que precisavam ser forjadas, soldadas, cortadas, furadas e moldadas exigiam, por sua vez, máquinas ciclópicas, cuja criação não era possível à construção manufatureira de máquinas (MARX,1985, p.15-16).

A produção de máquinas por outras máquinas possibilitou a substituição da mão de obra humana por uma força motriz independente, possibilitando a intensificação da degradação do trabalhador, uma vez que:

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais, no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos causal. A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho (MARX,1985, p.17).

A máquina entra por inteiro no processo de trabalho, no entanto transfere apenas parte do seu valor ao processo de produção de mercadoria. Ou seja, sendo parte do capital constante, a maquinaria não cria valor, apenas transfere parte do valor nela embutido. Assim esta nada mais é do que o resultado da combinação entre ciência e tecnologia, característica imensamente compensatória para o capital, pois seu lucro se deve à redução e substituição da força de trabalho humana pela mecânica, possibilitando assim o aumento da extração da mais-valia.

A utilização das máquinas como fator essencial para produção e determinante para a qualidade, quantidade e o preço dos produtos teve na indústria têxtil, mais precisamente na indústria do algodão, seu primeiro momento. De acordo com Marx, as primeiras máquinas desenvolvidas para a indústria algodoeira de que se tem notícia, datam de 1598 com a máquina de tricotar malhas. Em 1765, foi criada a jenny e, logo em seguida, em 1767, o bastidor,²¹ possibilitando mudanças para a indústria têxtil. Contudo, os efeitos que a utilização dessas máquinas trouxeram à indústria foram distintos, possibilitando dois graus diferentes na evolução industrial. A *spinningjenny*²² teve maior aceitação, pois alterava mais suavemente o processo de organização do trabalho.

Paralelo a isso, estava a construção das instalações fabris que era economicamente viável, ocupava pouco espaço além de não requerer uma infraestrutura especial. Com essas

²¹A *jenny* era uma máquina manual, por meio da qual uma pessoa poderia fazer, ao mesmo tempo, 6 a 7 fios inicialmente, chegando até a 80 fios com seu aperfeiçoamento. O fio que produzia era macio, só utilizável para trama. A urdidura tinha ainda de ser feita à mão. O bastidor era empregado para estender uma mecha de fios antes de ser passada para o fuso. O produto era um fio forte, ainda que áspero e encordado, utilizável para urdidura (ASHTON, 1974).

²² Entretanto, essa máquina foi hostilizada pelos operários que atuavam no sistema artesanal, pois temiam a queda dos salários.

características, ela não acabou com a pequena indústria artesanal, mas a reforçou, na medida em que teve seu uso bem difundido. De maneira diferenciada, observamos o uso do bastidor que, para o seu funcionamento, necessitava de maior energia e menor força muscular, o que possibilitou sua instalação em moinhos em fábricas.

Outro tipo utilizado foi a máquina a vapor de watt, cujo intuito era dar às máquinas-ferramentas e ao sistema de maquinaria um ritmo de funcionamento de acordo com os objetivos capitalistas, independentemente das necessidades de consumo da força viva. Dessa forma, a maquinaria se apresenta de duas maneiras na grande indústria: com a cooperação de máquinas do mesmo gênero, em que o trabalho se baseava numa série de ações parciais com a combinação de vários instrumentos e na combinação de máquinas com diversas máquinas parciais. Com a utilização do sistema mecânico, conhecido por Marx como “trabalho passado ou trabalho morto”, o operário encontra pronta sua condição material de produção, além de só poder exercer sua atividade mediante o trabalho em comum, aspecto que degrada ainda mais o trabalho, pois os trabalhadores deixam de executá-lo, diretamente o trabalho passando a acompanhar sua realização pela máquina, substituindo a rotina empírica pela aplicação científica, conforme assinala Marx:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (MARX,1985, p.483).

Essas mudanças refletem diretamente na vida dos trabalhadores, que deixam de ser sujeitos da produção e tornam-se meros apêndices. Quanto às relações sociais de produção, ocorre uma mudança significativa, pois o conjunto de habilidades, conhecimentos e informações sobre o processo de produção, que inicialmente era de posse do trabalhador, agora é incorporado aos meios de trabalho.

Diante dessas transformações, Marx analisa as consequências do uso da maquinaria na vida do trabalhador e mostra que a introdução desta no processo produtivo trouxe para o trabalhador individual ou enquanto classe: a) ocupação das forças de trabalho suplementares; b) prolongamento na jornada de trabalho; c) intensificação do trabalho.

No que diz respeito à ocupação de forças suplementares, observa-se que a introdução da maquinaria possibilitou também a utilização de mão de obra sem força muscular e desenvolvimento físico incompleto, empregando mulheres e crianças, inserindo, dessa forma,

todos os membros da família como trabalhadores assalariados, aspecto que intensifica em níveis elevados o grau de degradação e exploração do trabalhador. Com relação a isso, Marx nos diz:

[...] a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo, nem idade, sob o comando imediato do capital (MARX, 1985, p. 23).

Outra mudança que ocorre na vida dos trabalhadores está relacionada à alteração do valor pago pela força de trabalho comprada pelo capital. Como já vimos, a maquinaria amplia gigantesca e a utilização de toda e qualquer força de trabalho, o que instantaneamente se reflete no preço pago pelo capitalista. O que antes representava o valor pago a um trabalhador, agora esse mesmo valor aparece fragmentado a todos os membros da família, refletindo na desvalorização do trabalhador e no aumento do valor não pago e apropriado pelo capital. Diante disso, o referido autor relata que:

A maquinaria, ao lançar todos os membros da família no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família parcelada, por exemplo, em 4 forças de trabalho, talvez, mais do que anteriormente a compra da força de trabalho do cabeça da família, mas, em compensação, surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um. Agora, quatro precisam fornecer não só trabalho, mas mais-trabalho, para o capital, para que uma família possa viver. Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração (MARX, 1985, p.23).

Dessa forma, a apropriação pelo capital do trabalho desenvolvido por mulheres e crianças representa um grande avanço para o processo de acumulação capitalista, uma vez que, com a adição da força de trabalho feminina e infantil, a maquinaria rompe com a resistência imposta pelo proletariado adulto do sexo masculino, frente ao despotismo do capital. Em outra passagem, Marx narra a introdução de toda a família no processo produtivo, ao salientar que antes o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, “agora vende mulher e filho”. Na prática, torna-se “mercador de escravos” (MARX, 1985, p.23). Para exemplificar suas afirmações, o referido autor cita passagens dos *reports* dos inspetores das fábricas da *Children's Employment Commission* dos *Reportson Public Health*, para demonstrar que, apesar de existir uma lei fabril que determinava a quantidade de horas e a idade mínima

estabelecida para o trabalho, essa lei estava longe de ser cumprida, pois o que se observava era uma ampla negociação de crianças como mão de obra para as fábricas. Nesse sentido, aumentava-se crescentemente a utilização de crianças como “máquinas vivas” para limpar as chaminés.

[...] No malafamado distrito londrino de Bethnal Green, a cada segunda e terça-feira pela manhã, é realizado um mercado público, em que crianças de ambos os sexos, a partir de 9 anos de idade, alugam a si mesmas para as manufaturas de seda londrinas. “As condições usuais são 1 xelim e 8 pence por semana (que pertence aos pais) e 2 pences para mim mesmo, além de chá”. Os contratos são válidos apenas por uma semana. As cenas e o linguajar, enquanto dura esse mercado, são verdadeiramente revoltantes. [...] Apesar da legislação, pelo menos 2 mil jovens continuam sendo vendidos por seus próprios pais como máquinas vivas para limpar chaminés (apesar de existirem máquinas para substituí-los (MARX,1985, p.30).

Marx entendia que o trabalho fabril favorecia a devastação intelectual para jovens e crianças, pois transformava “pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia” (MARX,1985, p.26). Com o passar do tempo, o parlamento inglês estabeleceu o ensino primário como obrigatório para o uso “produtivo” de crianças até 14 anos. No entanto, a obrigatoriedade do ensino nada mais era que uma medida perfeitamente típica da sociedade capitalista, que permitia a instrução necessária para o desenvolvimento das funções produtivas, além de suas medidas serem em grande parte ilusórias, por não serem respeitadas pela burguesia fabril. Ao citar parte do relatório de inspetores de fábricas, o referido autor relata os fabricantes como “usuários de crianças” e que comumente desrespeitavam as exigências postas pela lei que determinava escolaridade.

Vale ressaltar que, antes da promulgação da lei fabril de 1844, não eram raros os casos de “certificados de frequência escolar, subscritos com uma cruz” por professores analfabetos. Com a lei de 1944, os certificados tinham que ser escritos de próprio punho, pelo mestre-escola, com o intuito de minimizar a degradação do ensino dado às crianças. No entanto, o que se observa nos relatórios dos anos de 1855,1857 e 1858 é que a situação em quase nada havia mudado, pois a ignorância e incapacidade do mestre-escola permaneciam, bem como o estado deprimente das escolas que não passavam de lugares em péssimas condições de salubridade.

Sobre o aumento da jornada de trabalho para além dos limites da natureza humana, Marx relata:

[...]Prolonga-se a jornada de trabalho, amplia-se a escala da produção, enquanto a parte do capital despendida em maquinaria e construções

permanece a mesma. Por isso, não só cresce a mais-valia, mas diminuem as despesas necessárias à exploração da mesma [...]. A máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho (MARX,1985, p.30-31).

Em suma, como o capital constante não pode produzir mais-valia, este cria formas nas quais o capital potencializa a produção de mercadorias, mediante substituição do capital variável²³, indispensável para produzir determinada quantidade de produto. Para desenvolver esse processo, o capital intensifica a jornada de trabalho, uma vez que se vê impossibilitado de aumentá-la por causa das leis fabris. De acordo com Marx, “a redução da jornada de trabalho provocou uma intensificação do trabalho, destruidora da saúde dos trabalhadores e, portanto, da própria força de trabalho” (MARX,1985, p.31). A legislação fabril não representou benefício algum para a classe trabalhadora. Apesar do prolongamento da jornada de trabalho ser vetado por lei, esta buscou “ressarcir-se mediante elevação do grau de intensificação do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria num meio de exaurir ainda mais a força de trabalho” (MARX,1985, p.31).

Depois de apresentar as principais características da produção mecanizada, bem como suas consequências na vida do trabalhador, Marx buscou relatar a fábrica exatamente na forma como se encontrava naquele dado momento histórico. A conceituação marxista de fábrica tem como norte a forma capitalista de produção, definida pela organização de produção baseada no uso da maquinaria. Com a fábrica, “supera-se o fundamento técnico sobre o qual repousa a divisão de trabalho na manufatura. No lugar [...] surge [a] fábrica automática, a tendência à igualação ou nivelamento dos trabalhos” (MARX,1985,p.41).

Ao mesmo tempo em que a fábrica se automatiza, organiza-se também a divisão do trabalho, em que

O grupo articulado da manufatura é substituído pela conexão do operário principal com alguns auxiliares. A distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho).

²³ Marx se refere à parte do capital que produz valor constituído pela força de trabalho.

Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica (MARX,1985, p. 42).

Diferentemente da manufatura e do artesanato que o trabalhador utilizava a ferramenta, agora, na produção fabril, o trabalhador serve a máquina. “Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX,1985,p.43). Marx expressa claramente a intensificação da degradação do trabalho naquele contexto histórico, ao afirmar que

[...] o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas o seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria (MARX, 1985, p. 43-44).

Assim, o desenvolvimento dos processos produtivos impulsionados pela utilização da maquinaria promove uma agressiva degradação do trabalhador, torna-se refém dos ditames do capital para garantir sua subsistência e impossibilita sua organização por melhores condições de vida e trabalho, uma vez que a máquina diminui o uso de trabalhadores qualificados, ampliando a oferta da mão de obra. No entanto, cabe enfatizar que o problema não é a máquina em si, mas o uso capitalista dela, que intensifica o trabalho realizado pelo operário com vistas à valorização do capital.

Dessa forma, a maquinaria e a grande indústria possibilitaram a expansão, exploração e acumulação do sistema capitalista em esfera mundial, ultrapassando todas as barreiras da antiga produção manufatureira do trabalho, tornando-a internacional. “A enorme capacidade

de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção fabril e consequência saturação dos mercados” (MARX,1985,p.64), o que promove a convivência do capital com um movimento cíclico de crises cada vez mais profundas. A vida na indústria passa a ser constituída por períodos de crise e estagnação, gerando um movimento contraditório, com etapas de repulsão e atração dos trabalhadores nas fábricas. Marx nos explica esse processo ao relatar que

O crescimento do número de trabalhadores de fábrica é, portanto, condicionado pelo crescimento proporcionalmente muito mais rápido do capital global investido nas fábricas. Esse processo só se realiza, porém, dentro dos períodos de maré alta e maré baixa do ciclo industrial. [...] Assim, os trabalhadores são ininterruptamente repelidos e atraídos, jogados de um lado para o outro, e isso numa mudança constante de sexo, idade e habilidade de recrutados (MARX,1985, p.66).

O efeito concreto dessa tendência na produção capitalista é uma quantidade excedente de trabalhadores que, apesar do crescimento das forças produtivas, não encontra lugar para vender sua força de trabalho, uma vez que a utilização do trabalho vivo cai proporcionalmente com a expansão do capital. A acumulação capitalista produz uma população trabalhadora relativamente supérflua em relação às necessidades do capital. Assim, a formação de um exército industrial de reserva tem grande funcionalidade para o capital, por garantir a existência de uma massa de trabalhadores desempregados, que pressionam o valor do salário para baixo, o que reflete a diminuição do capital variável e uma maior extração de mais-valia.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o capital faz uso da força de trabalho para expandir sua produção, nega ao trabalhador o mesmo grau de participação no capital por ele produzido; ao mesmo tempo em que a acumulação faz crescer o número de indivíduos que dependem da venda de sua força de trabalho, faz diminuir a demanda relativa por essa mercadoria, tendo por consequência a diminuição do valor da força de trabalho comprada pelo capital, fazendo surgir uma superpopulação relativa.

De acordo com Marx (1985), essa superpopulação relativa²⁴ aparece de três formas: a primeira é flutuante, os trabalhadores oscilam na condição de empregados e desempregados de acordo com a demanda da produção. Trata-se de trabalhadores que geralmente são portadores de algum ofício, presos em determinados campos de produção e, com o passar do tempo, tornam-se velhos demais para o retorno ao mercado de trabalho, sendo incorporados somente nos momentos de grande demanda de mão de obra.

²⁴ De acordo com Marx, a superpopulação relativa “constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele tivesse criado à própria custa” (1988, p.191).

Outra forma apontada por Marx é a superpopulação latente, composta frequentemente por trabalhadores oriundos do campo, que perderam ou estão prestes a perder seus empregos na agricultura. Essa população junta-se nos grandes centros urbanos e submete-se a baixos salários e às péssimas condições de vida. No que se refere à superpopulação estagnada, “constitui parte do exército de trabalhadores em ação mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” (MARX,1985, p.746) com condições de vida muito abaixo da média vivenciada pela classe trabalhadora, tendo como característica principal uma maior exploração de seu trabalho e um menor valor da força de trabalho.

Esse crescimento tendencial da superpopulação relativa, sobretudo sob a forma da estagnação, reflete sobre a classe trabalhadora e seus herdeiros um alto grau de degradação verificado com o estabelecimento da expansão do pauperismo que, para Marx, se apresenta em três categorias: os aptos para o trabalho, que fazem parte da superpopulação relativa e que chegam à condição de indigência nos períodos de crise, os órfãos, os filhos de indigentes, que têm como tendência engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, e os “degradados” inaptos para o trabalho como os enfermos, idosos, deficientes, as viúvas com filhos pequenos, também denominados por Marx de lupemproletariado.

Nesses termos, o processo de acumulação capitalista só é possível mediante a existência da força de trabalho explorada. Dessa forma, quanto maior for o contingente de mão de obra utilizada pelo capital, maior será o acúmulo de capital e, por sua vez, maior será a apropriação da mais-valia produzida. Todo o trabalho desenvolvido pelo proletariado converte-se em enriquecimento para a burguesia industrial.

De acordo com Marx, nesse contexto, “o salário [...], condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não pago por parte do trabalhador” (MARX,1985, p. 192). Neste sentido, “o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o processo de acumulação” (idem, ibidem). Assim, a diminuição do trabalho não pago não reflete o domínio posto pelo capital; o que ocorre é uma diminuição da acumulação, por causa do aumento do valor da força de trabalho, fazendo a margem de lucro estagnar, o que promove, por sua vez, a redução da acumulação.

Porém, “o próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, [...] os empecilhos que ele temporariamente cria” (MARX,1985, p. 192), mediante queda do preço

do trabalho ao nível que volte a satisfazer as necessidades de valorização do capital. Conforme nos mostra Marx:

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa ‘lei natural da população’, redonda simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. [...] e em última instância, a relação entre o trabalho não pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora. Se crescer a quantidade de trabalho não pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido [...], então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação; uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (idem, p.193).

Assim, quando a produtividade do trabalho aumenta, elevam-se também os investimentos nos meios de produção compostos pela parte constante do capital, refletindo a redução do investimento direcionado à força de trabalho, que apresenta originalmente a mesma proporção de investimentos aplicados nos meios de produção. Essa contestação será percebida na análise dos preços das mercadorias, vislumbrados em sua comercialização em diferentes cenários econômicos. De acordo com Marx, nesse contexto, “o salário [...], condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não pago por parte do trabalhador” (MARX,1985, p.192). O referido autor acrescenta ainda que “o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o processo de acumulação” (MARX,1985,p.192). Assim, a diminuição do trabalho não pago não reflete o domínio posto pelo capital; o que ocorre é uma diminuição da acumulação, por causa do aumento do valor da força de trabalho, fazendo a margem de lucro estagnar, o que promove, por sua vez, a redução da acumulação.

Essas expressões contraditórias do sistema capitalista foram analisadas por Marx em *O capital*, bem como as alterações decorrentes da intensificação do modo de produção capitalista, em que a divisão do trabalho implementada pela forma capitalista da indústria moderna transforma o trabalhador em mero acessório da máquina. Ao exemplificar a situação do trabalho nas tipografias inglesas, o referido autor expõe as diferenças existentes entre a manufatura e a indústria, quando relata que, na manufatura, o aprendiz passava por todas as

etapas do trabalho da sua forma mais simples a mais complexa, e saber ler e escrever era uma exigência imposta para a realização do ofício. Com a máquina, passaram-se a empregar dois tipos de trabalhadores: um adulto que tinha como função a supervisão do trabalho realizado pelos trabalhadores na máquina e jovens e crianças responsáveis pelo desenvolvimento de trabalhos manuais.

Desse modo, diferentemente dos ofícios na manufatura que requeriam anos de aprendizagem para serem desenvolvidos, na indústria o processo de produção se limita a movimentos básicos sem necessidade de qualificação. Em outras palavras:

É característico que, até o século XVIII inclusive, os ofícios específicos se chamassem *mysteries* (*mystères*), em cujos arcanos só o empírico e profissionalmente iniciado poderia penetrar. A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo de produção social e que transformava os diversos ramos da produção, que se haviam naturalmente particularizado, em enigmas de uns para os outros e até mesmo, em si e para si, e para começar sem nenhuma consideração para com a mão humana, em seus elementos constitutivos- produziu a bem moderna ciência e tecnologia. As coloridas configurações, aparentemente desconexas e ossificadas, do processo de produção social se dissolveram em aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas, de acordo com o efeito útil tencionado das ciências naturais. A tecnologia descobriu igualmente as poucas formas básicas do movimento, em que necessariamente ocorre todo fazer produtivo do corpo humano, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, assim como a Mecânica não se deixa enganar pela maior complicação da maquinaria quanto à repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora (MARX, 1985, p.88-89).

As transformações decorrentes da base técnica da produção, altera as funções dos trabalhadores, bem como a divisão do trabalho em sociedade, passando a exigir trabalhadores preparados e versáteis, preparados para desempenhar diferentes funções. Nesse contexto, de acordo com Marx, começam a surgir as escolas politécnicas e agrônômicas²⁵ com o intuito de possibilitar aos trabalhadores o manejo das máquinas. Essa necessidade de disponibilizar educação, imposta ao capital, traz elementos tanto contraditórios como transformadores ao conjunto da sociedade, pois ao mesmo tempo em que disponibiliza “educação” técnica à massa de trabalhadores em tenra idade, a faz de maneira que impossibilita seu crescimento

²⁵Nas palavras de Marx(1985) “[...] são *écoles d’enseignement professionnel*, em que filhos trabalhadores recebem alguma instrução de tecnologia e de manejo prático dos diferentes instrumentos de produção (1985, p.90).

intelectual, reduzindo sua atuação apenas a produção de proletários adequados ao desenvolvimento crescente do capital.

Sintetizando, a utilização capitalista da máquina representa um instrumento utilizado para romper , a qualquer custo, a resistência operária e aumentar a exploração, pois a maquinaria moderna além de recrutar força de trabalho feminina e infantil, cria uma massa trabalhadora excedente, potencializa a concorrência, além de rebaixar ainda mais o salário dos trabalhadores. Com o desenvolvimento da indústria moderna, a classe trabalhadora vai sendo fragmentada – operários, operárias, desempregados, crianças –, rompendo sua universalidade em singularidades atomizadas. O desafio para os trabalhadores, nesse contexto histórico, era de construir formas de organização universal de luta, com vistas a cessar a alienação, exploração e subsunção a que eram submetidos pelo processo de trabalho capitalista.

Dessa forma, pode se afirmar que a introdução das máquinas na produção foi o ponto decisivo em que o capitalismo se tornou parte da força humana (seu trabalho), dispensável. Isso posto, pode-se entender que a passagem da produção manufatureira para a produção industrial em massa constitui-se no fator decisivo para o domínio de classe da burguesia e para a consolidação do modo de produção capitalista. Assim, com a divisão do trabalho, associada com a maquinaria, o trabalhador deixa de deter domínio sobre o produto do seu trabalho e sobre o processo de produção. A sua atividade deixa de ser criativa e não apresenta desafios que possibilitariam um desenvolvimento das capacidades do trabalhador. Ao invés, condena-o à execução de uma tarefa repetitiva, que poderia ser executada por uma máquina. Desse modo, a divisão do trabalho serve aos interesses do capital e não aos interesses do ser humano que trabalha e, portanto, se coloca como instrumento de desumanização e degradação do trabalhador.

2.2 A difusão do uso capitalista do trabalho e a degradação intensificada do trabalhador

Como é sabido, a expansão do uso capitalista do trabalho, bem como a intensificação da degradação do trabalhador pela indústria capitalista, são-nos apresentadas de maneira sutil, conforme nos mostram Marx e Engels. Neste item, nós ocuparemos do contexto histórico do final do século XVIII, período da chamada Revolução Industrial, caracterizado pela utilização da máquina a vapor, por um enorme desenvolvimento da indústria têxtil e por uma incrível transformação nos transportes com a construção de redes ferroviárias e frotas de navios a vapor. Pretendemos explicar como essas mudanças determinam largamente a vida dos trabalhadores, degradando-a a níveis nunca vistos.

A Revolução Industrial representou uma série de alterações no processo produtivo, possibilitando a transição entre a produção artesanal para a indústria moderna, alterando também, como já observamos no item anterior, as formas de trabalho desenvolvidas. Em paralelo a essas transformações técnicas, ocorreram também transformações sociais, que se processaram no interior da organização de trabalho capitalista, como a concentração de trabalhadores assalariados organizados sob a vigilância do capital. Tanto Marx em *O capital*, como Engels em *A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra* registram aspectos de degradação das condições de trabalho presentes na intensificação e extensão da jornada de trabalho, na redução dos salários e na exploração do trabalho feminino e infantil, bem como nas péssimas condições de vida da classe trabalhadora industrial.

Engels salienta que a Revolução Industrial não se limitou apenas às gigantescas transformações na esfera produtiva, mas estabeleceu também profundas alterações em todos os setores da vida social. A esse respeito, o referido autor faz uma interessante relação entre a vida da população inglesa antes e depois da industrialização:

Antes da introdução das máquinas, a fição e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia [...] Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência [...]. Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam ainda participar com seus vizinhos de passatempos e distrações[...] Em sua maioria, eram pessoas de compleição robusta [...]. Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas [...] a revolução industrial [transformou] trabalhadores em puras e simples máquinas [...] arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma (ENGELS, 1985, p.45-47).

Assim, com a industrialização, ocorre a submissão completa ao sistema capitalista, estando ou não o trabalhador dentro da fábrica. Alteram-se, em todos os aspectos, as condições de existência humana, passando a ser estabelecidas de acordo com as necessidades de valorização do capital. A degradação está presente em todos os setores da vida do trabalhador, de maneira que o desumaniza tão cruelmente que este “sobrevive” à mercê de sua própria sorte, dadas as condições de miserabilidade e insalubridade a que estão expostos. Vejamos o relato de Engels:

Examinemos alguns desses bairros miseráveis [...]. É uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com suas ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade [...]. Os mercados são suas próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação [...]. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição (ENGELS, 1985, p.70-71).

A situação de extrema miséria torna-se algo comum em toda a Inglaterra. Com o crescimento da urbanização, aumentam-se os números de vielas e becos, cujas casas têm em sua maioria péssimas condições de habitação aos que dispõem da quantia necessária para pagar. Engels, ao ter acesso a documentos de autoridades inglesas, que entraram nas residências de alguns proletários, nos relata as péssimas condições vivenciadas pela classe trabalhadora inglesa, quando descreve que:

Por ocasião de uma necropsopia, realizada em 14 de novembro de 1843 pelo senhor Carter, *coroner* de Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreviam a casa da falecida nos seguintes termos: morava no nº 3 de White Lion Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de dezenove anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhadas sobre o corpo quase nu, porque não havia lençóis ou cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o cadáver depois que o lavaram - e encontrou-o descarnado e todo marcado por picadas de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família. [...] Em fevereiro de 1844, Thereza Bishop, uma viúva de 60 anos, juntamente com a filha enferma de 26 anos, foi recomendada à beneficência do juiz de Marlborough Street. Morava no nº 5 de Brown Street, Grosvenor Square, num pequeno quarto de um pátio, não maior que um armário, e no qual não havia sequer um móvel. Num canto, os poucos trapos sobre os quais dormiam; um caixote servia, ao mesmo tempo, de mesa e de cadeira (ENGELS, 1985, p.73-74).

Vale ressaltar que, embora a situação de extrema miséria fosse uma constante na vida de grande parte da classe trabalhadora daquela época, existia uma parcela que vivia em melhores condições, embora “as famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas e estimáveis que todos os ricos de Londres – encontram-se em condições indignas de seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino”(ENGELS, 1985, p.74-75).

Sintetizando a situação do proletariado no que se refere à moradia, vestuário e alimentação, Engels relata que

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira*; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome. A classe operária das cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para o trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema que pode ir da falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior que do melhor dos casos (ENGELS, 1985, p.115-116).

O proletário era desprovido de tudo, entregue a todas as formas de degradação. Para sobreviver, tinha que vender sua força de trabalho à burguesia, que detinha o monopólio dos meios de subsistência, com o apoio e proteção da força do Estado. “Eis por que o proletário, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um ‘equivalente’ – seu trabalho” (ENGELS, 1985, p.118). A perspicácia da burguesia é tanta, que está em possuir a força de trabalho do operário e, por consequência, a determinação de suas funções, ilusão de estar desempenhando ações segundo sua própria vontade, sem constrangimentos, como se tivesse poder sobre seu próprio destino. A esse respeito, Engels comenta:

Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Belo ‘equivalente’, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às “justas” propostas dos burgueses, seus “*superiores naturais*”? Ora, é fácil encontrar um outro que as aceite, pois há muitos proletários no mundo e nem todos são insensatos o bastante para preferir a morte à vida (ENGELS, 1985, p. 118).

É com a exploração e degradação da força de trabalho que a burguesia prospera e se expande, vendo-se como única oportunidade de sobrevivência daqueles que não detêm mais os meios de produção, dando-lhes apenas como alternativas “morrer de fome ou morrer trabalhando”. Diante disso, considerando ainda a redução do valor do salário pago ao trabalhador, o operário fabril, para garantir as mínimas condições de existência frente ao processo de mecanização, insere a família inteira no processo produtivo.

Com a utilização da mão de obra infantil e feminina, estabelecia-se um círculo vicioso no qual os baixos salários pagos às crianças geralmente não ultrapassava a metade do valor pago ao adulto masculino que, por sua vez, era reduzido. O valor da força de trabalho passava a ser determinado pelo tempo de trabalho não só individual, mas de toda família trabalhadora como exigência para sua manutenção. Assim o impacto da indústria na vida dos trabalhadores está ligado à capacidade do capital de se apossar de aspectos que antes estavam à margem do processo produtivo como a inserção da mulher e da criança. Constata-se, portanto, a utilização da força de trabalho como “a primeira ordem capitalista da maquinaria” (MARX,1985, p.28).

Para Engels (1985), a introdução da maquinaria não só permitiu, mas favoreceu a utilização de mão de obra infantil e feminina, ao substituir a utilização da força física do adulto pela agilidade e flexibilidade encontradas na mulher e nas crianças. Nesse sentido,

Examinemos mais de perto o modo como as máquinas eliminaram cada vez mais o operário adulto. O trabalho nas máquinas consiste, principalmente, tanto na fiação quanto na tecelagem, em reparar os fios que rompem, pois a máquina faz o resto. Este trabalho não exige nenhuma força física, mas dedos ágeis. Então, não só os homens não são indispensáveis para isso como, por outro lado, o grande desenvolvimento dos músculos e dos ossos das mãos os tornam menos aptos para este trabalho do que as mulheres e as crianças; por isso, eles são muito natural e quase totalmente afastados deste trabalho. Quanto mais os gestos dos braços, esforços musculares são, devido à entrada em serviços de máquinas, realizados pela energia hidráulica ou pela força a vapor, menos se necessita de homens. E como de resto as mulheres e as crianças são mais rentáveis e mais hábeis que os homens neste tipo de trabalho, são estas que são empregadas (ENGELS,1985, p. 179).

Diante desses aspectos, Engels é enfático ao relatar os motivos que levaram a utilização da força de trabalho feminina e infantil, apontando que isso não se dá somente pelo desenvolvimento produtivo e pela incorporação da maquinaria, mas teve por aspecto fundamental a redução dos salários e por consequência a valorização do capital. Em um trecho de seu livro, Engels relata quão foi contraditória a introdução da mulher como força de trabalho fabril e suas consequências para o contexto familiar:

O trabalho da mulher na fábrica necessariamente desagrega a família, desagregação que, nas condições sociais vigentes, elas mesmas baseadas na família, têm as mais nefastas consequências morais para os cônjuges e para as crianças. A mãe que não tem tempo para ocupar-se do filho, que em seus primeiros anos não pode dedicar-lhes os cuidados mais elementares, que mal pode vê-lo, não pode ser para ele uma verdadeira mãe: torna-se-lhe indiferente, trata-o sem amor e solicitude, como a uma criança estranha. Por seu turno, crianças que crescem nessas condições mais tarde serão incapazes de vida familiar, não se sentirão à vontade na família que vierem a constituir porque conheceram apenas uma vida solitária – e acabarão contribuindo para a destruição da família, fenômeno já comum entre os operários ingleses.

Efeitos desagregadores têm também o trabalho das crianças: quando conseguem ganhar mais do que seu sustento custa aos pais, começam a dar-lhes uma certa quantia pela alimentação e pela casa e ficam com o resto, o que ocorre muitas vezes a partir dos catorze ou quinze anos [...]. Em muitos casos, a família não se desagrega com o trabalho da mulher, mas se desorganiza: é a mulher que mantém a casa, o homem desempregado cuida das crianças e da vida doméstica [...] e seus resultados na inversão das relações familiares tanto mais quanto as outras relações sociais, permanecem inalteradas (ENGELS,1985, p.182-183).

Em outro momento, baseado em uma quantidade significativa de fontes, relatórios e documentos provenientes daquele dado momento histórico, Engels analisa detalhadamente como a degradação do trabalho foi naturalizada por toda a classe trabalhadora e como a burguesia utilizava formas de ludibriar o proletariado, ao justificar o emprego infantil como filantropia, conforme citação a seguir:

Claro, a burguesia diz-nos: ‘Se não empregamos as crianças nas fábricas, elas ficarão em condições de vida desfavoráveis ao seu desenvolvimento’, e no conjunto este fato é verdadeiro. Mas que significa este argumento, posto no seu justo lugar, senão que a burguesia coloca primeiro os filhos dos operários em más condições de existência e que explora em seguida estas más condições em seu proveito? Ela invoca um fato de que é tão culpada como o sistema industrial, justificando a falta que comete hoje com aquela que cometeu ontem (ENGELS,1985,p.173).

Para Engels, a burguesia, ao tratar o trabalho como ato de filantropia, utilizava-se de um discurso ideológico que encobria a exploração do trabalho infantil para o seu benefício, afirmação claramente evidenciada nos relatórios de inspetores e médicos que tinham à disposição a patente de todos os trabalhadores submetidos a um processo de deformação física e mental. Fica claro que importava apenas “[...] que o capital investido nas construções e em máquinas fosse rentável” (ENGELS,1985, p.174).

A intensificação do trabalho promovido pelo uso da máquina representa para a classe operária a elevação da degradação da vida e do trabalho em graus jamais vistos até então. Com a indústria, aumentam as doenças, a mortalidade, a precária alimentação; diminui-se o número de horas de descanso e intensifica-se a degeneração física, intelectual e moral imposta pela burguesia. Ao vender sua força de trabalho ao capital, este assume a condição de “proprietário” do trabalhador, julgando dessa maneira ter vastos poderes sobre suas condições de vida e trabalho, o que reflete na sobrecarga de trabalho²⁶ e nos maus tratos.

²⁶Engels nos mostra, com os relatórios sobre as fábricas, que a utilização da força de trabalho feminina ia “até o momento do parto, incapacitadas para se ocuparem das tarefas domésticas, abandono da casa e dos filhos, a indiferença e até hostilidade em face da vida familiar e degradação moral – tudo isso paralelamente ao desemprego de homens, progressivo desenvolvimento da maquinaria, precoce emancipação dos jovens, homens mantidos pelas mulheres e pelos filhos” (1985, p.234).

De acordo com Engels, à medida que os processos de mecanização ganhavam terreno, aumentavam-se o rigor e a severidade ao trabalhador, com a introdução de multas aos que não cumpriam as regras e os horários estabelecidos pelo patronato, além da brutalidade e violência física para punir as faltas graves, tendo como principal alvo as crianças.

E isso não é nada perto dos atos de barbaridade individuais que se podem ler: crianças tiradas da cama completamente nuas pelos vigilantes que as empurram a murro e a pontapé para a fábrica, com roupas debaixo do braço. Batem-lhes para mantê-las acordadas, e apesar de tudo elas adormecem no trabalho; lê-se que uma pobre criança adormecendo após as máquinas terem parado e sobressaltada pela chamada brutal do vigilante, fazia, de olhos fechados, os gestos mecânicos do trabalho; lê-se que as crianças, muito fadigadas para poderem voltar para a casa escondiam-se sob a lã na oficina de secagem, para dormirem, e apenas conseguiam expulsá-las da fábrica a golpes de chibata; que centenas de crianças voltavam todas as tardes tão cansadas para a casa que o sono e a falta de apetite as impediam de jantar e que os pais as encontravam ajoelhadas diante da cama, porque tinham adormecido durante as orações; quando lemos tudo isso e centenas de outras infâmias e horrores, só neste relatório, tudo declarado sob juramento, confirmado por vários testemunhos, expostos por pessoas que os próprios comissários classificam de dignas de fé, quando pensamos que se trata de um relatório *liberal*, um relatório da burguesia destinado a rebater o relatório presente dos *tories* e a demonstrar a pureza dos corações industriais, quando pensamos que os próprios comissários estão do lado da burguesia, [...] como não ficar indignado, enraivecido contra a classe que gaba de ser filantrópica e desinteressada, quando a única coisa que lhe interessa é encher os bolsos à *tout prix*? (ENGELS, 1985, p.189).

Para a burguesia, todas essas ações eram válidas com o intuito de satisfazer a valorização do capital. Em mais uma citação, podemos observar os elevados níveis de degradação imposta ao proletariado naquela época:

Tal é o preço que a sociedade paga para dar às belas damas da burguesia o prazer de usar rendas – e não é barato? Somente alguns milhares de operários cegos, algumas filhas de proletários típicos e uma geração raquítica desta população, que transmitirá as suas enfermidades aos filhos e aos netos. E que importa? Nada, absolutamente nada. A nossa burguesia fechará com indiferença o relatório da comissão governamental e continuará com rendas as suas esposas e filhas. Que bela coisa, a serenidade de alma de um burguês inglês! (ENGELS, 1985, p.220).

Engels acrescenta ainda as consequências que as condições de trabalho traziam para a saúde dos trabalhadores expostos a todo o tipo de privações que, somados aos efeitos nocivos das fábricas com sua atmosfera úmida e asfixiante, impossibilitava o desenvolvimento saudável dos jovens trabalhadores, favorecendo o aparecimento de problemas físicos e intelectuais.

Habitualmente a atmosfera das fábricas é ao mesmo tempo quente e úmida [...] é muito impura, asfixiante, pobre de oxigênio, cheia de poeira e de

vapores de óleo das máquinas que molha quase todo o chão, penetra na pele e rança. Quanto aos operários, vestem pouca roupa devido ao calor e sentiriam frio se a temperatura da sala não se mantivesse constante[...]junta-se a isso o efeito da brusca mudança de temperatura logo que o operário deixa a atmosfera quente da fábrica para entrar no ar glacial ou muito úmido de fora e a impossibilidade para o operário de se proteger bem da chuva e de mudar de roupa quando está molhada. Todos estes fatores provocam constantemente resfriados. E quando pensamos que, apesar de tudo, este trabalho não solicita e não faz trabalhar realmente quase nenhum músculo do corpo, a não ser talvez as pernas, que nada contraria o efeito anêmico e esgotante dos fatores enumerados mais acima, mas que, pelo contrário, faz falta todo o exercício que poderia dar vigor aos músculos, elasticidade e vigor aos tecidos, e que desde a juventude o operário nunca teve tempo de fazer o menor exercício ao ar livre, não é de admirar a quase unanimidade com que os médicos declaram nos relatórios sobre as fábricas terem verificado; principalmente nos operários, uma considerável falta de resistência às doenças, um estado depressivo geral, afetando todas as atividades vitais, um relaxamento persistente das capacidades intelectuais e físicas (ENGELS,1985, p.178).

Dessa forma, Engels aponta que a inadequação das instalações fabris, bem como a insalubridade desses locais, foram responsáveis pelas doenças que os trabalhadores apresentavam, entre as principais a tísica²⁷, a escrófula²⁸ e frequentes doenças respiratórias, e o raquitismo que geralmente afetava crianças e jovens trabalhadores; “em consequência de tudo isso, os homens envelhecem prematuramente [...] a maior parte deles está incapacitada para o trabalho quando chega aos 40 anos e quase nenhum chega aos 50” (ENGELS,1985, p.196). A intensificação da jornada de trabalho e o ambiente desfavorável no interior da fábrica criam uma massa de enfermos, cujas doenças provêm indubitavelmente das longas horas de trabalho.

A degradação física dos trabalhadores é uma constante na indústria, possivelmente responsável por diversos acidentes de trabalho, causando mutilações e mortes no operariado fabril. Assim:

O trabalho no meio das máquinas ocasiona um número considerável de acidentes graves que têm como consequência uma incapacidade total e parcial para o trabalho. O caso mais frequente é o esmagamento de um dedo ou uma falange cortada; se bem que mais raramente, acontece que metade da mão, a mão inteira ou um braço fiquem presos numa engrenagem e sejam esmagados. Muitas vezes esses acidentes, mesmo os mais benignos, provocam o aparecimento do tétano que ocasiona a morte. Em Manchester, podem-se ver além de muitos aleijados, um grande número de mutilados; um perdeu todo o braço ou o antebraço, outro o pé, ainda outro a metade de perna; é como estar no meio de um exército que volta de uma batalha (ENGELS,1985, p.200-201).

²⁷ Nome relacionado a doenças como tuberculose, artrite e demais doenças reumáticas.

²⁸ Refere-se aos tumores e lesões.

Em meio à cruel pobreza do proletariado urbano, com forte ênfase ao desamparo e brutalidade posta à classe trabalhadora, surge, na primeira metade do século XIX, uma série de leis promulgadas pelo parlamento inglês, como já relatamos no item anterior. De acordo com Engels, a legislação fabril era inicialmente uma legislação de execução, aplicada nas indústrias de algodão, linho, lã e seda, por se caracterizarem como uma forma de produção fabril que utilizava força motriz²⁹ ou fabricação industrial maquinizada de alguns tipos de tecidos. Com a expansão do sistema fabril em diversos setores produtivos, a legislação se estendeu para as áreas mecânicas, cerâmicas, vidraçaria, entre outras.

De acordo com Engels, o ano de 1796 marca o período de “proteção” ao operariado juvenil, influenciado pelo relatório escrito por Dr. Percival, médico de Manchester e encaminhado à secretaria de saúde, que serviu de projeto de lei apresentado à câmara. No entanto, somente seis anos após sua elaboração, tal projeto foi aprovado e transformado em lei sobre a saúde física e moral dos aprendizes que, de maneira geral, estabelecia: limitação da jornada de trabalho dos aprendizes a doze horas; proibição do trabalho noturno para crianças; aproveitamento de parte da jornada de trabalho para instrução de crianças, sendo obrigatória a instrução religiosa; estabelecimento de medidas sanitárias nas oficinas de trabalho, dormitórios e outros locais coletivos.

Como era de se esperar, essa lei, assim como inúmeras outras que tinham por característica a “melhoria” das condições de vida e trabalho dos operários, também não foi respeitada pelos industriais em razão da falta de fiscalização³⁰. Como não foram postas em vigor, os movimentos em defesa dos operários continuaram encaminhando inúmeros requerimentos ao parlamento inglês, solicitando a proteção legal à saúde dos operários, em especial das crianças. Essas petições levaram as autoridades governamentais à constituição da comissão de inquérito que teve como resultado mais três outras leis, respectivamente em 1819, 1825 e em 1831, promulgadas pelo parlamento, por requerimento de Robert Owen e outros industriais filantropos.

A lei de 1819 determinava a interdição do emprego de crianças com menos de nove anos, mantinha a jornada fixa de trabalho infantil de 12 horas e proibía o trabalho noturno para menores de 16 anos. A referida lei, assim como muitas outras criadas nesse período, não era respeitada pelo patronato que se aproveitava da ausência de fiscalização. Quanto à lei 1825, refere-se à redução da jornada de trabalho para menores de 13 anos, tendo como

²⁹ Força motriz refere-se à utilização de força hidráulica ou a vapor.

³⁰ Vale salientar que a fiscalização era atribuída a membros da elite local, tais como: magistrados, autoridades eclesiásticas, entre outros, que eram nomeados pelo juiz de paz do condado.

premissa a diferença existente entre crianças e adolescentes de 15 e 16 anos. Assim como a anterior nunca fora empregada efetivamente.

Com relação à lei 1831, baseada num projeto do Sir John Cam Hobhouse, esta estabelecia a proibição do trabalho noturno nas fábricas de algodão, para menores de 21 anos de idade, além de reafirmar a redução da jornada de trabalho semanal para menores de 18 anos, que deveriam ter, no máximo, 12 horas de trabalho de segunda à sexta e aos sábados, 9 horas. Mas estas modestas mudanças também não foram respeitadas pelos industriais do algodão, tendo seu descumprimento também verificado. A demissão era um forte instrumento de controle dos trabalhadores contrários à vontade dos industriais. Em meio à repressão patronal, os operários começaram a reivindicar e exigir “uma lei que proibisse todos os menores de dezoito anos trabalhar mais de dez horas” (ENGELS, 1985, p.206), sendo este um desejo unânime entre os trabalhadores.

Para Engels, a lei de 1833 foi a mais importante, pois

[...] proibiu o trabalho das crianças menores de 9 anos (exceto nas fábricas de sedas); limitou o tempo de trabalho de crianças entre os nove e treze anos a 48 horas por semana ou ao máximo de 9 horas por dia; o trabalho dos jovens entre 14 e 18 anos a 69 horas por semana ou ao máximo de 12 horas por dia; fixou o mínimo de uma hora e meia de descanso para as refeições e proibiu outra vez o trabalho noturno para todos os jovens menores de 18 anos. Ao mesmo tempo, a lei instituía uma frequência escolar obrigatória de duas horas por dia para crianças menores de 14 anos, e qualquer industrial que empregasse crianças não tendo nem certificado médico da idade passado pelo médico da fábrica, nem certificado de escolaridade passado pelo professor, incorria em penas previstas pela lei. Em contrapartida, estava autorizado a reter todas as semanas para o professor um *penny* sobre o salário da criança. Por outro lado, nomearam-se médicos de fábrica e inspetores que tinham acesso à fábrica a qualquer hora e podiam ouvir os operários sob juramento, e que tinham por missão velar pelo respeito da lei, apresentando queixas, se fosse necessário, ao juiz de paz (ENGELS, 1985, p.208).

Assim, os relatórios dos inspetores de fábrica que deram base para o surgimento dessas leis, constituindo-se de uma importante fonte de informações, revelaram que os males os quais atormentavam o operariado continuaram praticamente os mesmos depois da lei de 1833. Em 1844, surge na Inglaterra a lei que tinha como objetivo a limitação da jornada de trabalho das crianças em seis horas e meia e a obrigatoriedade da sua escolarização, atribuindo também aos inspetores de fábricas a regulamentação dessa lei, bem como a avaliação da competência dos mestres escola.

Tal como Engels, Marx também se apropria dos relatos de inspetores de fábricas e identifica, na natureza das leis, freios do capital pela sua inconsequente absorção da força de trabalho. Conforme nos mostra em *o Capital*:

[...] Essas leis refreiam o impulso do capital por sucção desmesurada da força de trabalho, por meio da limitação coercitiva da jornada de trabalho pelo Estado e na verdade por meio do Estado que capitalista e Landlord dominam. Abstraindo um movimento dos trabalhadores que cresce cada dia mais ameaçadoramente, a limitação da jornada de trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que levou à aplicação do guano nos campos ingleses. A mesma cega capacidade, a qual, em um caso se esgotou a terra, em outro afetou as raízes da força vital da nação. Epidemias periódicas manifestam-se aqui tão claramente com a diminuição da altura dos soldados na Alemanha e na França (MARX,1985, p.353).

Assim, para Marx, as leis serviam para limitar o ímpeto acumulativo do capital. Mesmo que apontasse a ação do movimento operário, elas eram mecanismos produzidos pela classe dominante com o objetivo de forjar os próprios instrumentos de seu autocontrole. Dessa forma, as leis nada mais foram que uma necessidade histórica para a garantia de manutenção das condições de acumulação, restringindo os exageros cometidos em decorrência da busca incessante por lucro. Outro aspecto abordado por Marx refere-se ao papel desempenhado pela classe trabalhadora que resistia às condições de trabalho impostas pela burguesia. Nesse sentido, a legislação fabril também era considerada resultado de lutas de classes, mesmo que essas “conquistas” não tenham saído, por décadas, do papel.

No que tange às leis de proteção à infância, Marx registra que não passavam de meios para diminuir os abusos a que eram submetidas as crianças que trabalhavam nas fábricas. As próprias exigências das cláusulas educacionais não passavam de meios de poupa-las das degradantes condições que o trabalho fabril lhes expunha. No decorrer de sua obra, Marx salienta o caráter ilusório da legislação voltada à criança trabalhadora, quando expressa claramente as cláusulas educacionais presentes na legislação fabril e as inúmeras fraudes praticadas por industriais para burlar o cumprimento da legislação.

Em outra passagem de *o Capital*, reportando-se a Engels e sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Marx enfatiza as consequências que a exploração e valorização do capital trouxeram para a classe trabalhadora.

A degradação moral decorrente da exploração capitalista do trabalho de mulheres e crianças foi exposta exaustivamente por F. Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e por outros autores que apenas a registro aqui. Mas a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia – que deve ser bem distinguida daquela ignorância natural que deixa o espírito ocioso sem estragar a sua capacidade de desenvolvimento, a

sua própria fecundidade natural –, obrigou, finalmente, até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino primário a condição legal para o uso “produtivo” de crianças com menos de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris (MARX,1985,p.33).

Em sua análise, Marx não se limita a relatar a situação da legislação fabril somente na Inglaterra, expandindo sua reflexão a outros países do continente europeu. Ao fazer referência ao caso francês, o referido autor aponta que a lei francesa foi visivelmente inspirada pela legislação inglesa de 1833 e tinha por objetivos a regulamentação do trabalho infantil nas manufaturas, mediante a proibição de emprego para menores de 8 anos, a diminuição da jornada de trabalho para crianças com faixa etária de 8 a 12 anos, a restrição do trabalho noturno, além da inclusão de crianças até 12 anos no ensino primário.

Assim como ocorrera na Inglaterra, a aplicabilidade dessa lei era limitada. Em algumas cláusulas, sua vigência só ocorreria se o ambiente de trabalho comportasse o número superior a vinte operários, se utilizassem força motriz mecânica ou funcionasse continuamente, o que isentava a aplicação da legislação em pequenas empresas, oficinas domésticas. Outro fator que impossibilitava o real estabelecimento das leis fabris era a precária fiscalização dos inspetores que, em sua maioria, eram membros da elite burguesa, comprometidos com os interesses de sua classe.

O que observamos, tanto nos relatos de Marx como de Engels, é a ausência total de educação da classe operária, visualizada no quadro de ignorância e analfabetismo entre os trabalhadores, impossibilitados do acesso à cultura por temor da burguesia, que somente a concede em doses que favoreçam seus interesses de classe. Engels salienta que essas escolas, além de não melhorarem o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores, também fracassavam na sua formação moral, comumente confundida como instrução religiosa, na medida em que os princípios das relações existentes entre os seres humanos eram mesclados de dogmas religiosos.

Nas palavras de Engels:

Está bastante claro que a educação moral que se confunde, em todas as escolas inglesas, com a instrução religiosa, não poderia ser mais eficaz que esta última. Os princípios elementares que, no caso do ser humano, regulam as relações entre os homens, encontram-se em meio às mais terríveis confusões, quanto mais não fosse pela situação social vigente, pela guerra de todos contra todos. Eles devem forçosamente permanecer obscuros e estranhos aos olhos do operariado inculto, quando expostos misturados com dogmas religiosos incompreensíveis e sob a forma religiosa de um mandamento arbitrário e sem fundamento. Todas as autoridades, em particular a Children’s Employment Commission, confessam que as escolas em nada contribuem para a moralização da classe trabalhadora. A burguesia inglesa é tão desprovida de escrúpulos, tão estúpida e tacaña em seu

egoísmo, que nem se dá ao trabalho de inculcar nos trabalhadores a moral atual, moral essa que a burguesia fabricou em seu próprio interesse de defesa! Até mesmo este ato de preocupação consigo mesma é considerado tarefa demasiadamente penosa por essa burguesia preguiçosa e cada vez mais apática; até isto lhe parece supérfluo. É evidente que um dia ela arrepender-se-á de sua negligência, e será tarde demais. Mais ela não tem o direito de se queixar do fato de que os trabalhadores ignoram esta moral e não a observam (ENGELS,1985, p.160-161).

Em suas observações, Engels registra a situação de imoralidade em que vivia a classe trabalhadora, relatando, em diversas passagens de sua obra, diferentes formas de degradação visualizadas no roubo, na embriaguez, criminalidade, no desregramento nas relações entre os sexos, entre outros. Diferentemente de seus contemporâneos que atribuíam o desregramento do proletariado a sua própria natureza, ou à sociedade, Engels relaciona a degradação dos costumes como resultado das condições de vida e trabalho dos proletários, da instabilidade do emprego, da insegurança quanto ao salário, da própria natureza estafante do trabalho, bem como da desorganização dos laços familiares que a industrialização causou ao proletariado.

Assim a legislação fabril, além de ter como objetivo a elevação da produção social, também, ao dispor o ensino infantil como obrigatoriedade, produz condições que permitem a constituição de seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões, mesmo que precariamente.

No decorrer de sua obra, Engels amplia a discussão sobre a situação da classe trabalhadora para outros ramos da produção industrial da Inglaterra. No que diz respeito à metalurgia, o referido autor nos apresenta o exemplo de três regiões: Birmingham, Staffordshíre e Sheffield. Sendo Birmingham o principal centro metalúrgico inglês, o autor registra a condição de instrução disponibilizada, tendo por base o relatório de inspetores de fábrica, quando salienta que:

[...] mais da metade das crianças entre cinco e os quinze anos não frequentavam nenhuma escola, e os que vão à escola mudam de estabelecimento frequentemente, de maneira que é impossível dar-lhes uma sólida instrução, e que crianças são retiradas muito cedo da escola para irem trabalhar. O relatório também nos dá uma ideia sobre a qualidade dos professores, respondeu: ‘Não, por três *pence* por semana e por um aluno, não poderiam exigir-me isso’; vários outros nem sequer compreenderiam a pergunta e outros consideravam isso de modo algum fazia parte de seu trabalho. Uma professora disse que não ensinava moral às crianças mas que se esforçava por lhes inculcar bons princípios (e, ao dizer isto, cometeu um erro gramatical). Nas próprias escolas, o comissário constatou uma balbúrdia e uma desordem permanentes (ENGELS,1985, p.227-228).

Na indústria da cerâmica, apesar da existência de muitas escolas, Engels continuava a registrar em seus relatos, um alto grau de analfabetismo, bem como ausência de uma formação intelectual e moral para as crianças.

[...] Nos distritos de cerâmica asseguram-me que há um número importante de escolas que permitem que as crianças se instruem, mas como estas crianças vão desde muito cedo para a fábrica e aí têm que trabalhar muito tempo (frequentemente doze horas ou mais), então impossibilitadas de utiliza-las. É por isso que três quartos das crianças examinadas pelo comissionário não sabiam ler nem escrever; em todo o distrito reinava o maior analfabetismo. Crianças que, durante anos, tinham frequentado as escolas dominicais eram incapazes de distinguir as letras e, em todo o distrito, não só a formação intelectual mas também a formação moral e religiosa estavam num nível muito baixo (ENGELS,1985, p.234-235).

Quando relata os dados referentes à formação educacional existente na mineração, Engels nos mostra as mesmas condições apresentadas nas outras áreas de produção:

[...] parece que essas crianças passam geralmente a maior parte do domingo na cama para recompor um pouco do cansaço da semana; um número muito pequeno frequenta a igreja e a escola e os mestres queixam-se da sua sonolência e do seu desinteresse apesar do seu desejo de se instruir [...]. Essas pessoas vivem no campo em regiões abandonadas [...]. Por essa razão, e também porque mandam as crianças trabalhar desde a mais tenra idade, a sua formação intelectual é totalmente negligenciada. Não podem frequentar as escolas abertas durante a semana; as escolas noturnas e dominicais são ilusórias, os professores não têm qualquer valor. Só existe um pequeno número de mineiros que sabe ler, e menos ainda sabem escrever (ENGELS,1985, p. 277-278).

Assim observamos que, em todos os setores da indústria, a legislação que determinava a instrução educacional dos jovens trabalhadores não se efetivou plenamente e, nos casos relatados, o cumprimento da lei se dá de maneira insuficiente. No entanto, vale salientar que as péssimas condições dos trabalhadores não se resumem à regulamentação e não efetivação das leis voltadas à educação formal, mas, conforme já observamos, a diferentes aspectos das condições de vida e trabalho do proletariado. A desumanização do proletariado e sua degradação estão presentes em todos os setores industriais.

No que se refere à situação dos trabalhadores nas minas, Engels relata que são consideradas toleráveis em relação às outras áreas de exploração. A degradação física porém é extenuante: doenças pulmonares, deterioramento ósseo, envelhecimento e morte precoces (40 a 50 anos em média). Nas galerias, trabalham somente homens e crianças acima de 12 anos. estas e as mulheres trabalham na superfície, triturando e selecionando o minério. São retratados ainda os albergues e dormitórios onde vivem esses operários, semelhantes aos que

foram apresentados nos capítulos anteriores e taxados por Engels de verdadeiros navios negreiros de “britânicos livres”.

No entanto, o salário dos mineiros é considerado elevado, comparado com os dos jornaleiros agrícolas e de algumas minas na Escócia e na Irlanda. O exaurimento físico é o mais elevado possível. As enfermidades são também de grande monta. Fica clara aqui a mesquinhez da classe proprietária, ao não investir na segurança nas minas: um fraco sistema de ventilação favorece um maior acúmulo de poeira carbonífera e de gás metano que causa uma maior deterioração das vias aéreas dos operários e ainda explosões que matam centenas. Outro fator muito importante no proletariado mineiro é a sua irreligiosidade: “o trabalho” – descreve Engels – “incumbe-se de, por si só, destruir sua moralidade” (ENGELS,1985, p.283).

Engels continua sua descrição detalhando como a burguesia não se contenta apenas em debilitar a saúde do trabalhador, continua o explorando por outras vias: pagamento em espécie de maneira hegemônica, moradias dos patrões (*cottage system*), fraudes nas balanças de carvão e sistema de multas em dinheiro nas minas, com o capataz com poderes absolutos para aplicá-las. O despotismo dos proprietários vem decrescendo graças ao contato com os trabalhadores fabris que se encontram em estágio organizativo superior, fazendo das greves e das associações saídas já presentes na luta dos mineiros.

Quando se refere ao proletariado agrícola, Engels relata que o sistema industrial se impôs no campo com a quebra das relações patriarcais, a introdução das máquinas, a utilização do trabalho de mulheres e crianças e uma “sobrepopulação”. Como vivem dispersos, as possibilidades de se organizarem ficam reduzidas, o que facilita a super-exploração dos Trabalhadores pelos proprietários das indústrias. O estágio do furto e da saída individual de contestação com a burguesia ainda é predominante nessa camada da população. A expressão que naquele momento poderia se entender como a mais organizada era o “ludismo agrícola”, isto é, o incêndio das plantações, granjas e estábulos dos proprietários.

Engels, a partir das condições retratadas, deduz que, com a supressão da *Leis dos Cereais*, a livre concorrência levará os arrendatários a se tornarem liberais e, conseqüentemente, os jornaleiros cartistas e socialistas. Quando o referido autor fala da situação do proletariado agrícola e dos camponeses na Irlanda, a situação é ainda mais precária, uma vez que uma imensa camada desses trabalhadores depende do “socorro público” para sobreviver. Quando direciona sua crítica aos proprietários, Engels afirma que estes só conhecem a lógica do lucro; os trabalhadores se tornam um simples objeto, uma mercadoria que tem que produzir a maior quantidade de lucro possível. Engels tenta esclarecer agora a

atitude da classe dominante como partido e poder de Estado. A parcialidade deste último já se evidencia nos tribunais de paz, onde o tratamento aos proprietários e trabalhadores é bem diferenciado.

Dessa forma,

A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: é uma relação puramente econômica – o industrial é o “capital”, o operário é o “trabalho”. E quando o operário se recusa a enquadrar-se nessa abstração, quando afirma que não é apenas “trabalho”, mas um homem que, entre outras faculdades, dispõe da capacidade de trabalhar, quando se convence que não deve ser comprado e vendido enquanto “trabalho” como qualquer outra mercadoria no mercado, então o burguês se assombra. Ele não pode conceber uma relação com o operariado que não seja a da compra-venda; não vê no operariado um homem, vê mãos (*hands*), qualificação que lhe atribui sistematicamente.[...] Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência[...] ? Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornando pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana [...] (ENGELS,1985, p.308-309).

O eixo, porém, de todo ataque da burguesia contra os proletários gira em torno da teoria malthusiana da população³¹, que inspirava então a *nova lei dos pobres*³². A teoria e a lei, em suas linhas gerais, declara que a grande massa dos pobres das cidades e do campo são excedentes da população e que não devem ter suas existências incentivadas, isto é, os pobres devem morrer à míngua, pois isso é uma lei de todas as sociedades. A produção nunca acompanharia o crescimento da população. Teríamos então que deixar esses indivíduos desaparecerem para podermos estabilizar novamente a relação produção/população. A antiga lei dos pobres³³ seria um incentivo à vagabundagem e à mendicância. Engels declara, porém, que o movimento operário sabia muito bem: quem tinha de desaparecer da face da terra eram os burgueses, parasitas sociais que nada produziam.

³¹ A teoria Malthusiana da população é uma teoria criada pelo economista inglês Thomas Malthus, no final do século XVIII. De acordo com essa teoria, a população mundial cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética.

³² De acordo com Engels, a nova Lei dos Pobres era, na verdade um ”*Poor law Amendment Act*,[Ato de alteração da Lei dos Pobres], adequando-a a exigências burguesas, com forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho”(1985,p.61).

³³ Engels relata que “A legislação sobre os pobres- *Pow law*[...], surgiu em 1601, em 19 de dezembro, pelas mãos da rainha Elizabeth ou Isabel I (1533-1603), formulada sobre quatro princípios : a) a obrigação do socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; d) a responsabilidades das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho”(1985,p.61).

Engels, detalha ainda a situação das *workhouses*,³⁴ em que o descaso, a fome e a morte eram presentes e serviam para acentuar o descontentamento da classe operária contra os proprietários. No final, Engels sintetiza que a situação atual só pode ser superada por uma revolução, uma vez que a degradação da classe trabalhadora, com o passar dos tempos, só tende a aumentar, em todos os setores nos quais o proletariado estava inserido, ou seja, nas condições de trabalho, moradia, vida e substância.

A degradação, com a industrialização, ganha proporções tão gigantescas que desumaniza, desmoraliza e transforma o ser humano em máquinas que (sobre)vivem, pura e simplesmente, para a riqueza material de uma única classe, a capitalista, mesmo que, para isso, a classe proletária tenha que se anular por completo como ser humano, passando a ser mero objeto de manipulação e submissão da burguesia. Diante da reflexão exposta nesses dois primeiros capítulos, torna-se possível pensar a degradação do trabalho e do trabalhador no mundo contemporâneo, conforme veremos a seguir.

³⁴Workhouses eram casas de trabalho criadas na Inglaterra, no século XVII, destinadas a alojamento e trabalho aos pobres como regime prisional. Ali os operários realizavam trabalhos monótonos e extenuantes, para garantia de sua subsistência.

CAPÍTULO III

DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E DO TRABALHADOR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

“Enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – dado que o capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável”

(István Mészáros)

Este terceiro e último momento busca discutir as relações existentes entre a degradação do trabalho e do trabalhador na atualidade e a crise estrutural do capital. Para isso, parte-se do pressuposto de que a crise estrutural assola o sistema de produção da vida material a partir da década de 70. Ao buscar equacionar o problema da baixa das taxas de lucro, expandiu-se por todos os demais setores da vida em sociedade, sendo o trabalhador o mais atingido nesse processo.

Diante disso, a trajetória percorrida será, inicialmente, o estudo da crise estrutural, embasado na obra de Mészáros *“Para além do Capital”*, em que buscaremos apresentar, de maneira suscita, a crise estrutural vivenciada pela sociedade capitalista nos últimos anos. Em seguida será mostrada como a ativação dos limites absolutos possibilitam a intensificação e expansão da degradação do trabalho nessa sociabilidade.

3.1 Crise estrutural do Capital e sua produção destrutiva

Conforme capítulos anteriores, a história do capitalismo demonstra que sua existência tem como suporte o artifício da acumulação, forjada numa série de processos violentos e predatórios, com vistas a garantir a manutenção e perpetuação desse sistema. Dessa forma, ao longo de seu desenvolvimento o modo de produção capitalista, passa por diversas reorganizações e múltiplas crises de natureza socioeconômica e política, mantendo sempre sua capacidade de produção e reprodução acompanhada pela lógica destrutiva do capital, aspecto que tem levado a sociedade contemporânea a uma crise civilizatória que abrange a vida humana.

Em momentos históricos de dificuldades enfrentados pelo capital, os períodos de crises apresentam-se como mecanismos de fuga e rearranjo da acumulação, em que os

obstáculos para a reprodução apresentavam funções de saneadores na ordem produtiva. Com a crise estrutural, a flexibilização das contradições começa a enfraquecer, bem como as possibilidades de ajuste começam a se esgotar, estabelecendo uma “desintegração estrutural final” que vai se expandindo num longo processo. Para Mészáros, a crise estrutural avança de forma implacável em um processo contraditório de ajustes contínuos que só será “concluído após um longo e doloroso processo de *reestruturação radical* inevitavelmente ligado às suas próprias contradições” (MÉSZÁROS,2002,p.797). Dessa forma,

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/ distribuição/ realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) Assim, os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as considerações imediatas não são apenas deslocados, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital (MÉSZÁROS,2002, p.798).

Diante disso, Mészáros relata existir em diversos tipos de crises, com duração, frequência e gravidade variadas, que atingem, direta ou indiretamente, o capital até a remoção de obstáculos, mas sem abalar o sistema na sua totalidade e nem colocar em questão os limites últimos de estrutura global. O referido autor exemplifica essa conjuntura com a crise de 1929-1933, que “foi essencialmente uma ‘crise de realização’, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra” (MÉSZÁROS,2002, p.798).

Salienta ainda que a crise estrutural se origina daquelas três dimensões do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Não em suas disfunções individuais e separadas, mas em seu todo fundamental, mediante o bloqueio sistemático de suas partes constitutivas vitais. Essa distinção se faz necessária para que não haja uma compreensão equivocada no que se refere à real natureza da crise, uma vez que a realização de um bloqueio temporário de uma dessas três dimensões reflete imediatamente no bom funcionamento do sistema, o que não quer dizer que se converta em uma crise estrutural. Desse modo, “significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS,2002, p.799).

Assim, desde o início, essas três dimensões internas ao capital, necessárias a sua autoexpansão e funcionamento global, formam uma unidade contraditória e problemática com o intuito de submeter toda a produção à troca. Paralelo a isso, a continuidade da reprodução, ampliada de cada uma, assegura o fortalecimento individual, bem como a relação harmônica entre elas. No entanto, vale ressaltar a possibilidade de uma transformação substantiva devido ao acirramento das contradições do sistema capitalista, uma vez que:

A situação muda radicalmente, porém, quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo. Isto porque o capital nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições (MÉSZÁROS, p.799-800).

Desse modo, o fato de o capital não resolver suas contradições é inerente a ele próprio, pois são essas contradições um terreno fértil para o seu desenvolvimento. O capital intensifica, transfere e desloca as contradições até os seus limites de possibilidade de margem de lucro sem resolvê-las.

Nem poderia fazê-lo, na medida em que, por sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo (MÉSZÁROS,2002, p.800).

Diante disso, assegura Mézáros ser a crise estrutural do capital uma crise global, não estando confinada apenas à esfera socioeconômica; abala, igualmente, as instituições políticas, pois “as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições *políticas*; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado”(MÉSZÁROS,2002, p.800).

Para uma melhor apreciação, é preciso localizar a novidade histórica da crise estrutural do capital no contexto dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos do século XX. Comparada à crise de 1929-33, teremos uma crise radicalmente diferente. Apesar de ter sido grave e longa, a crise de 1929 só abalou, de forma muito limitada, as potencialidades explosivas, mas subdesenvolvidas do capital naquela época. No que se refere à durabilidade da crise estrutural, muitas pessoas lançam mão do exemplo da crise de 1929-33 para

argumentar que essa conseguiu impor ao capital mudanças dramáticas às quais o capital sobreviveu. Da mesma forma, “a crise estrutural atual deverá produzir remédios e soluções permanentes”(MÉSZÁROS,2002, p.807). Se o capital conseguiu resolver seus problemas no passado, o fará indefinidamente também no futuro. A diferença crucial é que, na crise de 29-33, ainda era possível perseguir a linha de menor resistência, mas agora já não é mais. A questão agora “é precisamente a crise estrutural e o colapso de alguns mecanismos e determinações até agora vitais, que se manifestam sob a forma da própria crise de controle e dominação estabelecida” (MÉSZÁROS,2002, p.807).

Para Mézáros (2002), historicamente, as disparidades visualizadas nas crises cíclicas geralmente podem ser deslocadas e posteriormente servir de “alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” (MÉSZÁROS,2002,p.798). No entanto, tal deslocamento não pode enfrentar os desequilíbrios existentes entre a produção e o consumo apenas com medidas paliativas e inibidoras de acumulação do capital, visto que os mesmos problemas voltaram a aparecer para desembaraçar radicalmente os constrangimentos estruturais presentes no valor de uso como algo direcionado à necessidade humana e ao consumo real. Paralelo a isso, ocorre uma nova fase de produção destrutiva de riqueza e de homens, somada à busca incessante de aumento da produtividade, de inovação tecnológica e à redução e desvalorização da força de trabalho.

Assim, os limites absolutos do capital³⁵ são ativados, impulsionados pelos graves problemas enfrentados pela reprodução, que já não podem ser respondidos no horizonte da expansão geográfica e nem pela reorganização interna da produção, o que vem a alterar radicalmente a dinâmica de deslocamento e acumulação tranquila do capital, fazendo surgir uma “crise estrutural potencialmente devastadora” (MÉSZÁROS,2002, p.332).

Dessa forma, com base nos estudos de Mézáros, percebe-se que o início do declínio desse sistema sociometabólico ocorre a partir da constatação do papel ocupado pelo desemprego e pela obsolescência da força de trabalho, acarretando elevados índices de degradação do trabalho e do trabalhador, alterando consideravelmente a estrutura do sistema em questão, transformando o que era restrito e local em uma realidade geral e global. O desemprego expressa exemplarmente esse caráter geral e global, consequência do sistema sociometabólico do capital.

[...] o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital. Pois uma coisa é imaginar o alívio ou a

³⁵O detalhamento sobre os limites absolutos do capital será mais bem apresentado no tópico seguinte.

remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo, ao “melhorar a posição competitiva” do país ou dos países em questão: um remédio tradicional nos textos, de que até hoje se ouve falar. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para ‘mendigar ao vizinho’, ou mesmo o resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a ‘explosão populacional’, sob a forma de desemprego crônico, como um limite absoluto do capital (MÉSZÁROS,2002, p.333).

Aliado a isso, “todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema” (MÉSZÁROS,2002, p.224-225). Assim, a crise estrutural se apresenta mediante uma dinâmica de auto-fortalecimento que, em uma recessão econômica, tende a agravar, à medida que o próprio poder de compra dos salários, no lugar de ser ampliado, conforme ocorria nas políticas anticíclicas tradicionais, agora tende a diminuir em decorrência do padrão de vida vislumbrado pela força de trabalho, pois, no momento atual, o sistema mostra sua incapacidade de resolver os problemas sociais básicos, aumentando a gravidade deles.

Como já foi mencionado, a ascendência histórica do capital em suas linhas gerais está chegando ao fim. É significativo que esse processo só pudesse ocorrer sob uma forma muito contraditória, acumulando problemas enormes para o tempo à nossa frente [...] A forma como este processo chega à sua conclusão pronuncia um julgamento muito severo sobre ele. A consumação da ascendência global do sistema do capital, apesar de cinco séculos de expansão e acúmulo, trazia consigo a condenação da esmagadora maioria da humanidade a uma existência miserável (MÉSZÁROS,2002, p.91-92).

Para o referido autor, “até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, em que a tendência a piorar tenha algum fim à vista” (MÉSZÁROS,2002, p.225). Diante disso, não podemos aceitar essas mudanças como um simples problema conjuntural, uma vez que o trabalho e seus impactos na vida da classe trabalhadora são nitidamente insuperáveis nesse sistema e não podem senão ser aqui identificados como cerne na crise estrutural.

[...] como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua (MÉSZÁROS,2002, p.341).

Diante desse aspecto, a crise estrutural se apresenta como a contradição mais íntima e a explosão de seu sustentáculo básico expresso na lei do valor.

Para Mészáros:

(...) esses limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias não estão separados, mas tendem, desde o início, a ser inerentes à lei do valor. Neste sentido, eles correspondem de fato à ‘maturação’ ou plena afirmação da lei do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital. E, vice-versa, pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais (MÉSZÁROS,2002, p.226).

Sendo o trabalho fonte de valor, o capital nada mais é senão o valor que se valoriza, somente existente mediante acumulação do capital. Nesse contexto, o dinamismo do sistema capitalista advém da capacidade de entender a quantidade cada vez mais ampla dessas representações objetivas de valor.

Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente seja na forma econômica direta seja forma basicamente política no decurso da reprodução expandida da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras (MÉSZÁROS,2002,p. 100).

Em um sistema orientado exclusivamente para a ampliação, em que a dinâmica gira em torno da “produção pela produção”, uma interrupção dessa lógica só pode representar o estabelecimento de uma crise de proporções gigantescas. Contudo, vale salientar que um “acidente” no caminho do desenvolvimento desse sistema ou seja, uma interrupção na acumulação do capital faz parte do contexto inexorável de tal movimento de acumulação. Uma mudança substancial da natureza do sistema, representa que o capital em sua dinâmica, periodicamente, passa a ser atravessado por crises para ser ele próprio a “crise em si”. Isto é, ocorre uma tendência de permanente crise como comprovação da natureza do capital.

Partindo dessa premissa, o capital torna-se realmente a “crise em si”, mediante profundas e incalculáveis consequências sociais que a humanidade sofre na atualidade. Tais consequências retratam a existência de uma crise “nunca antes experimentada numa escala incomparável”. Nessa nova fase, não acontecem espaços cíclicos entre expansão e recessão, mas momentos cada vez mais frequentes e contínuos. Entre as características fundamentais para a distinção entre a crise estrutural e as crises cíclicas, Mészáros nos chama a atenção para os seguintes aspectos:

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS,2002, p.796).

A partir dessas importantes constatações, Mészáros afirma o caráter universal da crise estrutural, isto é, além de sua ação afetar tanto as economias centrais quanto as periféricas, evidencia-se a existência de uma crise que afeta todas as esferas sociais indiscriminadamente.

Dadas as determinações inevitáveis do ‘círculo mágico’ do capital referidas anteriormente, a profunda crise da ‘sociedade civil’ reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas. Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas “garantias políticas”, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a crise estrutural de todas as instituições políticas já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições políticas; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral (MÉSZÁROS,2002, p.800).

Por essas razões, a crise atual não pode e não deve ser considerada uma simples crise cíclica, pois diferentemente das de outrora, em que o ciclo de crescimento e expansão pode retomar seu patamar, graças às condições intensivas e extensivas apresentadas para o deslocamento de suas contradições, a crise de caráter global traz em seu seio todas as esferas sociais acumuladas há décadas, com um conjunto de problemas de reprodução, estagnação e depressão, que só pode ser identificada e compreendida como uma crise estrutural, “que não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global” (MÉSZÁROS,2002, p.797).

Assim, a gravidade da crise é reforçada pelos limites de uma intervenção circunscrita somente aos seus efeitos, “tornando proibitivo atacar as suas *causas*, graças à ‘circularidade’ do capital,[...] entre Estado político e sociedade civil, por meio da qual as relações de poder estabelecidas tendem a se reproduzir em todas as suas transformações superficiais”(MÉSZÁROS,2002, p.808-809).Diante desse quadro, a posição de Mézáros é definitivamente pessimista, as características da universalidade, globalidade, continuidade e administrabilidade da crise são antagônicas a qualquer solução da crise estrutural do capital, na medida em que aprofunda a própria crise.

Se a condição para solucionar a crise estrutural estiver associada à solução dos quatro conjuntos de contradições mencionadas acima, do ponto de vista da contínua expansão global e da dominação do capital, a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora. Pois é muito remota a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. O mais provável é, ao contrário, continuarmos aprofundando cada vez na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa ‘reversão positiva’, no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital(MÉSZÁROS,2002, p.810).

O horizonte que se desenha com base nessas contradições e na produção perdulária do capital, necessária à sua reprodução, apesar de colocar em risco seu potencial produtivo, essas quatro direções tem consequências catastroficamente imprevisíveis:

(1) A demanda incontrolável por *recursos* – isto é, a irremediável tendência crescente do capital ao uso ‘intensivo de recursos’, da qual o uso ‘intensivo de energia’ é só um exemplo – sem considerações pelas consequências futuras sobre o ambiente, nem pelas necessidades das pessoas afetadas por suas assim denominadas ‘estratégias desenvolvimentistas’; (2) o uso cada vez mais *intensivo de capital* em seu processo de produção, inerente à concentração e à centralização necessárias de capital, que contribui grandemente para a produção do ‘subdesenvolvimento’ não só na ‘periferia’ mas também no centro de seu domínio ‘metropolitano’, gerando desemprego maciço e devastando uma base industrial antes florescente e perfeitamente viável; (3) o impulso crescente em direção à *multiplicação do valor de troca*, no princípio simplesmente *divorciado*, mas agora abertamente *oposto* ao ‘valor de uso’ a serviço da *necessidade humana*, para manter intata a dominação do capital sobre a sociedade; e (4) o pior tipo de desperdício: o desperdício de gente, pela produção em massa de ‘pessoas supérfluas’ que, como resultado tanto dos avanços ‘produtivos’ do capital como de suas dificuldades crescentes no ‘processo de realização’, não podem mais se ajustar aos esquemas estreitos da produção de lucro e da multiplicação perdulária do valor de troca. (O fato de que a produção em massa de ‘tempo supérfluo’ do número crescente de ‘pessoas supérfluas’ seja o único tempo de vida das pessoas reais não pode ser, claro, objeto de preocupações para as dedicadas personificações do capital) (MÉSZÁROS,2002, p.819).

São tais demandas perdulárias, próprias do funcionamento do capitalismo, que impõem seu determinismo econômico responsável pela ativação dos limites absolutos que põem em risco a vida humana. “Assim, a influência civilizatória encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da auto-reprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas”(MÉSZÁROS,2002, p.801).

Contemporaneamente, a produção destrutiva do capital demonstra: o que predomina são suas necessidades de auto-reprodução. A tecnologia capitalista visa unicamente à reprodução ampliada do capital, independentemente de seu custo social. Neste sentido, “o assustador crescimento exponencial da destrutividade do capital não é o resultado de determinações políticas[...], mas representa a necessidade mais íntima da ‘produtividade’ do capital nos dias atuais” (MÉSZÁROS,2002, p.527). Tal produtividade necessita dessa lógica destrutiva para sua própria realização e, por consequência sua existência representa uma ameaça à sobrevivência humana.

Diante desse contexto, a crise estrutural, segundo Mézáros, só poderá ser revertida se buscar uma solução qualitativa para a transformação da sociabilidade capitalista, em que a produção do “desperdício” ou produção “destrutiva”, que visualizamos na atualidade, se transforma em uma produção que vise à satisfação das necessidades verdadeiramente humanas, conseqüentemente contemple a maximização da taxa de utilização das mercadorias e promova a abolição da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.

Partindo desse pressuposto, a base para a compreensão do capital deve-se à existência da relação contraditória entre o valor de uso e o valor de troca, na qual a produção não se constitui com a finalidade de satisfação das necessidades humanas, mas para valorização e expansão do próprio sistema. Desse modo, a lógica da reprodução ampliada não pode levar a outra coisa senão à tirania da acumulação de valor indiferente as necessidades sensíveis, à utilidade concreta dos produtos, uma vez que “o capital não trata meramente como separados valor de uso (...), e valor de troca, mas faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último” (MÉSZÁROS,2002, p.66).

Sob essa sociabilidade, o capital se caracteriza como produção de mercadorias, passando a converter até a força humana em simples mercadoria e, como qualquer outra passa a ser subjugada à tirania da economia. Contudo, na medida em que se expande irrestritamente, traz consigo limites históricos insuperáveis configurados nas crises, em que a explicação de sua existência não se encontra numa única causa, mas nas concessões periódicas, presentes no curso normal da reprodução capitalista. Desse modo, todo o sistema de produção é constantemente ampliado, ou seja, cada vez mais o capital busca o aumento significativo na

produção e venda de mercadorias, o que tende a resultar numa constante e eterna racionalização de mercadorias, comumente alcançadas pelo aprimoramento das técnicas e da organização da produção. A esse respeito, o referido autor nos mostra que:

Os imperativos da lucratividade em escala inexoravelmente crescente [...] trazem consigo a desconcertante consequência de que, não importa quão ‘calculistas’ e ‘racionais’ ou ‘economicamente conscientes’ os empreendimentos particulares possam ser, no interesse de sua própria sobrevivência no mercado, o sistema como um todo é absolutamente perdulário, e tem que continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes (MÉSZÁROS,2002, p.662).

Diante disso, o desenvolvimento da tecnologia é considerado uma necessidade interna, para o desenvolvimento do capital, em que a finalidade de sua valorização deve ser alcançada diante de uma expansão interna, responsável pelo desenvolvimento de sua “totalidade intensiva” (MÉSZÁROS,2002, p.591). Assim, a ampliação do grau de exploração e degradação intensiva do trabalho ocorre por meio do avanço tecnológico pela melhoria e modernização dos meios de produção.

O fato [é] que os meios de produção se convertem em capital e como tal devem ser valorizados em uma escala sempre crescente, acarreta o desenvolvimento da tecnologia como uma prática produtiva paradoxalmente auto-orientada. Paradoxal no sentido de que é tanto autônoma (à medida que é liberada pelo capital dos constrangimentos imediatos das necessidades humanas, e, desse modo, capacitada a perseguir, até certo ponto, sua própria linha de desenvolvimento), como servilmente subordinada aos ditames orientados para o lucro da lógica imanente do capital (MÉSZÁROS,2002, p.666).

Assim, ao orientar-se para uma constante redução do tempo de trabalho socialmente necessário, a ciência e a tecnologia criam cada vez mais tempos disponíveis que, dentro dos critérios da racionalidade, aparecem como redução de custos. Subtende-se que toda atividade científica, orientada pelo capital, cria obstáculos para o seu próprio desenvolvimento, seja do ponto de vista da composição técnica, quando a ciência constitui uma força que acumula cada vez mais capacidade produtiva, seja do ponto de vista da composição do valor, quando dita o trabalho pelo viés da criação do valor.

Como resultado, a tecnologia pode avançar na realização de seus objetivos auto-impostos, independentemente das implicações negativas de tal orientação autônoma, tanto em relação à taxa de utilização decrescente manifestada, por um lado, na superprodução em massa de mercadorias e, por outro, no excesso acumulado de capacidade produtiva como em relação ao seu impacto sobre o trabalho vivo. Controles e limitações só podem ser trazidos à cena *post festum*, depois do dano infligido. Ao mesmo tempo, os corretivos viáveis dentro dos limites do capitalismo são bastante limitados, já

que o impacto negativo da autonomia tecnológica que, em situações de crise, parece contradizer os interesses vitais do sistema está de fato completamente afinado com os ditames materiais do capital, inalteradamente orientados-para-o-lucro, mesmo que, do ponto de vista do capital, seja preferível manter ocultas as contradições subjacentes (MÉSZÁROS,2002, p.666).

Diante disso, Mészáros salienta que a dinâmica do capital é destrutiva, não somente no que se refere às suas bases físicas, por desenvolver e acumular todo um sistema de desperdício, mas também autodestrutiva, na medida em que prejudica sua própria base. Num parágrafo extenso, mas bastante rico pelo conjunto de estratégias exemplificadas, ele resume essa transformação da lógica produtiva em lógica destrutiva, ao relatar que:

[Em] um certo ponto, entretanto, as mercadorias destinadas ao ‘alto consumo de massas’ deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação de capital). Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o ‘superdesperdício’ de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel do que antes); o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes e comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de uma serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito) etc. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis (MÉSZÁROS,2002, p.670-671).

Conforme o exposto, percebemos que a realidade atual não pode e não deve ser considerada como “uma situação conjuntural qualquer”, em que a irracionalidade e o desperdício, comumente visualizados no sistema capitalista, se fazem presentes, já que, a situação atual nada mais é que uma “realidade irreversível”, na medida em que o desperdício, próprio da produção capitalista, torna-se tanto um meio como uma finalidade inerente ao

sistema. Desse modo, a capacidade produtiva passa a alcançar níveis impensáveis, as unidades produtivas ativas continuam a se manter no processo de produção, mesmo em meio ao excesso de capacidade e aos entraves comuns à própria acumulação, gerando uma inatividade permanente, pois não bastam técnicas avançadas para liberar a força de trabalho; o aumento da capacidade em determinados ramos industriais, além de expulsar concorrentes do mercado, causa em sua produção uma baixa de utilização da capacidade instalada, o que aumenta consideravelmente o problema do desemprego.

Diante disso, Mészáros salienta ser a produção destrutiva o resultado posto pela própria riqueza do capital, sendo a crise estrutural do capital uma constatação nefasta das contradições internas desse sistema que ao invés de impulsioná-lo para o seu desenvolvimento, coloca-o num círculo vicioso global de acirramento das suas condições de reprodução. A apresentação global desse círculo vicioso nada mais é que o resultado do esgotamento do período em que o capital percorreu sua ascensão, impondo uma taxa de utilização decrescente para bens e serviços, instalações e maquinaria, uma constante substituição de bens e criação de novas mercadorias, aspectos esses voltados para um planejamento científico deliberado, direcionado à obsolescência. Contudo, seu limite último é a utilização decrescente da força de trabalho, através de sua subutilização. Como ocorre com toda e qualquer mercadoria, está também sujeita a lei do uso e não uso. O problema do desemprego, por exemplo, é consequência do não uso da força de trabalho que tem se apresentado como resultado inevitável e irreversível do desenvolvimento capitalista, sendo nada menos que a manifestação de sua crise estrutural.

3.2 A ativação dos limites absolutos do capital e sua relação com degradação do trabalho e do trabalhador na contemporaneidade

Para Mészáros(2009), o período histórico atual, em que a ordem sociometabólica do capital estaria se defrontando com seus limites absolutos, diferencia-se dos momentos precedentes, uma vez que, a partir dos anos 70, o desenvolvimento da reprodução sociometabólica teria alcançado “seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente”(MÉSZÁROS,2002, p.216).Dessa forma, a transcendência histórica desses limites impõe a transformação dos parâmetros estruturais da ordem estabelecida, bem como suas

práticas de reprodução, alterando os princípios orientadores “historicamente dados de uma sociedade, e seus corolários instrumentais-institucionais”(MÉSZÁROS,2002, p. 216).

Tendo em vista a permanente submissão do trabalho ao capital, o sistema capitalista se utiliza da propagação de ideologias e práticas institucionais e econômicas que busquem a afirmação de sua complexidade insuperável, pois, “a manutenção da estabilidade de um sistema erigido sobre toda uma série de antagonismos estruturais é algo absolutamente impensável sem a superposição de camadas artificiais de complexidade”(MÉSZÁROS,2002 p.217), cujo objetivo essencial é a perpetuação da ordem dominante. Porém, com a ativação dos limites absolutos em nosso horizonte histórico, “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS,2002, p.217).

Dessa forma, a ativação dos limites absolutos do capital é uma consequência do esgotamento do crescimento histórico do capital que traz em si o perigo de sua própria eliminação e ,sobretudo, o fim da humanidade. A esse respeito, Mézáros assinala que:

[...] a margem de deslocamento do sistema se torna cada vez mais estreita e suas pretensões ao inquestionável *status* de *causa sui*, visivelmente absurdas. Isso ocorre, porém, a despeito do poder destrutivo, outrora inimaginável, que ora se encontra à disposição de suas personificações, poder este capaz de atingir a humanidade inteira. Essa que parece ser a sua tendência, com certeza, não será seletiva no sentido de destruir somente o seu antagonismo histórico, mais inclusive o seu sistema de controle (MÉSZÁROS,2002, p.219).

Diante do exposto, o referido autor considera necessária nossa tomada de consciência, no que tange a ativação dos limites absolutos do capital em relação a suas implicações destrutivas e à falta de perspectivas para sair da crise. Nesse sentido, a expressão “limites absolutos” não deve significar algo absolutamente impossível, ultrapassado, conforme os apologistas do capital tentam fazer crer, ao afirmar uma falta de alternativa, uma vez que “esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico”(MÉSZÁROS,2002, p.220).

Outro aspecto apresentado por Mézáros foi a ampliação da margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais, mediante uma administração eficiente no que se refere à intensificação das contradições. Assim, “esta correção ocorrerá por meio da manipulação dos obstáculos encontrados, estendendo-se ao extremo as formas e os mecanismos do intercâmbio reprodutivo no plano de seus efeitos limitadores” (MÉSZÁROS,2002, p.220). Diante do apresentado, o autor salienta: “o que torna os problemas especialmente graves é o fato de que questões de longo alcance que a humanidade

enfrenta na fase atual do desenvolvimento histórico não podem ser evitadas”(MÉSZÁROS,2002, p.220). Apesar do irrestrito dinamismo inicial do capital no seu desenvolvimento histórico, que possibilitou imenso avanço produtivo, a não realização efetiva das necessidades humana, nos leva à reflexão sobre as questões decorrentes da crise estrutural do capital.

Partindo da ideia de que as determinações históricas da crise estrutural precisariam ser buscadas no processo denominado de “ativação dos limites absolutos do capital”, Mézáros organiza em quatro³⁶ pontos as grandes contradições que estariam trazendo à tona tal ativação, sendo elas: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais de reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico. Para o referido autor, essas quatro questões não apresentam características isoladas: “cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo” (MÉSZÁROS,2002, p.222).

Diante dessas quatro questões, acima apresentadas, Mézáros afirma que é preciso levar em consideração dois aspectos: em primeiro lugar, esses limites absolutos do sistema ativados atualmente são inerentes à lei do valor e correspondem à maturidade dessa lei sob o final de sua fase progressista de ascendência histórica do capital. “E, *vice-versa*, [assim], pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema atinge seus limites absolutos”(MÉSZÁROS,2002, p.226), em que a lei do valor não deve ser acomodada aos seus limites estruturais. Para o autor, o segundo aspecto está relacionado a essa circunstância, pois, antigamente, essas questões influenciaram de forma positiva a expansão dinâmica e o avanço histórico do capital, visto que:

desde o relacionamento simbiótico do capital com seus Estados nacionais até o uso vigorosamente autossustentado a que o sistema podia impor sua maneira característica (ainda que sempre problemática) de tratar das questões de igualdade e emancipação, e desde o domínio das forças da natureza no interesse de seu próprio desenvolvimento produtivo totalmente desimpedido por limites externos ou internos moderadores (o que seria colocar em questão seu domínio da natureza), até a reprodução ampliada anteriormente inimaginável não apenas de seus próprios recursos materiais e

³⁶Vale salientar que não é nosso objetivo expor detalhadamente cada um dos pontos apresentados por Mézáros, apesar de entender que todos estão imbricados um ao outro. O que buscaremos fazer é expor cada um, sempre relacionando com nosso objeto de estudo, a degradação do trabalho.

de suas condições de intercâmbio e controle do metabolismo, mas também do prodigioso crescimento da força de trabalho verdadeiramente produtiva e, nos parâmetros do capital, lucrativamente sustentável(MÉSZÁROS,2002, p.227).

Dessa forma, o importante agora não é considerar que essas questões não são mais fatores propositivos de expansionismos do capital do passado, mas sim o fato de serem imperativos da acumulação do capital e do funcionamento do próprio sistema. Assim,

Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma *ausência* (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital. Portanto, a ameaça da incontabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica(MÉSZÁROS,2002, p.227).

No primeiro limite, Mézáros trata da “contradição entre a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” (2002, p. 227). Ele afirma que a “estrutura totalizadora de comando político” dos Estados nacionais entrou em contradição com as “estruturas de reprodução material do capital global”, uma vez que, subjacente à defesa do discurso capitalista do estabelecimento de uma sociedade globalizada que ultrapassa as barreiras geográficas, mantêm-se, na verdade, o corporativismo e protecionismo dos países mais ricos em que “suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são ‘multinacionais’ apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas” (MÉSZÁROS,2002, p.229).

Mézáros esclarece ainda que a expressão “multinacional” é comumente utilizada de maneira equivocada, mascarando o domínio de empresas capitalistas “de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global”(MÉSZÁROS,2002, p.229).Logo, para o referido autor, as nações capitalistas dominantes “defendem seus interesses com todos os meios à sua disposição – pacíficos enquanto possível, mas recorrendo à guerra se não houver outra forma”(MÉSZÁROS,2002, p.229).

Assim, devido aos antagonismos existentes entre a própria estrutura do capital e as relações socioeconômicas sob seu domínio, o relacionamento entre ambos está longe de ser harmonioso, tendo suas tendências descritas como “problemáticas e até explosivas”

(MÉSZÁROS,2002, p.230). Por conseguinte, as questões nacionalistas são rebaixadas à rebeldia de certos grupos em que direitos difusos passam a ser negados:

A defesa da abolição dos direitos das minorias e dos grupos baseada na racionalização da consciência de classe de que ‘direitos são para indivíduos, não para grupos’ – como se os indivíduos que sofrem essas discriminações perversas não fossem membros de grupos hierarquicamente subordinados e explorados – combinada ao apelo hipócrita à ‘humanidade comum’ dos indivíduos refletem a fase atual do desenvolvimento do sistema global do capital transnacionalmente entrelaçado. Com isso, procura simplificar seu caminho, desdobrando-se com a eliminação de ‘restrições legais desnecessárias’ decretadas em etapa anterior do desenvolvimento pelas mesmas ‘democracias liberais de quem hoje se espera que possam corrigir-se. Ao mesmo tempo, a conversa sobre ‘direitos para indivíduos, não para grupos’ tem a conveniência[...] de manter intactas as *relações de poder* estabelecidas que impõem a subordinação estrutural do trabalho ao capital (MÉSZÁROS,2002, p.238).

Dessa maneira, o desenvolvimento do capitalismo global em sua fase monopolista, guiado pelas corporações transnacionais, representa contradições cada vez mais evidentes na relação capital/trabalho, expressas na degradação do trabalho e do trabalhador inserido na atual ordem sociometabólica. Isso porque as grandes corporações, em sua busca crescente pelo lucro, “não devem ignorar o fato de que um monopolismo global bem-sucedido também teria de inventar uma força de trabalho, perfeitamente obediente, aceitando com satisfação ser dominada pelo poder global hegemônico” (MÉSZÁROS,2002, p.242).

Nesse sentido, o capital, por estar preso às amarras do trabalho, devendo a elas sua existência, tenderá insistentemente a estabelecer “uma força de trabalho complacente por todo mundo” (MÉSZÁROS,2002, p.243), o que vem refletir na degradação de força de trabalho que, vinculada a gigantescas corporações transnacionais, fica refém de seus ditames “em troca das perspectivas de emprego cada vez piores no interesse da florescente meia dúzia de jogadores globais” (MÉSZÁROS,2002, p.244).

Dessa forma, esperar que o Estado do sistema do capital adquira a “capacidade de reunir e conciliar debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num governo mundial[...] é pedir o impossível”(idem, p.245), pois cada Estado “soberano” somente pode existir como determinação duplamente negativa: como expressão da dominação do capital sobre o trabalho e da luta entre os diversos capitais individuais em seu próprio território e como opositor real ou virtual dos outros Estados no sistema mundial. Não podem, por isso, constituir-se em elementos positivos, passíveis de serem combinados na formação do meta-Estado do capital. Os limites absolutos do sistema são ativados sempre que “antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções

verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las”(MÉSZÁROS,2002, p.245).

O segundo limite, a questão da eliminação das condições naturais da reprodução sociometabólica, está intimamente relacionado ao fato de o capital ser “absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”(MÉSZÁROS,2002, p. 251). Para Mézárós, na atualidade, “a tendência universalizadora do capital tem sido irresistível, [uma vez que a] [...] destrutividade devastadora quanto às condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista” (MÉSZÁROS,2002, p.252), aspecto que tende a contribuir para o estabelecimento da degradação do trabalho³⁷ e da própria humanidade, já que,

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de restrição é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. *A degradação da natureza ou sua dor da devastação social não tem qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico*, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. É por isso que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluindo seu relacionamento com condições básicas da reprodução sociometabólica –, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde (MÉSZÁROS,2002, p.253, grifo nosso).

Desse modo, os “obstáculos externos” são percebidos como barreiras a serem transpostas, em que “a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados fatores de produção externos em termos da lógica auto-expansionista do capital” (MÉSZÁROS,2002 p.253). No entanto, para existir o impacto limitador, “o poder de restrição do capital teria de ser *interno* à sua lógica. Além de certo ponto, a tendência universalizadora de avanço produtivo do próprio capital teria de se tornar uma invasão universal basicamente insustentável, como o esgotamento dos domínios a invadir e subjugar ”(MÉSZÁROS,2002, p.253).

Sob essas condições, Mézárós assevera a impossibilidade de pensar qualquer coisa que esteja associada às condições elementares de reprodução sociometabólica, que não seja vitalmente ameaçada pelo capital “isso não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global”(MÉSZÁROS,2002, p.253), uma vez

³⁷ Aqui a degradação do trabalho se refere à degradação das condições materiais objetivas do trabalho, fundamentais para a realização do trabalho e perpetuação da espécie humana.

que, toda forma de vida existente do planeta, em decorrência da ativação dos limites absolutos do sistema do capital, tendem a piorar consideravelmente.

Assim, torna-se impossível pensar que os problemas decorrentes da destruição e degradação do meio ambiente, que põem em risco a existência humana, possam ser solucionados na sociabilidade capitalista. A esse respeito, Mészáros salienta que “aqueles que ‘continuam a postular que a ‘ciência e tecnologia’ resolverão as graves deficiências já inegáveis e as tendências destrutivas da ordem estabelecida de reprodução, ‘como aconteceu no passado’, estão se iludindo” (MÉSZÁROS, 2002, p.254). Diante disso, torna-se claro que a ciência e a tecnologia só poderão ser empregadas a serviço do desenvolvimento produtivo, se contribuírem para a expansão do capital e, sobretudo possibilitarem empurrar para mais longe os antagonismos existentes no capitalismo. Por isso não devemos nos surpreender quando percebermos que “o papel da ciência tenha de ser degradado para melhorar ‘positivamente’ a poluição global e a acumulação da destrutividade na escala prescrita pela lógica perversa do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p.255).

Nesse sentido, os caminhos traçados para a expansão e acumulação do capital são coniventes com a degradação da vida e do trabalho nessa sociabilidade, uma vez que possibilitam, em escala cada vez mais crescente, o aparecimento da fome e da miséria de milhares de seres humanos em escala global. Em busca dessa sobrevivência alienada, a ciência e a tecnologia apresentam estratégias lucrativas de *marketing*, mecanização das colheitas, imprimindo a substituição de milhares de trabalhadores, possibilitando a intensificação da degradação do trabalho, mediante o “avanço de métodos de produção” que colocam “em risco o escasso alimento básico dos que são compelidos a trabalhar para ‘safras de exportação’ e passam fome para manter a saúde de uma economia ‘globalizada’ paralisante” (MÉSZÁROS, 2002, p.255).

Assim, no decorrer do desenvolvimento histórico, a expansão do capital estabelece a abertura de novos caminhos para exploração e degradação de suprimentos de recursos humanos e materiais, aliados à necessidade de criação de novas necessidades de consumo com vistas à autossustentação do sistema em escalas cada vez maiores de reprodução. Contudo, além de um determinado ponto, o aumento dessa escala de “usurpação” dos recursos renováveis e não renováveis “aprofunda os problemas implícitos e se torna contraproducente” (MÉSZÁROS, 2002, p.257). A esse respeito, argumenta Mészáros:

Os grandes avanços produtivos são realizados pelo sistema do capital por meio da criação histórica de necessidades sociais e da transferência de condições da produção em todas as indústrias para *fora* dele, para o contexto geral transcendendo as restrições originais – pois as ‘necessidades e

carências reunidas na troca geral por intermédio do mercado mundial (MÉSZÁROS,2002, p.257).

Fica claro, para Mézárós, que esses avanços fazem uso de custos muitos altos e por inúmeras vezes, são “potencialmente proibitivos”.Com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão, esclarece que “ a transferência das condições de produção, *saindo* de uma indústria qualquer para o contexto global, torna o *controle* da produção (e reprodução sociometabólica mais ampla) com base nos princípios operativos dados e viáveis do capital, não apenas difícil, mas, em última análise, quase impossível de se manter”(MÉSZÁROS,2002,p.258), pois, estando as condições objetivas e subjetivas da produção “situadas fora, exigindo que o intercâmbio da totalidade de atividades, necessidades[...] se dê no quadro de troca global, elas necessariamente estão *além do alcance* de qualquer empresa isolada, não importando o quanto seja gigantesca ou transnacionalmente monopolista” (MÉSZÁROS,2002, p.258).

Nesse sentido, Mézárós argumenta:

A lógica inerente ao sistema do capital piora progressivamente essa contradição, em vez de ajudar a resolvê-la. Para as empresas que operam segundo a lógica do capital, a única forma de melhorar as oportunidades de controle é aumentar constantemente sua escala de operação – o que torna a expansão do capital uma exigência absoluta -, não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as consequências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as empresas privadas não têm medidas nem preocupações). Sua vantagem relativa é viável e eficaz (enquanto os limites absolutos não estiverem plenamente ativados) pelo aperfeiçoamento da racionalidade e da eficácia parciais de suas operações específicas – pela produção em massa destinada a um mercado global, pelo controle da maior fatia do mercado possível etc. – em conformidade com o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a *todas* elas. É o que empurra para frente não apenas as empresas isoladas, mas também o sistema do capital em geral, trazendo em primeiro lugar o deslocamento de suas contradições e, no devido tempo, a intensificação inevitável e assustadora destas (MÉSZÁROS,2002, p.258).

Portanto, “o impulso expansionista necessário das empresas isoladas e do sistema em geral sem levar em conta as consequências devastadoras contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da restrição racional e correspondente controle racional dos recursos humanos e materiais globais” (MÉSZÁROS,2002, p. 258).Desse modo, quanto maior a prosperidade e eficiência econômica as empresas particulares tiverem, menor será a possibilidade de existência da espécie humana, em meio às condições socioambientais degradantes na sociabilidade prevalecente.

Mézárós também salienta a inversão da lógica de produção e consumo, a qual deveria ser constituída por produção de mercadorias de acordo com as necessidades dos indivíduos.

Porém, a produção é que passa a determinar a demanda, ocorrendo a “criação e manipulação de ‘apetites artificiais’, já que a ‘administração da demanda’ deve estar subordinada aos imperativos do valor de troca que se expande”(MÉSZÁROS,2002, p.260). Dessa forma, “se as necessidades reais dos indivíduos couberem nos limites desse valor de troca de maneira vantajosa para o sistema[...], elas podem ser correspondidas ou pelo menos consideradas legítimas, se assim não for, deverão ser frustradas e substituídas por qualquer coisa produzida em conformidade com o imperativo da expansão do capital”(MÉSZÁROS,2002,p. 260). Assim, “afastar o terreno natural das fundações de qualquer indústria não nos livra da necessidade, mas nos impõe cruelmente e difunde universalmente a um novo tipo de necessidade[...] colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS,2002, p.260-261).

Outro aspecto referente às grandes contradições que estariam trazendo à tona a ativação dos limites absolutos do capital refere-se “à contradição entre o caráter eminentemente social das necessidades historicamente criadas (filhas das relações e da produção sociais) e o controle hierárquico e discriminatório da produção e da distribuição”(MÉSZÁROS,2002, p.261). Essa contradição é resultado de uma “deturpação paralisante”, do que poderia vir a ser um processo emancipador, “se o princípio estruturador do sistema de reprodução estabelecido não lhe fosse antagônico”(MÉSZÁROS,2002, p.261). Mészáros salienta ainda que a expressão dessa deturpação incorrigível não se faz presente somente na “íniqua apropriação dos frutos do avanço produtivo nas personificações existentes nessa sociabilidade capitalista, mas também se evidencia quando “necessidades sociais legítimas e modos sociais de satisfação também não podem surgir espontaneamente, menos ainda ser conscientemente criados, porque a estratégia obrigatória de maximização das oportunidades de acumulação do capital tem que prevalecer sobre tudo”(MÉSZÁROS,2002, p.261). Diante disso:

[...] a ação de consumo dos seres humanos deve ser fragmentada até sua menor unidade possível – o indivíduo isolado –, pois essas unidades são mais facilmente manipuladas e dominadas, além de terem maior probabilidade de proporcionar a máxima demanda para os artigos produzidos pelo capital. As relações de família ‘nuclear’ devem ser adaptadas no mesmo sentido, reduzidas à unidade básica de uma geração e à transformação dos filhos em ‘consumidores soberanos’ tão cedo quanto possível, conjugada com os índices crescentes de divórcio que agem na mesma direção, especialmente nos países de ‘capitalismo avançado’ (MÉSZÁROS,2002, p.261).

Assim o sistema capitalista busca, a qualquer custo, estabelecer metas de consumo, notadamente porque “o ponto de partida e o ponto final da ordem sociometabólica são

‘personificações do capital’, que devem traduzir em ordens exequíveis os imperativos objetivos de autorreprodução ampliada do capital”(MÉSZÁROS,2002, p.263), que, na forma atual se apresentam ao mesmo tempo como produtivo e destrutivo da sociedade.

O terceiro limite levantado por Mészáros, como um dos limites absolutos do capital, foi a *libertação das mulheres: a questão da igualdade substantiva*. Para o autor, essa questão é vista como mediadora primária do processo sociometabólico, na medida em que está intimamente vinculada à reprodução biológica dos seres humanos. Desse modo, “a articulação historicamente mutável dos relacionamentos humanos é da maior importância nessa questão”(MÉSZÁROS,2002, p.267).

Falar do gênero feminino e seu posicionamento na atual ordem sociometabólica, como força de trabalho para o capital, requer de nossa parte o entendimento de que “sua expressão em formas historicamente específicas e institucionalmente reforçadas de intercâmbio humano são profundamente afetadas pelas características estruturais fundamentais de todo complexo social”(MÉSZÁROS,2002,p.267), além de atuar profundamente na “articulação ininterrupta de todo o processo sociometabólico”(MÉSZÁROS,2002,p.267). Dessa forma, a alienação presente na condução do sistema societário atual e estabelecidos pela reprodução econômica estabelece um controle discriminatório e hierárquico, conivente com o antagonismo estrutural dessa sociedade, em que:

[...] o modo de administrar o processo de trabalho, o ‘macrocosmo’ abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores ‘microestruturas’ ou ‘microcosmos’ da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de ‘família’. Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu ‘microcosmo’ *autônomo* (mas de maneira alguma *independente* da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas- ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles- não se pode pensar em emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares(MÉSZÁROS,2002,p.268).

Com o intuito de melhor esclarecer a afirmação acima citada, Mészáros recorre a Marx, salientando que:

O relacionamento direto, natural e necessário de *pessoa a pessoa* é a relação do homem com a mulher.... Portanto, desse relacionamento se pode avaliar o nível de desenvolvimento do homem... Nesse relacionamento também se revela a necessidade *humana*, portanto, a *outra pessoa* tornou-se para ele uma necessidade- a extensão em que, em sua *existência individual*, ele é ao mesmo tempo um *ser social* (MARX, *apud* MÉSZÁROS,p.268, grifos da obra).

Diante da maneira em que as formas de relacionamento interpessoal poderiam ser caracterizadas entre homens e mulheres, mediante “o critério de livre determinação humanamente realizada de suas vidas por pessoas autônomas interagindo sobre a base da verdadeira igualdade”(MÉSZÁROS,2002,p.268), verifica-se, segundo Mészáros, que “ todo o nível de desenvolvimento realizado no decorrer da história não é hoje muito mais alto do que foi milhares de anos atrás. Os ganhos obtidos no demorado período de ascensão do capital não ultrapassaram o nível de igualdade *formal*” (MÉSZÁROS,2002,p.268).

Com o objetivo de melhor descrever a situação da mulher na sociabilidade capitalista, Mészáros relata a importância da família nuclear, sobretudo da figura da mulher na transmissão da propriedade da família, tão importante para a reprodução do capitalismo. Em outras palavras:

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação- e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por ‘ comportamento não conformista’.[...] tanto em famílias proletárias com nas da burguesia e da pequena burguesia. A existência de um tipo de família que permitisse à geração mais jovem pensar em seu papel futuro na vida em termos de um sistema de valores alternativo-realmente igualitário, cultivando o espírito de rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação, seria uma completa infâmia do ponto de vista do capital(MÉSZÁROS,2002,p.271).

Por essa razão, a emancipação da mulher não pode ser alcançada, sem que se estabeleça uma “demanda de igualdade verdadeira” que vá contra a autoridade exercida pelo capital, presente no “macrocosmo abrangente da sociedade e igualmente no microcosmo da família nuclear...[dessa forma] a verdadeira igualdade dentro da família só seria viável se pudesse reverberar por todo o ‘macrocosmo’ social- o que, evidentemente, não é possível”(MÉSZÁROS,2002,p.271). Assim, a família que não se adaptar aos imperativos estruturais gerais da sociabilidade atual “estaria em direta contradição ao *ethos* e às exigências humanas e materiais necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e de reprodução social do capital, prejudicando condições de sua própria sobrevivência” (MÉSZÁROS,2002,p.271).

Para Mészáros, na causa de emancipação das mulheres, é possível verificar “implicações de longo alcance do questionamento direto à autoridade do capital, quando se tem em mente o fato de não se conhecer que o sistema de valor estabelecido prevalecesse nas condições do presente” (MÉSZÁROS,2002,p.271), e menos se pudesse ser repassado às

futuras gerações de indivíduos, sem a presença ativa da família nuclear envolvida com o princípio antagônico que estabelece o sistema capitalista. Vale salientar que a família também está vinculada a outras instituições que estão em serviço com a reprodução do sistema, tais como as igrejas e os estabelecimentos educacionais, o que não diminui sua responsabilidade na formação do indivíduo na sociedade, pois se verifica que toda e qualquer “perturbação” existente no processo de reprodução social se apresenta também nos sistemas de valores e inevitavelmente os porta-vozes do capital tendem a responsabilizar a família pelas “falhas e disfunções cada vez mais frequentes, pregando, de todos os púlpitos disponíveis, a necessidade de retornar aos valores da família tradicional e aos valores básicos”(MÉSZÁROS,2002,p.272).

Diante desses aspectos, Mézaros assevera que:

Tudo isso indica uma profunda crise que afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital, renunciando conflitos e batalhas, estando entre estes a luta pela emancipação das mulheres e sua demanda de igualdade significativa- um elemento de crucial importância. Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis do intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer *não integrável* e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela(MÉSZÁROS,2002,p.272).

O referido autor relata ainda que a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho no século XX, em esfera global, não significa de modo algum “sua emancipação”; pelo contrário, representa uma das formas mais intensas da degradação do trabalho nessa sociedade, na medida em que “ apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter; exatamente como a ‘concessão’ legislativa às mulheres, no caso da aposentadoria, resultou na elevação da idade de aposentadoria para 65 anos”(MÉSZÁROS,2002,p.272), em vez de diminuir a idade para 60 anos para os homens, como é posto para as mulheres.

Quando relacionadas as tendências de desenvolvimento impostas pelo capital, Mézaros, ao citar Kolko, nos apresenta como a degradação da trabalhadora se faz presente em graus gigantescos em esfera global, quando afirma que:

Em todos os países da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Economico], os trabalhos de baixos salários são realizados por mulheres, minorias e imigrantes. Objetiva e intencionalmente, isso está *reduzindo o nível salarial geral* em todas as economias. O aumento do número de mulheres na força de trabalho ocorreu paralelo com o aumento do trabalho no setor de serviços da economia. Entre 60 e 85 por cento das mulheres empregadas nos estados da OCDE estão ocupadas em serviços. Conforme aumentava a inflação e os salários reais começavam a cair, duas

peças passaram a manter o rendimento familiar, e o aumento do crédito a sustentar o consumo em quase um quinto além do rendimento. Nos Estados Unidos, a porcentagem de mulheres na força de trabalho dominante saltou de 36,5 por cento em 1960 para 54 por cento em 1985; o principal aumento ocorreu na faixa de mulheres casadas entre 25 e 34 anos, cuja participação passou de 28 por cento para 65 por cento. Em mais de 50 por cento das famílias com filhos, pai e mãe trabalham, inclusive quase todas as mulheres com filhos abaixo dos 6 anos. A diferença entre os salários de homens e mulheres diminuiu, mas a origem dessa mudança foi a *queda nos salários dos homens*. No entanto, apesar de mais de um ganha-pão, *o poder de compra familiar caiu nos anos 80*; em 1986 estava abaixo do que havia sido em 1979 e continuou a cair em 1987. Na Europa, as novas indústrias de tecnologia sofisticada e de serviços passaram a utilizar mais trabalhadores em meio período, mulheres e imigrantes. Essa tendência se tornou seu recurso para estruturar a economia e aumentar o emprego (KOLKO, *apud* MÉSZÁROS, p.272-273, grifos da obra).

Nessas circunstâncias, as conquistas possíveis pela expansão dinâmica do capital, em sua fase de expansão, são obrigadas a sofrer um retrocesso, quando o processo da acumulação apresenta maiores dificuldades. “Portanto, é inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital”(MÉSZÁROS,2002p.273). Nessas condições, “é preciso enfrentar a questão do *tipo de igualdade* viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital”(MÉSZÁROS,2002,p.273), uma vez que os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução, comumente também estabelecem seus princípios e suas formas de distribuição.

Assim, para Mézáros, na atual ordem sociometabólica, torna-se impossível estabelecer uma real emancipação das mulheres, já que, “sob o domínio do capital em qualquer de suas variedades- e não apenas hoje[...], a ‘igualdade das mulheres’ não passa de simples falsa admissão”(MÉSZÁROS,2002,p.301). Em outras palavras,

[...] a promessa de ‘oportunidades iguais’ é utilizada como desvio mistificador pela ideologia dominante, permanecendo para os que aspiram a uma oportunidade tão impalpável como um sonho impossível, é grande a tentativa de virar as costas para toda questão da igualdade e procurar vantagens relativas para porções mais ou menos limitadas em posição estruturalmente subordinada. É justamente isso que o artifício ideológico oco da ‘igualdade de oportunidades’ tenciona obter prometendo um avanço em direção a uma condição cuja realização está negando e ao mesmo tempo excluindo a possibilidade de uma ordem social equitativa (MÉSZÁROS,2002,p.301).

Portanto, a emancipação feminina, dentro na atual divisão social do trabalho, não encontra meios para sua realização, devido aos limites existentes no interior do sistema

capitalista, sendo “ em sua própria constituição, o sistema do capital indiscutivelmente não pode ser mais do que a perpetuação da *injustiça fundamental*” (MÉSZÁROS,2002,p.306) pois, a extração do trabalho excedente economicamente garantido nessa sociabilidade, bem como o correspondente modo de tomada de decisão política não deixam margem para a agenda feminista estabelecer uma verdadeira igualdade, somente possível mediante uma reestruturação radical tanto nas células constituintes como na base estrutural de todo o sistema sociometabólico, devendo qualquer tentativa de emancipação das mulheres “visando remediar velhas perversões logo deve ser descartada”(MÉSZÁROS,2002,p.293).

Assim, a questão da igualdade está intimamente relacionada à divisão hierárquica do trabalho prevalecente, determinada pela subordinação do trabalho e dos recursos políticos à disposição do capital. Diante disso, torna-se impossível para mulheres o questionamento frente à divisão do trabalho já estabelecida, bem como seu posicionamento perante a estrutura familiar historicamente herdada, ditada pelo sistema capitalista. A esse respeito, Mézáros relata:

Nas sociedades pós-capitalistas, as mulheres em geral realmente podem se emancipar a ponto de entrar em qualquer profissão. Elas realmente o fazem, e geralmente sob as mesmas condições de remuneração financeira de seus colegas do sexo masculino. Além do mais, sua situação de mães trabalhadoras pode até ser bastante melhorada, com a instalação de creches e jardins de infância, de modo que possam retornar mais fácil e rapidamente à força de trabalho em tempo integral. O chamado, com razão, ‘segundo turno’ das mulheres, que se inicia ao chegarem em casa depois do trabalho, serviu apenas para enfatizar a natureza problemática de todas essas realizações, inclusive a estranha ‘falsa administração política’ praticada nesse tipo de sociedades, que nada podia fazer para alterar as relações de força estabelecidas e o papel subordinado das mulheres na força de trabalho estruturalmente subordinada. Ela só enfatizou o fato de que a causa histórica da emancipação das mulheres não poderia progredir sem questionar todas as formas de domínio do capital (MÉSZÁROS,2002,p.293).

O fato é que o estabelecimento de “igualdade de oportunidades” para o sexo feminino, no percurso histórico de inserção da mulher no mercado de trabalho, nada tem de positivo, na medida em que favorece a intensificação da degradação da mulher como pessoa e proletária a serviço do capital. Degradante porque, a partir do momento em que mulher, esposa, mãe aparece como força de trabalho vendida ao capital, esta conforme nos mostra Mézáros na citação acima apresentada, se submete a uma “dupla jornada de trabalho”, na realização de suas atividades tanto no trabalho como em casa, sem sequer ter sua ação financeiramente reconhecida. Com isso, a situação das mulheres ao invés de ser aliviada, piora com o surgimento cada vez mais crescente de famílias nucleares sustentadas por mulheres, favorecendo o aparecimento do espectro da pobreza. Sobre isso, Mézáros retrata que:

Do ponto de vista da estabilidade social do sistema do capital, o pior é estarmos diante de um círculo vicioso. Quanto maiores as ‘disfunções sociais’, maiores a carga e as exigências impostas às mulheres como eixo da família nuclear; quanto maiores esses pesos, menores as suas condições de lidar com eles, além de seu papel de ganha-pão, do ‘segundo turno’ depois do trabalho e afins... Outro aspecto importante da extralimitação do capital relacionado com mulheres é a fragmentação e a redução da família nuclear a seu âmago mais interior (comprovadas pelos índices crescentes do divórcio), que, na qualidade de ‘microcosmo’ e unidade consumidora básica da sociedade, tende a contribuir para a maior instabilidade da própria família, sob enormes pressões num momento de crise estrutural cada vez mais profunda, e por sua vez tem sérias repercussões negativas para todo o sistema (MÉSZÁROS,2002,p.305).

Por fim, a quarta questão exposta por Meszáros, no que se refere à ativação dos limites absolutos do capital é o desemprego crônico que, segundo o autor, “traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva” (MÉSZÁROS,2002,p.224). Partindo dessa perspectiva, reconhecemos também ser o desemprego crônico responsável por uma das formas mais perversas da degradação do trabalho e do trabalhador presente nessa sociabilidade, uma vez que “até a parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista”(idem, p.225).Posto isso, o referido autor acrescenta ainda que:

Somente no capitalismo avançado da Europa Ocidental existem bem mais do que vinte milhões de desempregados; há pelo menos mais uns dezesseis milhões em outros ‘países de capitalismo avançado’. Todos esses números ameaçadores estão registrados na forma de cifras oficiais imensamente subestimadas (ou cinicamente falsificadas); na Inglaterra, por exemplo, *16 horas* de trabalho por semana (em geral associadas à miserável remuneração de 2 libras por hora a milhões de trabalhadores – ou seja: a principesca importância de 3 dólares por hora, nos valores de 1994) contam como ‘emprego em tempo integral’ e, arbitrariamente, muitas categorias de pessoas que na verdade estão desempregadas por algum pretexto estão excluídas das estatísticas do desemprego. O remédio para dar seguimento às deficiências e ‘disfunções’ devidas ao desemprego crônico em todos os países sob o domínio do capital em rigorosa conformidade aos parâmetros causais do sistema do capital, é visto em termos de ‘maior disciplina do trabalho’ e ‘maior eficiência’, resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países avançados e no aumento generalizado do desemprego (MÉSZÁROS,2002, p.225).

Assim, no âmbito da questão do desemprego, o elemento determinante é a contradição do sistema, pois:

[...] para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o ‘tempo necessário de trabalho’ (ou o custo do trabalho na produção), e assim inevitavelmente tende a transformar trabalhadores em

força de trabalho supérflua. Ao fazer isto, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada.[...] nem a intensificação da taxa de exploração nem os esforços para resolver o problema por meio da ‘globalização’ e pela criação de monopólios cada vez mais vastos apontam uma saída para este círculo vicioso (MÉSZÁROS,2002, p.226).

Dessa forma, a busca da manutenção das condições necessárias para um bom funcionamento do sistema geralmente escapa ao controle do capital, despertando o espectro da incontabilidade destrutiva. Essa contradição explosiva cria a ilusória explosão populacional e uma força de trabalho supérflua na sociedade, pois, na verdade, o problema da dispensa da força de trabalho reside no interesse da acumulação do capital. A irracionalidade nessa dispensa denuncia, no entanto, a tendência destrutiva do sistema de reprodução sociometabólico do capital e a necessidade de um controle racional que efetive as verdadeiras necessidades humanas, porque:

Qualquer alternativa metabólica viável à ordem estabelecida exige a harmonização das necessidades humanas com recursos materiais e humanos conscientemente geridos. Isso implica a adoção de medidas adequadas também no plano do crescimento da população, possibilitadas por transformações radicais da estrutura geral e das microestruturas da reprodução sociometabólica. Sem essas mudanças estruturais fundamentais, qualquer conversa sobre chegar-se ao ‘equilíbrio global em que população e capital serão essencialmente estáveis’ será apenas um sonho (MÉSZÁROS,2002, p.318).

Contudo, salienta Meszáros, “o capital é estruturalmente incapaz de planejamento abrangente como forma de sair do labirinto de irracionalidades destrutivas, ninguém deveria procurar respostas na direção da coordenação racional dos poderes de produção com as necessidades humanas”(MÉSZÁROS,2002, p.321). Na verdade, o excesso populacional é sinônimo de trabalho supérfluo, na medida em que esse trabalho onera os custos do capital, o que possibilita uma diminuição na acumulação. Além disso, o trabalho supérfluo traz uma contradição ao capital, pois, ao mesmo tempo em que contraria os imperativos da expansão capitalista, ao “colocar” pessoas supérfluas para o mercado de trabalho, essas pessoas não são vistas como supérfluas para o consumo, uma vez que assegura a continuidade da reprodução, bem como da autovalorização do capital.

Desse modo, Mézáros desmonta o discurso liberal sobre o excesso de população significar simplesmente uma explosão populacional, em um sentido numérico da existência de uma grande quantidade de pessoas sem acesso aos meios de subsistência. Para o autor, a realidade de nossos dias é radicalmente diferente, pois “ela não se caracterizou pela incapacidade de oferecer a quantidade necessária de produtos agrícolas para alimentar a

população, sob condições em que se desperdiçam grandes quantidades de alimentos”(MÉSZÁROS,2002, p.321). Esses desperdícios são até verificados pelos capitalistas competidores, com o intuito de aumentar os lucros. “E, segundo, ‘explosão da população’ não é uma categoria genérica de ‘gente demais’, mas é definida por determinações sociais muito precisas. Pois o que hoje se chama de ‘excesso de população’ significa[...]trabalho supérfluo”(MÉSZÁROS,2002, p.321).

No que se refere às consequências devastadoras oriundas da tendência contraditória incorporada pelo capital de expulsar um número significativo de trabalhadores do processo de trabalho, inclusive em países de capitalismo avançado, Mézáros assevera não ser uma característica recente, mas imanente a essa sociabilidade, aspecto que degrada ainda mais toda força de trabalho submetida ao capital, uma vez que:

O problema já não é apenas o sofrimento dos trabalhadores sem qualificação, mas também o de um grande número de *trabalhadores qualificados* que, junto com o exército de desempregados, disputam o número desesperadamente pequeno por empregos disponíveis. A tendência da amputação ‘racionalizadora’ já não se limita aos ‘ramos periféricos de uma indústria envelhecida’, mas inclui alguns dos setores mais desenvolvidos e modernos da produção – da construção naval e aeronáutica à eletrônica, e da engenharia à tecnologia espacial. Assim, já não estamos preocupados com os subprodutos ‘normais’ e bem aceitos do ‘crescimento e desenvolvimento’, mas com sua paralização; nem com problemas periféricos de ‘bolsões de subdesenvolvimento’, mas com uma contradição fundamental do modo capitalista de produção em seu conjunto, que transforma até as maiores conquistas do ‘desenvolvimento’ da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ em pesos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E, mais importante de tudo, a ação humana que se encontra no lado dos que sofrem as consequências já não é constituída pela multidão socialmente importante, apática e fragmentada de pessoas ‘desprivilegiadas’ mas por todas as categorias de trabalhadores, qualificados ou sem qualificação: ou seja, objetivamente o *total da força de trabalho* da sociedade (MÉSZÁROS,2002, p.322-323).

Para o autor, a questão do desemprego crônico torna-se tão ampla, que até “os defensores do sistema começaram a admitir que a escala do desemprego era um pouco maior do que a que poderia estar contida nos ‘pequenos bolsões’” (MÉSZÁROS,2002, p.323). No entanto, tal reconhecimento, se deve porque “precisavam cortar o déficit financeiro do Estado, que havia sido enganosamente atribuído ao ‘excesso de auxílio desemprego’ e não à sua causa subjacente –, continuariam a postular que a nova fase do ‘desenvolvimento industrial’ [...]consertaria tudo no devido tempo” (MÉSZÁROS,2002, p.323). Contudo, foi necessário algum tempo, para que essa previsão otimista se dissipasse, na medida em que nem mesmo

quando uma “nova prosperidade” bate à porta do sistema capitalista atual, não é possível afirmar o retorno às condições de “tempo bom de trabalho”, sob o respaldo do pleno emprego.

Ademais, o estabelecimento do desemprego crônico revela para a classe trabalhadora seja ela empregada ou desempregada, qualificada ou sem qualificação, jovem ou madura, uma das faces mais cruéis da degradação do ser humano como vendedor de sua força de trabalho ao capital, visto que o coloca à mercê das necessidades de acumulação e valorização dessa sociabilidade, instalando em todos os lugares do globo um profundo sentimento de insegurança, diante de um quadro cada vez mais crescente de desemprego. Em meio a isso, Mézáros relata:

A falsificação sistemática ou ‘maquiagem’ das estatísticas é o meio preferido de minimizar os problemas: uma forma de ‘assoviar no escuro’ para se acalmar. É praticada não apenas em relação às estatísticas do desemprego mas também para minimizar as graves consequências resultantes do desemprego catastroficamente crescente. Em setembro de 1994, o governo inglês publicou que a taxa de criminalidade tinha caído 5,5 por cento: ‘a maior queda em mais de 40 anos’. Isto era uma mentira cínica, pois todo mundo sabia –e um número cada vez maior passou a saber por meio de uma experiência amarga – que a taxa de criminalidade na verdade tinha aumentado, e continua a subir a cada ano.[...] O melhoramento das estatísticas das ‘sociedades democráticas’ de desemprego e de assuntos correlatos é a preocupação atual dos governos das ‘sociedades democráticas’, que assim admitem o seu fracasso no tratamento das causas básicas(MÉSZÁROS,2002, p.324-325).

A situação posta pelo estabelecimento do desemprego crônico é realmente séria e tem proporcionado à classe proletária a intensificação de sua degradação, pois a diminuição dos postos de trabalho reflete problemas sociais e econômicos graves para os países capitalistas, expressos na precarização da força de trabalho, na redução dos níveis salariais para a camada que permanece inserida no mercado de trabalho, na intensificação dos níveis de exploração, na redução da capacidade de organização sindical e no crescente aumento da compra da força de trabalho, isenta de garantias trabalhistas, proporcionando consideravelmente a degradação do padrão de vida da força de trabalho.

Paralelo a isso, muitas “soluções” são postas pelo capital com vistas a responder à situação de desemprego cada vez mais crescente nos países de terceiro mundo. “Há não muito tempo foi-nos prometido que os empregos que desaparecessem na indústria seriam gradativamente compensados pela ‘indústria de serviços’ e pelo impacto econômico positivo”(MÉSZÁROS,2002, p. 327). Com o discurso de transferência tecnológica, o capital passa a enganosa ideia de expansão de possibilidades de trabalho, quando, na verdade, o que ocorria nada mais era que a degradação de postos de trabalho até em setores anteriormente

“intocáveis”. Sobre isso, Mészáros relata que “as manchetes dos jornais deram o alarme de que ‘as redundâncias agora ameaçam o trabalhador de colarinho branco e cai o machado sobre 50.000 empregos públicos’”(MÉSZÁROS,2002, p.327).

Mészáros observa também que quanto mais se oferecem respostas ao desemprego, mais o padrão real da expansão visível mostra-se nada promissor, sendo tais “soluções” propostas ainda mais quixotescas uma vez que estas

[...] variam desde o compartilhamento do trabalho com salários reduzidos até programas nebulosos e sem sentido de investimento em pequenas empresas e programas educacionais. Ninguém explicou exatamente como as pequenas empresas hão de gerar os milhões de empregos eliminados[...] o *slogan* muito anunciado de ‘educação’ e ‘retreinamento’ – sem a correspondente base industrial em expansão dinâmica, e ainda mais sob as circunstâncias da ‘racionalização’ capitalista contracionista – significa que ‘no ano que vem um de nós se vai’ (MÉSZÁROS,2002, p.328).

Assim, a flexibilização e a exigência de qualificação apenas simulam a garantia de emprego e redução de desemprego, pois, de fato, representam a intensificação da degradação do trabalho e do trabalhador, presente na busca incessante de acumulação lucrativa do capital. Com a entrada na crise estrutural dos anos 70, o capital se vê obrigado a reduzir sua margem de manobra, o que afeta profundamente o movimento trabalhista e demonstra o fracasso histórico da esquerda tradicional, na medida em que estabelece uma luta contra os ganhos históricos do trabalho a favor da retomada de lucro do capital. Desse modo, a crise estrutural acentua a degradação do trabalhador, pois

[...] até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho têm de ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho[...] mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação. É por isso que o ‘Estado de bem-estar’ está hoje não só em situação tão problemática, mas, para todos os efeitos, morto (MÉSZÁROS,2002, p.330).

Nos anos de pleno desenvolvimento do capital, a ameaça do desemprego era quase invisível, o exército de reserva do trabalho não ameaçava o sistema. Enquanto o capital continuava a expandir sua acumulação lucrativa, as contradições internas do sistema foram por um longo tempo, administradas pelos deslocamentos expansionistas. Nesse contexto, o fenômeno do desemprego era considerado um “fenômeno temporário”, cujo ajuste deveria ser encontrado de forma natural e oportuna. Essa situação se altera radicalmente “quando a dinâmica do deslocamento expansionista e a acumulação tranquila do capital sofrem uma interrupção importante, que traz consigo, com o passar do tempo, uma crise estrutural potencialmente devastadora” (MÉSZÁROS,2002, p. 332), demonstrada na da existência das

duas guerras mundiais que ocorreram no século XX, proporcionando a reorganização violenta das relações de forças entre as grandes potências capitalistas.

Assim, quando as contradições crescentes do sistema não puderem mais ser exportadas por meio de uma confrontação militar maciça como a experimentada em duas guerras mundiais, nem puderem ser dissipadas internamente pela mobilização de recursos humanos e materiais da sociedade para se preparar para uma guerra próxima[...], então o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital. Pois uma coisa é imaginar o alívio ou a remoção do impacto do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um país particular[...] outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para ‘mendigar ao vizinho’, ou mesmo o resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a ‘explosão populacional’ sob a forma de *desemprego crônico*, como limite absoluto do capital (MÉSZÁROS,2002, p.332-333).

Na atualidade, essa “explosão populacional”, expressa sob forma de desemprego crônico nos países de capitalismo avançado, tem representado um perigo à totalidade do sistema, tendo em vista que, no passado não tão distante, se acreditava que o desemprego em massa era algo que só atingia as áreas mais atrasadas e subdesenvolvidas da terra; “na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser[...] usada para acalmar o operariado dos países ‘avançados’ com relação à sua suposta superioridade por deus”(MÉSZÁROS,2002, p.341).

Essas contradições são inseparáveis da dinâmica do capital, a tendência de desemprego crônico sob a estrutura do capital é um limite absoluto do sistema, em que a dinâmica interna, antagonista do capital, agora se afirma no impulso implacável de reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo para otimizar o lucro, como tendência degradadora da humanidade que transforma a população trabalhadora “numa força de trabalho crescentemente supérflua” (MÉSZÁROS,2002, p.341).

Diante disso, a lógica da concentração e da centralização do capital, sob o imperativo da reprodução autoampliada, multiplica, de forma incontrolável, a força de trabalho supérflua, drenando recursos do sistema e estabelecendo uma carga social potencialmente explosiva. A esse respeito, Mézáros afirma que, na atualidade nos deparamos com um ataque à classe operária em duas frentes: no desemprego crescente, mascarado na flexibilização, precarização e na redução do padrão de vida do proletariado, aspectos que acentuam a degradação do referido proletariado.

Em meio à necessidade permanente do capital em explorar cada vez mais a força de trabalho com o intuito de estabelecer os meios necessários à existência do sistema capitalista, a degradação do trabalho e do trabalhador, expressa no desemprego crônico e no rebaixamento generalizado da vida dos trabalhadores, nada mais são do que contradições presentes nessa sociabilidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que se beneficia desses acontecimentos, gera sua vulnerabilidade mediante o constante medo de revolta por parte do proletariado. A esse respeito, Meszáros relata :

[...] considerando em si mesmo, o desemprego crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser ‘consequências indesejáveis’, depois de muitos anos de negar que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer social que é o desemprego crônico. Elas vão desde uma taxa de criminalidade crescente (especialmente entre os jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta (por exemplo, a revolta de massa contra um ‘imposto de pedágio’, que foi a causa da queda da primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra), trazendo o perigo de graves agitações sociais. Por outro lado, o que poderia ser uma alternativa óbvia à deterioração do emprego – que às vezes é defendida por reformadores bem-intencionados – não tem a menor chance de aprovação (MÉSZÁROS,2002, p.334).

As perspectivas de Mészáros frente a esse quadro de questões levantadas, necessárias para a ativação dos limites absolutos do sistema, não são nada otimistas, pois:

A sombra da incontrolabilidade, pelas razões discutidas acima em relação a todos os quatro conjuntos de problemas associados aos limites absolutos do sistema do capital, está cada vez mais escura. Sob as condições de sua ascendência histórica, o capital teve condições de administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do *deslocamento expansionista*. Agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável (MÉSZÁROS,2002, p.343).

Para Mészáros, a certeza dessas afirmações se faz presente tanto na contradição entre capital transnacional e os Estados nacionais, como na destruição do meio ambiente, mediante os imperativos da reprodução autorreprodutora. Ainda se faz presente também nos “limites estruturais absolutos, decorrentes da transformação do ‘exército industrial de reserva’ numa explosiva ‘força de trabalho supérflua’ - ainda assim e ao mesmo tempo mais necessária do que nunca, para possibilitar a reprodução ampliada do capital-, com implicações particularmente ameaçadoras para todo o sistema, resultantes da desestabilização do seu núcleo”(MÉSZÁROS,2002,p.343-344). Outro aspecto também apresentado é o problema da ‘igualdade substantiva’ a que a sociabilidade atual é totalmente contrária, pois “[...] afirmou-

se nas últimas décadas de forma irreprimível trazendo consigo implicações insolúveis para a ‘família nuclear’[...] e, dessa forma, dificuldades proibitivas para a garantia da reprodução continuada do sistema de valores do capital (MÉSZÁROS,2002, p.343-344).

Por fim, entre os quatro limites expostos, consideramos que cada qual em sua especificidade expõe diferentes formas de degradação do trabalho e do trabalhador. No entanto, consideramos ser o desemprego crônico o que melhor retrata a degradação do trabalhador nessa sociabilidade, na medida em que reflete intimamente a degradação em todos os seus aspectos expressos na vida do proletário: na constante insegurança profissional, na diminuição do padrão de vida do operariado, na desvalorização profissional, na diminuição dos salários e direitos trabalhistas, na desestruturação da família, no agravamento do pauperismo e criminalidade. Diante dessas questões, reconhecemos ser a crise estrutural e a ativação de seus limites os representantes fieis da degradação do trabalho e do trabalhador na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado ao final desse estudo, para uma melhor compreensão na exposição da pesquisa, optamos pela apresentação do conteúdo de forma ordenada e coerente, mediante a interpretação e conclusão dos diferentes aspectos inerentes ao tema degradação do trabalho na sociedade capitalista. Assim, procuramos resgatar aqui a proposição inicial do trabalho contida na introdução, qual seja: se, de fato, o trabalho se constitui no intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, tendo em vista produzir os meios de subsistência e de produção que permitem a reprodução social de toda e qualquer sociedade, conforme diz Marx e Lukács, como é possível estar no trabalho a gênese da degradação humana, bem como as principais interpretações a ela relacionadas?

Considerando o objeto desse estudo, a primeira necessidade foi expor o trabalho como processo de humanização e não de degradação, a fim de identificar o trabalho de modo universal enquanto categoria fundante do ser do homem. Assim, o objetivo dessa primeira parte da exposição foi apresentar o trabalho em seu sentido originário, em que a relação existente entre o homem e a natureza já era suficiente para afirmar o trabalho como “condição natural eterna da vida humana”, independentemente da relação entre trabalhadores no processo produtivo.

Essa primeira necessidade, de apresentar o trabalho como processo de humanização, foi de grande importância para o desencadeamento lógico da dissertação, pois, uma vez apresentado em seu sentido originário, humanizante do ser social, foi possível buscar os caminhos que o tornou degradante. Isso reafirma o que já colocamos na introdução desse texto, ou seja, a degradação do trabalho e do trabalhador não é algo exclusivo da sociedade capitalista, pois esta se faz presente também em outras sociabilidades, a exemplo da escravista e feudal, estando intimamente associada à exploração, submissão de uma classe a outra. Mas foi com o desenvolvimento dos processos produtivos visualizados na sociedade capitalista que a degradação se intensifica ao ponto de tornar o trabalhador um mero apêndice do processo produtivo.

Assim, pelas leituras realizadas, pudemos detectar que cada modo de produção expressa relações de produção específicas e, a partir dessas, diferentes formas de degradação às quais estarão submetidos os trabalhadores em cada contexto histórico. Como vimos, a partir das sociedades de classes, o trabalho passa a dividir-se em trabalho manual e intelectual, combinados nos mesmos indivíduos ou indivíduos separados, ainda que, para

Marx, a atividade manual e intelectual não se separem e estejam associadas dialeticamente na realização do trabalho. Viu-se que, com o desenvolvimento histórico, tal separação acontece, a partir do momento em que o homem não detém mais os meios necessários à produção e passa a vender sua força de trabalho.

Posto o conceito de trabalho em Marx, buscamos apresentar o processo de acumulação primitiva como base para a produção capitalista, e consequente degradação do trabalho. Para Marx (1985, p. 262), “a assim chamada acumulação primitiva, nada mais é que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. Dessa forma, a estrutura econômica existente na sociedade capitalista se origina da estrutura econômica precedente, a feudal. A esse respeito, ele argumenta:

O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmo depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2002, p. 262).

Desse modo, o sistema capitalista surge como uma relação social de expropriação, produção e reprodução de riquezas humanas, em que o trabalho assalariado é subsumido ao despotismo produtivo do capital. Essa relação social de dominação, opressão e exploração que segue a lógica concorrencial da produção eficiente de mercadorias tem, a nosso ver pressupostos históricos que explicam como os trabalhadores foram despossuídos dos seus meios de produção, e como estes foram parar sob o controle dos capitalistas.

Diante disso, verificamos que essas alterações estão diretamente vinculadas à degradação das condições de vida e reprodução do trabalho existentes de maneira latente na formação inicial da sociedade capitalista – cooperação e manufatura –, explicitando o domínio do capital sobre o trabalho como indispensável para organização do processo produtivo capitalista. Para Marx (1985), a cooperação se configura como princípio fundamental da

produção capitalista, por representar a primeira forma de organização de trabalho na qual reúne uma quantidade significativa de trabalhadores, em torno de um mesmo plano, com processos de produção iguais ou diferentes, no entanto conexos, promovendo a subordinação de trabalhadores assalariados livres ao comando de um mesmo capital.

Assim, podemos concluir que, ao combinar a atividade de muitos trabalhadores num sistema de cooperação, o capital alcançou um patamar produtivo impensável ao trabalho individual, ampliado a níveis sem precedentes ao longo do desenvolvimento capitalista, tendo como alicerce a exploração e degradação crescentemente intensificadas da força de trabalho. O surgimento da força coletiva vai de encontro à potencialização das forças produtivas individuais, impedidas de se desenvolver plenamente, à medida que se submetem aos ditames do capital.

Verificamos também que estão na cooperação e na manufatura, ainda que maneira superficial, as formas iniciais da degradação do trabalho, expressas na da subsunção formal: quando o processo de trabalho torna-se meio do processo de valorização, em que os fins do trabalhador se alteram em face dos fins do capital; quando a força de trabalho aparece como parte do capital em que o capitalista passa a ser proprietário dos meios de produção e, portanto, possuidor do trabalho vivo vendido pelo trabalhador. No entanto, vale ressaltar que, na cooperação, não se altera o conteúdo do processo de trabalho, o que se modifica é a forma social pela qual o trabalhador, o proprietário dos meios de produção e o processo de trabalho desenvolvem-se. Na cooperação, a única forma de controle que o capital tem sobre o operário é a coerção, ou seja, aqui a valorização do capital se apresenta de maneira limitada, evidenciada no domínio do trabalhador sobre o processo de trabalho. Assim, a cooperação será o ponto de partida para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Diante disso, o percurso do desenvolvimento das forças produtivas ocorrido na manufatura permite o aparecimento de uma enorme concentração de riqueza contida nas mercadorias, bem com o empobrecimento e a degradação física e espiritual dos trabalhadores, que perdem a noção de totalidade do processo de trabalho e a capacidade de exercer seu ofício por completo. Eles deixam de construir o produto em todas as suas etapas e passam a trabalhar, realizando operações monótonas e repetitivas.

Todas essas questões nos levaram à constatação de que, embora a cooperação e a manufatura apresentem as primeiras formas coercitivas de controle e degradação do trabalhador, sua base artesanal impossibilita a existência do domínio total do capital sobre o

trabalho. Isso porque, apesar de o controle exercer caráter despótico e autoritário naquele período histórico, os trabalhadores ainda exerciam o domínio técnico sobre o trabalho e resistência operária às inovações, mesmo que de maneira incipiente, devido à subsunção formal do trabalho ao controle do capital que impossibilita o controle subjetivo do processo de trabalho.

Nossa investigação nos permitiu mostrar também que o surgimento da grande indústria, impulsionado pelo uso capitalista da máquina, foi o ponto fundamental responsável pela concentração, nas mãos do capitalista, do domínio integral da natureza e da quantidade de trabalho a ser produzida, caracterizando o movimento de subsunção real do trabalho ao capital, que, por sua vez, reflete na total perda do trabalhador no controle sobre o produto produzido por ele e sobre o processo de produção. Para Marx (1985), esse processo significou uma revolução profunda nas forças produtivas e um poderoso instrumento de produção de mais-valia, apropriada pelo capital, por meio do aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, repercutindo na degradação do trabalhador.

Diferentemente da manufatura e do artesanato em que o trabalhador utilizava a ferramenta, agora, na produção fabril, o trabalhador serve a máquina. “Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX,2002, p. 43). Marx expressa claramente a intensificação da degradação do trabalho naquele contexto histórico, ao afirmar que

[...] o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas o seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria (MARX,2002, p. 43-44).

Diante disso, constatamos que o desenvolvimento dos processos produtivos, impulsionados pela utilização da maquinaria promove uma agressiva degradação do trabalhador, que se torna refém dos ditames do capital para garantir sua subsistência e impossibilita sua organização por melhores condições de vida e trabalho, uma vez que a máquina diminui o uso de trabalhadores qualificados, ampliando a oferta da mão de obra desqualificada. No entanto, cabe enfatizar que o problema não é a máquina em si, mas o uso capitalista dela, que intensifica o trabalho realizado pelo operário com vistas à valorização do capital.

No tópico intitulado “a difusão do uso capitalista do trabalho e a degradação intensificada do trabalhador”, apresentamos o retrato da situação cruel vivenciada pelo proletariado inglês, no início da industrialização. Tendo por base os estudos de Engels, mostramos as diferentes formas de degradação a que o proletariado era submetido naquele dado momento histórico. Essa parte da nossa exposição apresenta parte das respostas às indagações que nos levaram a estudar esse objeto. Percebemos por que o trabalho deixa de ser humanizador, prazeroso, gratificante e torna-se degradante e embrutecedor. Engels responde a essa questão, ao relatar:

Na maior parte dos ramos, a atividade do operário reduz-se a um gesto mesquinho, puramente mecânico, que se repete minuto a minuto, ano após ano, sempre o mesmo. Quem quer que tenha trabalhado desde a mais tenra idade doze e mais horas por dia, fabricando cabeças de prego ou limando rodas dentadas, e que viva nas condições de vida de um proletário inglês, quantas faculdades e sentimentos humanos pode conservar aos trinta anos? A atividade do operário encontra-se facilitada, o esforço muscular reduzido, e o próprio trabalho é insignificante, mas extremamente monótono (1985, p. 139).

Aqui notamos que a degradação se apresentava no próprio trabalho, em seu modo de execução, o que era por si só suficiente para embrutecer os trabalhadores que, em sua maioria, estavam submetidos a condições de trabalho desumanas em locais com atmosfera quente e úmida, em condições favoráveis ao desenvolvimento de várias doenças. No entanto, percebemos também que a situação degradante imposta ao proletariado não estava restrita à jornada no interior das fábricas, mas envolvia a sua vida no tempo posterior ao trabalho, visualizada nas condições de moradia, alimentação e saúde. Os baixos salários pagos pelo capital, em troca de extenuantes jornadas de trabalho, não permitiam ao proletariado boas condições de moradia e existência, limitando-os a instalações insalubres, conforme descreve Engels:

[...] uma massa de casas de três ou quatro andares, construídas sem plano, com ruas tortuosas, estreitas e sujas onde reina uma animação tão intensa como nas principais ruas que atravessam a cidade, com a diferença que, em Sr. Giles, só se vêm pessoas da classe operária. A feira está instalada nas ruas: cestos de legumes e de frutos, todos naturalmente de uma qualidade ruim e dificilmente comestíveis, ainda reduzem a passagem, e dele emana, bem como dos açougues, um cheiro repugnante. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, são sujas no exterior e no interior, e têm um tal aspecto que ninguém desejaria habitá-las (ENGELS, 1985, p. 39).

As consequências mais comuns dessa realidade eram os frequentes acidentes de trabalho, o alcoolismo e doenças como tifo e a tuberculose, com um elevado grau de mortalidade de pessoas ainda jovens e o envelhecimento precoce dos trabalhadores, que geralmente, aos 40 anos, já se encontravam incapazes para produção. Diante de tudo isso, percebemos que o trabalho mecânico e repetitivo nada mais era que “um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas o trabalho de seu conteúdo” (MARX, 1985, p. 43). A esse respeito, podemos dizer que o capitalismo, em seu período industrial, desenvolveu-se à custa do trabalho degradante. Aqui respondemos também a hipótese por nós levantada, pois comungamos da ideia de Marx, que dizia que o trabalhador, na sua atividade produtiva, via-se reduzido à condição degradante e somente se sentia livre nas suas funções animais: comer, beber, procriar. Sob condições determinadas, o trabalho, sem deixar de ser categoria fundante, se torna trabalho forçado, portanto, trabalho que degrada o trabalhador.

No último capítulo, intitulado “*a degradação do trabalho e do trabalhador no mundo contemporâneo*”, podemos constatar a degradação do trabalho e sua relação com a crise estrutural. Para isso partimos da ideia de que, a partir de 1970, o capitalismo passa a viver uma nova fase, cujas consequências geram uma crise estrutural do capital. Para Mészáros, desde os fins de 1960 e início de 1970, a sociedade capitalista foi marcada por um *depressed continuum*. Após viver um longo período de expansão, passa a apresentar características de uma nova crise de natureza diferente da de outrora. Segundo sua análise, não há mais intervalos cíclicos entre expansão e recessão em que a relação de valor foi acometida pela lógica irrefutável de valorização do capital, corroendo as engrenagens de seu sistema sociometabólico. Com o estabelecimento de uma produção alienada, atrelada à degradação do trabalho e da natureza, as consequências destrutivas vão se intensificando, devido ao distanciamento de uma produção voltada às necessidades sociais cujos objetivos estão voltados para uma intensificação desenfreada da valorização do capital. Diante disso, podemos constatar que as determinações históricas da crise estrutural precisariam ser

buscadas no processo denominado de “ativação dos limites absolutos do capital”, tal como faz Mészáros. Ele organiza em quatro pontos as grandes contradições que estariam trazendo à tona tal ativação, conforme expusemos: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais de reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico.

O percurso desenvolvido neste estudo nos permitiu constatar que esses limites absolutos, além de serem imperativos da acumulação do capital e do funcionamento do próprio sistema, favorecem o aumento dos índices de degradação do trabalho e do trabalhador na contemporaneidade. No que se refere ao primeiro limite absoluto apresentado por Mészáros, constata-se que a estrutura totalizadora dos Estados nacionais entra em contradição com as estruturas de reprodução material do capital global, pois, ao mesmo tempo em que defende o discurso capitalista de sociedade globalizada, estabelece, na verdade, o corporativismo e protecionismo das empresas instaladas em países desenvolvidos, construindo, no interior da estrutura capitalista, relações socioeconômicas nada harmoniosas com suas filiais.

Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento do capitalismo global em sua fase monopolista, guiado pelas corporações transnacionais, representa contradições cada vez mais evidentes na relação capital/trabalho, expressas na degradação do trabalho e do trabalhador inserido na atual ordem sociometabólica. Isso porque, a empresa capitalista, em sua busca crescente pelo lucro, “não deve ignorar o fato de que um monopolismo global bem-sucedido também teria de inventar uma força de trabalho, perfeitamente obediente, aceitando com satisfação ser dominada pelo poder global hegemônico” (MÉSZÁROS,2002,p.242).

No segundo limite apresentado por Mészáros, também identificamos elementos determinantes da degradação do trabalho e conseqüentemente do trabalhador na atualidade, com a tendência universalizadora do capital, em que a “destrutividade devastadora quanto às condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista” (MÉSZÁROS,2002, p. 252). De acordo com Mészáros:

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de “restrição” é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou sua dor da devastação social não tem qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução

numa escala cada vez maior. É por isso que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluindo seu relacionamento com condições básicas da reprodução sociometabólica –, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde (MÉSZÁROS,2002, p. 253).

Nesse sentido, verificamos que os caminhos traçados para a expansão e acumulação do capital são coniventes com a degradação da vida e do trabalho nessa sociabilidade, uma vez que possibilitam, em escala cada vez mais crescente o aparecimento da fome e da miséria de milhares de seres humanos em escala global. Assim, ao degradar a natureza entendemos que o sistema capitalista degrada o próprio trabalho, na medida em que destrói as condições necessárias ao estabelecimento da produção e, por consequência, degrada o próprio homem, destruindo seus postos de trabalhos e os recursos naturais necessários para sua existência, o que põe em risco a humanidade como um todo.

O terceiro limite levantado por Mézáros, como um dos limites absolutos do capital, trata da *libertação das mulheres: a questão da igualdade substantiva*. Aqui verificamos que a relação com a degradação do trabalho se mostra na situação da mulher no mercado de trabalho, que, em sua maioria, está submetida a baixos salários em relação aos homens. Mézáros chama atenção para a “dupla jornada de trabalho da mulher”, fora e dentro de suas residências, sem nenhum acréscimo de remuneração, além do crescente número de famílias sustentadas por mulheres.

O quarto e último limite apresentado é, a nosso ver, se comparado aos três anteriores, o que mais degrada o trabalhador na contemporaneidade. Trata-se do desemprego crônico, pois “até a parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista”(MÉSZÁROS,2002, p. 225).

Dessa forma, podemos concluir que o estabelecimento do desemprego crônico revela para classe trabalhadora, seja ela empregada ou desempregada, qualificada ou sem qualificação, jovem ou madura, uma das faces mais cruéis da degradação do ser humano enquanto vendedor de sua força de trabalho ao capital, uma vez que o coloca à mercê das necessidades de acumulação e valorização dessa sociabilidade, instalando, em todos os lugares do globo, um profundo sentimento de insegurança, diante de um quadro cada vez mais crescente de desemprego.

O desemprego crônico tem proporcionado à classe proletária a intensificação de sua degradação, uma vez que a diminuição dos postos de trabalho reflete problemas sociais e econômicos graves para o mundo atual, expressos na precarização da força de trabalho, na redução dos níveis salariais para a camada que permanece inserida no mercado de trabalho, na

intensificação dos níveis de exploração, na redução da capacidade de organização sindical, no crescente aumento da compra da força de trabalho isenta de garantias trabalhistas, proporcionando o aumento considerável da degradação do padrão de vida da força de trabalho.

Por fim, diante do apresentado, concluímos ser a degradação do trabalho algo inerente a sociabilidade capitalista, que, desde a sua origem até a contemporaneidade, tem refinado sua capacidade de exploração, a fim de possibilitar os meios necessários de sua existência, mediante diminuição do padrão de vida do operariado, desvalorização profissional, diminuição dos salários e direitos trabalhistas, desestruturação da família, agravamento do pauperismo e criminalidade, aspectos que têm contribuído cada vez mais para a degradação do trabalho e do trabalhador na atualidade e, por consequência colocado em risco a própria existência humana.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Gilmaísa. **Serviço social em debate: ser social, trabalho, ideologia**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, trad. B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 1985.
- _____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.p.10-29.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e tayotismo na civilização do automóvel**, trad. Bernardo Joffly e Adir Aparecida Juliano. Coleção Mundo de trabalho, 1º ed., São Paulo: Boitempo, 1999.
- HOLANDA, Maria Norma. A.B. **O serviço social como trabalho: uma solução ou um problema?** In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2010.
- HUMBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro, ed.Guanabara,1964.
- LANGER, André. **Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho**. In: cadernos IHU (Instituto Humanistas Unisinos), ano 2, nº 5, São Paulo, 2004.
- LESSA, Sergio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- _____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Cortez, 2011.
- _____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012.
- LUKÁCS, G. La Reproduzione, in: **Per una ontologia del essere sociale**, Roma: Riuniti, 1981, trad. Sergio Lessa. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com.br> . Acesso 5 de agosto de 2011.
- MARX. Karl. **O capital: critica da economia política**. Vol.I, Tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.São Paulo: Abril cultural, 1985 (Os economistas).
- _____. **O capital: critica da economia política**.Vol. I, Tomo II. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril cultural, 1985 (Os economistas).
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**, trad. Paulo César Castanheira e Sergio Lessa, São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETO, B. A. **Organização do trabalho sob o capitalismo e a “redoma de vidro”**. Revista administração de empresas, Rio de Janeiro, FGV, V.27, nº 4, out/dez 1987.

SOUZA, Reivan, M. **Controle, capitalismo e reestruturação produtiva: o programa brasileiro de qualidade e produtividade.** Maceió: EDUFAL, 2011.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí, ed. Unijuí, 2005. Disponível em: www.geocities.com/ivotonet. Acesso: 10 de junho de 2011.

WOOD, Ellen, M. **Em defesa da história: marxismo e pós- modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.